

Igreja

PRESBITERIANA CONSERVADORA

do Brasil



CONSTITUIÇÃO E ORDEM ANEXOS
ESTATUTOS UNIFICADOS

2017

INTRODUÇÃO GERAL

1) A Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil é um ramo da Igreja de Cristo que se governa, sustenta e propaga pelos órgãos criados nesta Constituição e Ordem, e dentro das normas aqui estabelecidas. É constituída pela federação de igrejas locais que pactuam entre si a aceitação e defesa dos princípios adiante estabelecidos; concordam em acatar a autoridade constituída pelos seus ministros e por seus representantes num concílio maior denominado Assembleia Geral, quer em seu funcionamento em plenário, quer pelos órgãos por ele criados; mantém a sua autonomia administrativa ou econômica em tudo o que se refere aos interesses particulares e locais, inclusive o direito de desligar-se da federação, observado o disposto nesta Constituição e Ordem, sem que isso represente prejuízo econômico de qualquer natureza, a não ser na parte que tiverem contribuído para fundos gerais, que ficarão pertencendo à federação subsistente. As igrejas, assim federadas, concordam em realizar em comum e sob a direção central dos órgãos da Assembleia Geral, as seguintes obras ou fins gerais: obra educativa, imprensa, beneficência e obra missionária.

2) A Igreja tem as Escrituras Sagradas do Antigo e Novo Testamentos como a única regra de fé e prática, adota o regime presbiteriano de governo, aceita os Símbolos de Westminster (Confissão de Fé, Catecismo Maior e Breve Catecismo, tradução brasileira) como seu sistema doutrinário e rege-se pela presente Constituição e Ordem.

3) A Igreja tem como princípio denominacional o reconhecimento de que a adoção rigorosa e a defesa intransigente das doutrinas reveladas nas Santas Escrituras, e sistematizadas nos Símbolos de Fé por ela aceitos, constituem a base fundamental de toda a vida cristã, o motivo único e permanente de sua pregação e o caminho natural de conduzir o homem à salvação em Cristo. É, pois, uma igreja rigorosamente ortodoxa; e, por força disso, declara incompatível com a profissão de fé evangélica a aceitação de qualquer sistema filosófico ou religioso que pretenda atingir os mesmos objetivos do Cristianismo por outros meios que não sejam apenas os estabelecidos pela Palavra de Deus. Dentre os sistemas filosóficos condenados pela Igreja destaca-se a Maçonaria, a cujas organizações não devem pertencer os seus membros.

4) Esta Constituição e Ordem e seus anexos contêm disposições relativas à sua Organização e Disciplina.

PARTE PRIMEIRA DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A forma presbiteriana de organização eclesiástica, baseada no ensino bíblico e na experiência, compreende os seguintes pontos: a Igreja, os Membros, os Oficiais e os Concílios.

Título I DA IGREJA

Preliminares

Art. 2º - Igreja é a comunhão dos que, em todos os tempos e lugares, vivem na graça de Deus. Esta Igreja tem sua forma visível, tanto no regime do Antigo como no do Novo Testamento.

Art. 3º - A Igreja fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo compreende os fiéis e seus filhos, e tem por fim o culto a Deus, o aperfeiçoamento da vida cristã e a promoção do Reino de Deus entre os homens.

Art. 4º - Jesus Cristo é o Rei e Cabeça da Igreja. Reúne em si, eminentemente, todos os ofícios da Igreja; e à sua majestade divina pertence o governá-la e ensiná-la pela obra do Espírito Santo e por meio das Escrituras do Antigo e Novo Testamentos e, ainda, pela instrumentalidade do ministério dos homens. Como tal, concede os dons necessários à existência e edificação da Igreja, provendo-a dos Oráculos Divinos, de ofícios e de ordenanças.

Art. 5º - Desde a sua ascensão, Jesus Cristo está espiritualmente com sua Igreja; e, pelo Espírito Santo, aplica eficazmente os benefícios de seus dons.

Art. 6º - A Igreja subsiste em várias comunhões ou denominações, diferenciadas por peculiaridades de doutrina e organização. São legítimos ramos da Igreja de Cristo todas as comunhões que mantêm em seus símbolos doutrinários dogmas expressos estabelecendo o seguinte: a aceitação das doutrinas contidas no Credo Apostólico, a Inspiração da Bíblia na sua integridade como única regra de fé e prática, a Divindade de Jesus, a Salvação só por Cristo, a Imortalidade da Alma, o Castigo Eterno dos ímpios; e, além desses princípios doutrinários, a pregação fiel da Palavra de Deus, a celebração permanente das ordenanças cristãs e um padrão de vida moral mantido pelo exercício da disciplina bíblica.

Capítulo I DA COMUNHÃO PRESBITERIANA

Art. 7º - Comunhão presbiteriana é uma federação de igrejas locais.

Art. 8º - Segundo a forma presbiteriana de governo, a autoridade de que Cristo investiu a sua Igreja pertence ao todo: aos que governam e aos que são governados.

Art. 9º - A autoridade eclesiástica é inteiramente espiritual, e pode ser de ordem ou de jurisdição.

§ 1º - Autoridade de ordem é a exercida pelos oficiais, individual e administrativamente, no ensino, na celebração de ofícios religiosos, na cura de almas e na beneficência.

§ 2º - Autoridade de jurisdição é a exercida por oficiais, coletivamente em concílios, e pode ser: a) administrativa, quando se refere a matéria de organização, ensino e ofícios religiosos (Parte I); b) disciplinar, quando se refere à aplicação de censuras (Anexo I).

Art. 10 - O exercício da autoridade eclesiástica, quer de ordem, quer de jurisdição, recebe a sanção divina, quando está em conformidade com o ensino e espírito de Cristo.

Capítulo II

DAS IGREJAS LOCAIS

Art. 11 - Igreja local é a corporação constituída de cristãos professos com seus filhos menores batizados, formalmente organizada para cumprir os objetivos da Igreja de Cristo. Pode ser formalmente organizada em Igreja a corporação que oferecer garantias de estabilidade, uma vez que disponha de elementos pessoais e de recursos financeiros para: a) a investidura de, pelo menos, dois presbíteros e um diácono; b) a contribuição, tanto para o sustento pastoral como para os fins gerais da federação eclesiástica; c) a manutenção do culto divino; d) o envio de representante a todas as reuniões do Presbitério custeando-lhe as despesas.

§ 1º - Chama-se Congregação o grupo de membros da igreja local que se reúne, regularmente, em determinado lugar, e sob a autoridade do Conselho.

§ 2º - Chama-se Congregação Presbiterial o grupo de crentes professos, com seus filhos menores batizados, que, residindo longe de qualquer igreja local, se congregam sob a direção imediata de determinado Presbitério, pelo seu órgão competente, não estando, contudo, em condições para a organização formal de uma igreja. Essa congregação será dirigida por um pastor comissionado pelo seu Presbitério, e terá sob a custódia ou guarda desse pastor um livro para registro de atos pastorais e um rol de membros maiores e menores, bem como uma escrituração regular de todos os recursos angariados e despendidos, devendo converter-se em igreja assim que a sua situação o permita.

§ 3º - Chama-se Congregação do Departamento Missionário o grupo de crentes professos, com seus filhos menores batizados, que se congregam sob a direção imediata daquele departamento. Essa congregação será dirigida por um obreiro designado pelo Departamento e, nos moldes do parágrafo anterior, terá sob a custódia ou guarda deste, um livro para registro de atos pastorais e um rol de membros maiores e menores, bem como uma escrituração regular de todos os recursos angariados e despendidos, devendo também converter-se em igreja assim que a sua situação o permita. Quando este obreiro não for ministro ou evangelista, será pastor da congregação o superintendente do Departamento Missionário ou um ministro do Departamento indicado por ele.

§ 4º - Toda igreja local deverá constituir-se em pessoa jurídica, sempre que possível, regendo-se por estatutos de acordo com o modelo constante dos anexos desta Constituição e Ordem.

§ 5º - O Presbitério deverá dissolver ou transformar em Congregação Presbiterial, ou de determinada igreja, toda igreja local que deixar de preencher os requisitos estabelecidos neste artigo como condições mínimas para uma organização formal.

Art. 12 - A Igreja local tem como oficiais: o pastor, os presbíteros regentes e os diáconos, mas a sua autoridade de jurisdição reside no Conselho, que consta do pastor e dos presbíteros.

Art. 13 - Os membros em plena comunhão reúnem-se em Assembleia a fim de exercer os seus direitos, que são: a) eleger oficiais (pastor, presbítero e diácono), e pedir sua exoneração, ou falar sobre ela - no caso de presbítero ou diácono, quando solicitado pelo oficial - ou a dissolução das relações pastorais, no caso de pastor eleito; b) deliberar sobre sua incorporação em pessoa jurídica e aprovar seus Estatutos; c) decidir sobre aquisição, oneração e alienação de imóveis; d) pronunciar-se sobre o relatório financeiro e administrativo do Conselho; e) eleger o tesoureiro da igreja ou delegar essa atribuição ao Conselho.

§ 1º - A Assembleia reúne-se quando o Conselho a convoca ou quando a ele é apresentado requerimento subscrito por membros em igual número ao estabelecido nos Estatutos para o *quorum*, a fim de tratar das matérias especificadas no presente artigo.

§ 2º - As decisões da Assembleia são tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, exceto no caso de decidir sobre sua permanência na federação eclesial quando a decisão será tomada por 2/3 dos votos dos membros arrolados, não sendo admitidas proclamações, mas podendo ser eleitas pessoas ausentes.

§ 3º - O presidente da Assembleia é o mesmo do Conselho, que, nos seus impedimentos, deve ser substituído pelo presbítero mais antigo no ofício e, no impedimento deste, por outro presbítero da mesma igreja, ou por outro ministro do mesmo Presbitério, à indicação do Conselho.

§ 4º - No caso da eleição de tesoureiro ser feita pela Assembleia (Art. 105), deverá ela, de preferência, escolher um dos diáconos, revezando-o, sempre que possível, no exercício do cargo (Art. 78 § 1º).

Art. 14 - A organização de uma igreja local ou a transformação de uma congregação em igreja é determinada pelo Presbitério correspondente, mediante pedido, com informação de se acharem preenchidas as exigências do artigo 11, assinado pelos pretendentes e encaminhado pelo Conselho; no caso de congregação presbiterial, pelo pastor, com o respectivo parecer; e, no caso de congregação do Departamento Missionário, pela Diretoria deste.

Art. 15 - A igreja local somente pode ser dissolvida por decisão do Presbitério respectivo.

Título II DOS MEMBROS

Art. 16 - As pessoas batizadas são membros da Igreja: comungantes, os que tiverem feito profissão de fé; não comungantes, os que ainda não a tiverem feito e enquanto não alcançarem a maioridade.

Art. 17 - Os direitos dos comungantes podem ser suspensos por: 1) sentença disciplinar; 2) medida administrativa, quando, mediante sua confissão, o Conselho, depois dos devidos esforços, chegar à convicção de que eles, embora moralmente inculpáveis, não conservam a fé; 3) por inscrição em rol especial.

Parágrafo único - Serão inscritos em rol especial os membros cuja residência for desconhecida por um ano; se um ano após essa inscrição não forem encontrados, serão pelo Conselho excluídos.

Art. 18 - É dever dos pais que estejam em plena comunhão apresentar seus filhos ao batismo o mais cedo possível.

§ 1º - A apresentação ao batismo pode ser feita por um dos pais, quando o outro estiver impedido.

§ 2º - Os membros da igreja, em plena comunhão, poderão apresentar ao batismo menores que estejam sob sua guarda legal.

§ 3º - Em regra, não devem ser batizados menores acima de doze anos de idade sem que façam sua profissão de fé.

§ 4º - A criança recebida por ministro que não seja o pastor da igreja a que pertencem seus pais deve ser, ato contínuo, arrolada nessa igreja, por comunicação imediata do oficiante.

Art. 19 - Todas as pessoas batizadas têm direito à educação religiosa e cuidado vigilante da igreja, mesmo que não tenham feito sua profissão de fé.

Capítulo I DA ADMISSÃO

Art. 20 - A admissão aos plenos direitos de membro comungante da igreja faz-se mediante: a) profissão de fé (com ou sem batismo); b) jurisdição a pedido, com ou sem documento, sobre os que vierem de outras comunhões reconhecidas; c) restauração (dos que houverem sido excluídos da igreja).

§ 1º - Serão admitidas à profissão de fé as pessoas que, submetidas a exame por parte do Conselho, demonstrarem estar suficientemente esclarecidas sobre as doutrinas básicas da salvação, de acordo com o que sustentam os Símbolos de Westminster, conforme o exarado no inciso 3 da Introdução Geral e artigo 6º dos Preliminares do Título I, e, assim esclarecidas, declararem que aceitam com firmeza todos esses princípios e doutrinas.

§ 2º - Para a profissão de fé de menores de dezoito anos deve-se obter o consentimento, por escrito, dos pais ou tutores, e a declaração de que agem livremente.

§ 3º - A jurisdição sobre membros que vierem de outras corporações eclesíásticas reconhecidas, munidos ou não de carta de transferência, só será assumida mediante declaração expressa, perante o Conselho, de que aceitam com firmeza os princípios denominacionais desta Igreja. Essas pessoas deverão ser interpeladas, de preferência, sobre as doutrinas que divergem desta Igreja as corporações de que provêm.

Art. 21 - A admissão de membros menores faz-se por meio de: a) batismo; b) jurisdição, com ou sem documento, quando vierem, com seus pais ou responsáveis, de outras comunhões eclesíásticas.

Capítulo II DA TRANSFERÊNCIA

Art. 22 - A transferência de membros em plena comunhão, entre as igrejas locais, faz-se por meio de: a) carta de transferência com destino determinado; b) jurisdição a pedido; c) jurisdição *ex-officio*.

Parágrafo único - Em qualquer desses casos far-se-á comunicação à igreja de origem.

Art. 23 - A carta de transferência só é válida dentro de seis meses, a contar de sua expedição, e apenas certifica que o seu portador estava em plena comunhão até o momento em que foi expedida.

§ 1º - O portador de uma carta de transferência continua sob a jurisdição de sua igreja, enquanto não for admitido na igreja a que se destina.

§ 2º - Se houver razões ponderosas, uma carta de transferência pode ser recusada, devendo a igreja que a recusa comunicar o fato à igreja que a expediu.

Art. 24 - Excepcionalmente, quando algum membro quiser mudar-se para outra igreja, sem carta de transferência, poderá ser recebido por jurisdição, se a solicitar, apresentando ao Conselho testemunho satisfatório de estar em plena comunhão.

Art. 25 - Quando um membro de uma igreja local passar para os limites de outra, da Denominação, deve esta assumir sobre ele jurisdição *ex-officio*, se, transcorrido um ano, não tiver ele apresentado carta de transferência, dando ao Conselho testemunho satisfatório de estar em plena comunhão com a igreja de origem.

Parágrafo único - Quando se tratar de igrejas situadas na mesma localidade, considera-se como passar para os limites de determinada igreja local a frequência permanente aos cultos públicos celebrados naquela igreja, com o manifesto abandono da frequência aos serviços públicos da igreja em que está arrolado. Em tais casos, a jurisdição será assumida compulsoriamente pelo Conselho da igreja preferida, mediante simples requerimento do Conselho à igreja de origem.

Art. 26 - A transferência de menores faz-se a pedido dos pais ou responsáveis e por processo igual ao dos comungantes.

Capítulo III DA DEMISSÃO

Art. 27 - A demissão de comungantes dá-se por: a) disciplina de exclusão (Anexo I, Art. 14); b) renúncia formal da jurisdição eclesiástica; c) carta de transferência para outras comunhões; d) carta de transferência para igrejas da Denominação; e) ausência de no mínimo um ano, depois dos devidos esforços por parte do Conselho para velar pela fé e conduta dos que se acham sob sua jurisdição, para que não desprezem as ordenanças da Casa de Deus (Art. 102, b) f) inscrição em rol especial (Art. 17, inciso 3); g) jurisdição assumida por outra igreja; h) ordenação para o sagrado ministério; i) falecimento.

Parágrafo único - Não se permite renúncia e não se concede carta de transferência aos que estiverem sob processo ou disciplina.

Art. 28 - A demissão de menores dá-se: a) pela renúncia ou exclusão dos pais ou responsáveis; b) com a carta de transferência dos pais ou responsáveis; c) automaticamente, logo que atinjam os dezoito anos de idade; d) com a profissão de fé; e) pelo falecimento.

Título III DOS OFICIAIS

Preliminares

Art. 29 - As atividades oficiais da Igreja constam de ensino, governo e beneficência, e os oficiais ordinários que as exercem são: a) presbíteros docentes (também chamados “bispos” ou “ministros”); b) presbíteros regentes (também chamados “bispos” ou simplesmente “presbíteros”); c) diáconos.

Parágrafo único - Esses ofícios são permanentes, mas as suas funções são temporárias.

Art. 30 - Vocação ordinária para um ofício na Igreja é a chamada de Deus, pelo Espírito Santo, por meio do testemunho interno de uma boa consciência, aprovação manifesta do povo de Deus e o concurso do juízo de um concílio legítimo.

Art. 31 - Aqueles que são legalmente chamados devem ser admitidos aos seus ofícios pela ordenação do respectivo concílio, a qual consiste na imposição das mãos sobre o ordenando, acompanhada de oração.

Art. 32 - A admissão de ministros, licenciados, candidatos e provisionados se faz sempre pelos presbitérios, e por escrutínio secreto.

Art. 33 - É irrevogável o direito que o povo de Deus tem de eleger seus oficiais, pelo que ninguém deve ser colocado à frente de uma igreja, para nela exercer qualquer ofício, sem eleição; ou, pelo menos, sem consentimento dessa igreja.

Capítulo I DOS MINISTROS

Art. 34 - Ministro é um oficial consagrado pela Igreja para dedicar-se normalmente ao exercício exclusivo de suas funções eclesíásticas.

Art. 35 - Distribuindo o Senhor dons diferentes ao ministério da Palavra, a Igreja é autorizada a ordenar ministros para exercerem funções ordinárias, na qualidade de pastores e professores, ou quaisquer outras funções extraordinárias, segundo as necessidades da Igreja e os dons em que eles mais se avantajem.

Parágrafo único - São funções ordinárias do ministro o ensino, a celebração de ofícios religiosos e o governo, sendo-lhes privativo ministrar os sacramentos e invocar a bênção, excetuado o disposto no artigo 69; e extraordinárias, as funções que os concílios lhe atribuírem.

Art. 36 - A nenhum ministro é permitido recusar qualquer cargo que lhe seja atribuído, a não ser por motivo justificado.

Art. 37 - O ministro poderá solicitar ao presbitério licença sem ônus para o concílio, pelo período máximo de três anos, a fim de tratar de interesses particulares, findo o qual, se ele não

voltar à atividade, será despojado sem censura e sem ônus para a Igreja. Essa licença poderá ser concedida em períodos alternados ou consecutivos, conforme exigir a situação.

Parágrafo único – O ministro, durante o período de licença, não poderá exercer funções ministeriais, exceto quando autorizado pelo presbitério e no seu interregno, pela comissão executiva.

Art. 38 - O ofício de ministro é o primeiro da Igreja em dignidade e utilidade. Aquele que o exerce deve possuir elevado grau de conhecimento e aptidão para ensinar, ser íntegro e bem conceituado, são na fé e de comprovada piedade e consagração.

Art. 39 - A autonomia que todos os ministros têm no exercício de suas funções, legalmente limitada, é fiscalizada pelos presbitérios, diretamente ou mediante órgãos por eles estabelecidos.

Art. 40 - Quando um licenciado aceitar convite para tornar-se pastor de uma igreja, e quando o Presbitério julgar oportuna a ordenação de um licenciado, mediante o assentimento do povo de Deus, tomará as medidas necessárias para essa ordenação, que se fará, sempre que possível, na igreja de que o ordenando tiver de ser pastor.

Art. 41 - As provas para a ordenação consistem em: a) exame sobre a experiência religiosa do ordenando, suas opiniões teológicas, governo e disciplina eclesiástica; b) sermão pregado perante o Presbitério; c) apresentação de diploma de curso teológico; d) apresentação da monografia escrita sobre algum tema teológico e exegese escrita sobre um texto bíblico, no caso de dispensa de licenciatura, previsto no artigo 63; e) outras exigências que o Presbitério julgar convenientes.

§ 1º - À monografia e à exegese de que trata este artigo aplica-se o disposto no artigo 62, § 2º.

§ 2º - Não é permitido ao Presbitério delegar poderes para exame e aceitação de ordenandos, mas poderá nomear uma comissão, composta de três ministros e dois presbíteros, encarregada de proceder à cerimônia de ordenação; ou delegar esses poderes à Comissão Executiva, com *quorum* presbiterial.

§ 3º - O Presbitério fará organizar e manter, pelo seu Secretário Permanente, um livro especial em que será lavrado um termo de compromisso que deverá ser assinado pelo ministro, ao ser admitido, a não ser que já o tenha feito perante outro Presbitério da Denominação. Esse compromisso, que será assinado publicamente, terá o seguinte teor: “Eu ao ser investido nas funções de Ministro do Evangelho, ao serviço deste Presbitério, declaro solenemente, diante de Deus e deste concílio, que, se, no exercício dessas funções, vier a ter dúvida quanto à inspiração da Bíblia na sua integridade e aos Símbolos de Doutrina desta Igreja, ou aos seus princípios e práticas, os quais firmemente aceito e prometo divulgar e defender (Introdução Geral, incisos 2 e 3; e Título I, Preliminares, Art. 6º), deixarei espontaneamente todos os cargos que estiver ocupando, sejam de eleição, sejam de nomeação, e renunciarei às funções ministeriais no seio desta Organização”. Essa declaração, lavrada no livro competente, deverá ser lida em voz alta perante o concílio, em sessão pública, pelo próprio signatário, no ato da assinatura.

Art. 42 - Se um ministro quiser passar para outro Presbitério, levará carta de transferência, com destino determinado, a qual terá validade de um ano, a contar de sua expedição, continuando ele sob a jurisdição de seu Presbitério, enquanto não for recebido pelo outro concílio.

Parágrafo único - A admissão de um ministro que venha de outro Presbitério dependerá da aprovação do concílio que o admitir, não ficando este obrigado a atribuir-lhe o pastorado.

Art. 43 - Quando o Presbitério admitir ministros que venham de outras comunhões eclesiais, deverá examiná-los sobre sua vocação ministerial, opiniões teológicas, governo e disciplina da Igreja, e fará com que respondam pela afirmativa às perguntas que se fazem aos ordenandos, e que assinem o termo de compromisso de que trata o § 3º do artigo 41.

Parágrafo único - Nenhum ministro poderá ser recebido nas condições deste artigo sem que preencha as exigências acadêmicas requeridas no artigo 62, alíneas “b” e “d” e seus §§ 1º e 2º, e sem que antes seja também examinado pela Congregação de Professores do Seminário Presbiteriano Conservador, aqui constituída, para esse fim, como Junta de Exame Teológico.

Art. 44 - Os ministros serão despojados de seu ofício por: a) disciplina de deposição (Anexo I, Art. 13); b) exoneração administrativa; c) exoneração a pedido.

§ 1º - Se algum ministro mostrar evidente falta de aptidão para servir à Igreja, nesta qualidade, pode o Presbitério, ouvindo a defesa do ministro, exonerá-lo administrativamente do seu ofício, sem caráter de censura, e mesmo contra sua vontade, do mesmo modo por que cassa a licenciatura de um candidato por falta de prova de ter sido chamado por Deus para a obra do ministério. Mas, para exonerar um ministro do seu ofício, é indispensável o voto de dois terços dos membros presentes no Presbitério.

§ 2º - No caso de algum ministro, sobre quem não pese qualquer acusação, estar convencido, em sua consciência, de não ter sido chamado para o desempenho de seu ofício ou de não possuir aptidão suficiente para servir à Igreja, nesta qualidade, e ainda no caso de ter motivos particulares ponderosos, poderá apresentar estes fatos ao concílio de que é membro pedindo sua exoneração; e o concílio, se depois de madura reflexão concordar com o juízo do ministro, deverá conceder-lha, sem caráter disciplinar.

Art. 45 - O Presbitério pode conceder ao ministro carta de transferência para outra comunhão eclesial, desde que esta preencha os requisitos exigidos pelo artigo 6º desta Constituição e Ordem.

Capítulo II

DOS FUNCIONÁRIOS ORDINÁRIOS A - Pastores

Art. 46 - São atribuições do pastor: orar com o rebanho e por ele; apascentá-lo pela Palavra; orientá-lo sobre os cânticos sagrados; ministrar os sacramentos e impetrar a bênção de Deus sobre o seu povo; cuidar da educação religiosa; visitar os fiéis, dedicando especial atenção aos necessitados, enfermos, aflitos e desviados; orientar e dirigir as atividades eclesiais; e, juntamente com os presbíteros, exercer a autoridade coletiva de governo.

a) Efetivos

Art. 47 - Pastor efetivo é o ministro chamado e sustentado por uma igreja para o serviço dela.

Parágrafo único - As relações financeiras entre pastores efetivos e suas igrejas são reguladas rigorosamente pelo critério do sustento próprio, e as cômguas deverão ser pagas pelas próprias igrejas, sem nenhuma interferência ou responsabilidade do Presbitério.

Art. 48 - A eleição de um pastor faz-se pela Assembleia (Art. 13, alínea "a") em escrutínio secreto, e pode recair em qualquer ministro ou ordenando da mesma comunhão eclesiástica.

§ 1º - É facultado ao Conselho consultar previamente pastores quanto à possibilidade de concorrerem à eleição e apresentá-los como candidatos à Igreja.

§ 2º - A eleição não se fará em data que anteceda em mais de três meses as reuniões ordinárias dos Presbitérios.

§ 3º - Compete à Assembleia definir o tempo de mandato do pastor eleito.

§ 4º - Feita a eleição, o escolhido deverá ser comunicado imediatamente, conforme os termos do artigo 49.

§ 5º - Não se procede à eleição sem que a Assembleia declare que está pronta para isso.

§ 6º - A minoria poderá representar ao Presbitério, desde que tenha sérias restrições ao eleito ou à forma como foi feita a eleição.

Art. 49 - Eleito ou reeleito um pastor, ser-lhe-á feita pelo Conselho uma comunicação por escrito em que se estipulem as cômguas votadas, que nunca serão inferiores, no seu conjunto, ao que o Presbitério respectivo houver determinado como cômguas dos pastores comissionados.

§ 1º - A efetivação do ministro eleito ou reeleito ficará dependendo de parecer do Presbitério.

§ 2º - Todas as despesas de viagem ou de mudança ocasionadas pela investidura de pastor efetivo correrão por conta da igreja que o elegeu, sem nenhuma intervenção do caixa do Presbitério, do Sínodo ou da Assembleia Geral.

Art. 50 - Aceito o convite e julgado pelo Presbitério, procederá o Conselho, no prazo de quinze dias, salvo casos excepcionais, à posse do eleito ou reeleito.

Art. 51 - O exercício do pastorado limita-se ao período de três a cinco anos, podendo ser renovado.

Parágrafo único - Vencido o mandato, continuará o pastor efetivo no exercício de suas funções, na qualidade de pastor comissionado, até que seja reeleito ou que lhe seja dado substituto.

Art. 52 - A dissolução formal das relações pastorais é feita pelos Presbitérios, cessando então, por parte da igreja, todas as suas obrigações para com o pastor.

§ 1º - A dissolução será feita nos seguintes casos e da seguinte forma: 1) automaticamente, por término do mandato, e mediante simples comunicação do Conselho ao Secretário Permanente, que levará

o fato ao conhecimento do concílio ou da Comissão Executiva; 2) a pedido do pastor, por motivos particulares, a juízo do concílio e comunicada a Igreja em assembleia; 3) a pedido da Igreja em assembleia.

§ 2º - Se a dissolução for pedida pelo pastor, alegando incompatibilidade com a Igreja, deve esta ser consultada em assembleia pelo seu respectivo Presbitério, através de sua Comissão Executiva, antes que este proceda à dissolução formal.

§ 3º - Se a dissolução for pedida pela Igreja, o respectivo Presbitério deverá efetivá-la, mas dará previamente oportunidade a que o pastor explique a sua situação; pronunciar-se-á afinal sobre a procedência do pedido.

b) Comissionados

Art. 53 - Pastor comissionado é o ministro que o Presbitério designa para exercer todas as funções do pastor efetivo, sobre uma ou mais igrejas, a convite destas quando não tenham podido eleger pastores efetivos, ou para exercer essas funções a juízo do Presbitério.

§ 1º - As cõngruas dos pastores comissionados serão pagas pelas tesourarias das Igrejas ou congregações presbiteriais que os convidarem.

§ 2º - Os Presbitérios aprovarão anualmente uma tabela de cõngruas mensais a serem pagos aos ministros com tempo integral, devendo constar da mesma os seguintes itens: a) um valor básico, igual para todos os obreiros com tempo integral; b) uma verba especial de aluguel de casa para os ministros que forem instalados onde não houver casa pastoral; c) uma verba adicional para cada filho de idade inferior a 14 anos, equivalente a 1% (um por cento) do valor básico; d) uma bonificação quinquenal, começando com a contagem da data da efetivação no ministério; e) uma verba auxiliar, equivalente a 8% (oito por cento) do valor básico mais quinquênios, a ser depositada pela fonte pagadora em conta especial e só resgatável nos casos de: 1) jubilação; 2) exoneração ou demissão; 3) doença grave, a juízo da fonte pagadora; 4) morte; 5) aquisição de imóveis; 6) disciplina que implique em suspensão de cõngruas; 7) por não comissionamento; e mais: f) uma bonificação anual equivalente a 1 (um) valor básico mais quinquênios, a ser concedida no mês de dezembro; g) 1 (um) mês de férias remuneradas, dentro do exercício eclesiástico, incluindo um adicional de 1/3 (um terço) das cõngruas, a serem pagos no início das férias.

§ 3º - Entende-se por ministro de tempo integral o que se dedica exclusivamente ao ministério e se sujeita a residir dentro do seu campo, no lugar que o Presbitério lhe indica.

§ 4º - Os ministros de tempo não integral receberão cõngruas a juízo dos respectivos Presbitérios.

§ 5º - O comissionamento se extingue por ocasião das reuniões ordinárias dos presbitérios, considerando-se vagas as igrejas onde não houver pastorado efetivo.

§ 6º - Caberá ao pastor providenciar a sua inscrição nos órgãos da Previdência Social do país, a qual será obrigatória, e à sua fonte pagadora o devido recolhimento descontando das cõngruas pastorais 50% (cinquenta por cento) deste valor. Tal recolhimento deverá tomar como base os valores correspondentes aos itens a), c) e d) do parágrafo § 2º do Art. 53, efetivamente pagos. Caso o pastor tenha outra fonte pagadora, deve informar à Igreja.

§ 7º - Será concedida ao pastor licença para tratamento de saúde pelo tempo que for determinado pela perícia médica da Previdência Social e o seu sustento será complementado pela fonte pagadora a que estiver servindo, enquanto durar a licença.

§ 8º - O Presbitério não está obrigado a comissionar pastores além da sua possibilidade financeira. O ministro que não receber comissionamento não terá direito a qualquer tipo de remuneração.

§ 9º - O ministro que não receber comissionamento ficará em disponibilidade pelo período máximo de 3 anos, findo o qual, se não voltar a atividade, será despojado sem censura e sem ônus para a Igreja.

Art. 54 - Quando o Presbitério comissionar um ministro para pastorear uma ou mais igrejas, deve este apresentar documento dessa nomeação aos respectivos Conselhos que, recebendo o pastor, dar-lhe-ão posse formal perante a Igreja até 15 (quinze) dias após o comissionamento, salvo casos excepcionais.

Parágrafo Único: Só em casos excepcionais, a juízo do Presbitério, uma igreja poderá ficar sem pastor. Se uma igreja permanecer vaga por mais de dois anos consecutivos, por recusar-se a convidar pastores comissionados, o Presbitério deverá convertê-la em congregação presbiterial, dissolvendo o seu Conselho e dando-lhe um pastor, a seu critério.

c) Co-pastores

Art. 55 - Co-pastores, efetivos ou comissionados, são ministros associados, em igualdade de condições, no pastorado de uma ou mais igrejas.

d) Pastores Auxiliares

Art. 56 - Pastor auxiliar é o ministro que colabora oficialmente com o pastor efetivo, ou com o comissionado, a convite de um ou outro e com o consentimento do Conselho e do Presbitério.

§ 1º - O pastor auxiliar não possui direito de jurisdição sobre a Igreja, nem o de voto no Conselho, onde pode ter assento, apenas em caráter informativo.

§ 2º - Não haverá ato de posse para o pastor auxiliar. B - Professores

Art. 57 - Os Presbitérios, por solicitação dos Sínodos ou da Assembleia Geral podem destinar ministros especialmente para a obra do professorado, seja em escolas de teologia, seja em instituições nas quais eles se dediquem à educação religiosa.

§ 1º - Os ministros professores não devem descuidar-se do ministério ordinário da Palavra e deverão permanecer arrolados em seus respectivos presbitérios e a eles sujeitos.

§ 2º - Os Presbitérios respectivos deverão ser ouvidos previamente, sempre que se tratar de ministros em exercício de pastorado.

§ 3º - Os Conselhos das igrejas respectivas serão ouvidos previamente, sempre que se tratar de pastores efetivos.

§ 4º - Aplica-se às cóngruas dos ministros professores o mesmo critério estabelecido para os presbitérios no artigo 53, § 2º.

Capítulo III DOS FUNCIONÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS

Art. 58 - Os Concílios, observados os dispositivos do artigo anterior, podem designar ministros para exercerem funções extraordinárias como da obra missionária, da imprensa, da beneficência ou de qualquer outra de interesse eclesiástico, não devendo eles se esquecerem, nessas funções, de seus votos ministeriais e continuando sujeitos aos seus respectivos Presbitérios.

Parágrafo único - Aplica-se às cóngruas desses ministros o mesmo critério estabelecido para os Presbitérios no artigo 53, § 2º.

Capítulo IV DO JUBILADO

Art. 59 - Ministro jubilado é o que deixa as suas funções (Art. 35) por motivo de idade, tempo de serviço ou invalidez para o exercício das mesmas, sem, todavia, perder o direito de exercê-las, quando devidamente autorizado.

Parágrafo único - O ministro jubilado continua como membro do respectivo Presbitério, com direito a voto, podendo ser escolhido para qualquer comissão temporária ou permanente, mas isento da obrigação de prestar quaisquer serviços ou de apresentar relatórios, salvo quando o tenha de fazer por força de funções voluntariamente aceitas.

Art. 60 - A jubilação dá-se: a) aos setenta anos de idade, facultativamente, a pedido do ministro; b) depois de trinta e cinco anos de serviço efetivo à Denominação, facultativamente, a pedido do ministro, ainda que tenha menos de setenta anos de idade; c) por motivo de invalidez total e permanente, a pedido do ministro e a juízo do concílio.

Capítulo V DO LICENCIADO

Art. 61 - Os Presbitérios licenciam seus candidatos em prova para o ministério a fim de que sejam ordenados, depois de suficientemente provados seus dons e de receberem da Igreja um bom testemunho.

Parágrafo único - Os candidatos do Departamento Missionário (Art. 65, § 2º) serão encaminhados a um dos Presbitérios para que sejam por ele licenciados e ordenados, ficando sob a tutela do Departamento, na licenciatura.

Art. 62 - As provas para a licenciatura consistem em: a) exame de experiência religiosa, motivos por que o candidato aspira ao ministério e suas opiniões teológicas; b) apresentação de certificado de curso de Ensino Médio e de diploma de curso teológico; c) sermão pregado perante o Presbitério; d) apresentação de monografia sobre algum tema teológico e exegese sobre um texto bíblico; e) outras provas quaisquer que o concílio julgar convenientes.

§ 1º - Será da escolha do candidato o assunto da monografia, da exegese e do sermão.

§ 2º - A monografia e a exegese de que trata este artigo deverão vir acompanhadas do parecer da Congregação de Professores do Seminário Presbiteriano Conservador. Em caso de candidatos provindos de outras denominações, esses trabalhos deverão ser encaminhados à referida Congregação de Professores até noventa dias antes da reunião do concílio, a fim de que por esta sejam encaminhados ao plenário, com o seu pronunciamento.

§ 3º - Quando houver motivos para dispensar ou adiar qualquer dessas provas, o Presbitério poderá fazê-lo, registrando em suas atas o fato e os motivos.

Art. 63 - A licenciatura não durará menos de um ano, nem mais de dois, e só será dispensada em casos excepcionais.

Art. 64 - Dentro do período de licenciatura, o Presbitério pode cassar a licença, se achar necessário; e é dever do Presbitério cassá-la sempre que o licenciado se entregue, sem necessidade, a qualquer mister que o impeça de fazer prova plena de seus dons.

Capítulo VI

DO CANDIDATO AO MINISTÉRIO

Art. 65 - Os membros professos que aspirarem à carreira do Ministério Sagrado, portadores de títulos de conclusão do Ensino Médio, deverão apresentar-se aos seus respectivos Conselhos, para o necessário exame, a fim de serem por estes encaminhados aos respectivos Presbitérios.

§ 1º - Os que forem encaminhados pelos Presbitérios ao Seminário serão considerados seminaristas, e suas anuidades serão pagas pelos Presbitérios correspondentes.

§ 2º - Os candidatos membros de congregações jurisdicionadas ao Departamento Missionário serão por ele encaminhados a um Presbitério para serem examinados e encaminhados por este ao Seminário, sendo da responsabilidade do Departamento Missionário o pagamento das anuidades correspondentes. Aplica-se a esses candidatos, *mutatis mutandis*, em relação ao Departamento Missionário, o disposto nos artigos 67, 68 e seus parágrafos.

Art. 66 - Os seminaristas terão de submeter-se à orientação espiritual do Diretor do Seminário, que sobre eles exercerá jurisdição pastoral, enquanto estiverem matriculados na instituição.

Art. 67 - Pelo Diretor do Seminário serão os seminaristas destinados às igrejas em que puderem prestar serviços durante o tempo dos seus estudos. Por ocasião das férias de fim de ano, os seminaristas deverão realizar viagens missionárias, obedecendo a planos preestabelecidos pelo Diretor do Seminário, levando em conta os apelos provenientes dos Presbitérios a que pertencem os alunos.

Art. 68 - Os Presbitérios ou suas comissões executivas, sempre que solicitados pelo Diretor do Seminário, farão advertências aos seminaristas.

§ 1º - No caso de um seminarista ter sido atingido pela disciplina de expulsão, e dentro de quinze dias não receber a comissão executiva a apelação, será automaticamente cassada a sua candidatura e serão suspensos, de imediato, todos os direitos dela decorrentes.

§ 2º - No caso de haver apelação por parte do seminarista atingido pela disciplina de expulsão, a Comissão Executiva julgará a apelação, *ad referendum* do plenário do Presbitério, ficando suspensos todos os direitos do seminarista até a decisão final.

§ 3º - Dentro do período de curso, o Presbitério poderá cassar a candidatura, se achar necessário; e é dever do Presbitério cassar sempre que o seminarista se entregar, sem necessidade, a qualquer mister que o impeça de fazer prova plena de seus dons.

Capítulo VII DO EVANGELISTA

Art. 69 - Para funções específicas a serem exercidas exclusivamente em seus campos, e no caso de absoluta carência de ministros, o Departamento Missionário poderá solicitar aos Presbitérios a ordenação de obreiros sem os requisitos exigidos nas alíneas “c” e “d” do artigo 40. Esses obreiros serão denominados “evangelistas” e terão, dentro de seu campo de atuação, as mesmas funções ordinárias dos ministros, estipuladas no parágrafo único do artigo 35 (1ª parte), inclusive as de ministrar os sacramentos e invocar a bênção.

§ 1º - A função de evangelista é de caráter provisório e terá validade pelo tempo que o Departamento julgar necessário.

§ 2º - Aplica-se para a ordenação de evangelistas, *mutatis mutandis*, o disposto no artigo 40 e seus parágrafos, observadas as exceções acima estabelecidas.

§ 3º - A ordenação do evangelista, bem como a cessação da mesma, serão promovidas pelo Presbitério a pedido da Diretoria do Departamento Missionário.

§ 4º - O evangelista, mesmo no exercício de sua função, continua membro de igreja local e só está sob jurisdição do Presbitério no que diz respeito à sua ordenação.

§ 5º - O critério para as cômguas dos evangelistas será aprovado pela Diretoria do Departamento Missionário.

Capítulo VIII DO PROVISIONADO

Art. 70 - No caso de absoluta carência de obreiros licenciados, na forma dos artigos 61 e 62, e como medida de caráter provisório, os Presbitérios poderão provisionar leigos que se dediquem à obra eclesiástica, pregando e auxiliando regularmente o trabalho, mediante remuneração.

Parágrafo único - A provisão será anual, mas poderá ser suspensa em qualquer tempo, pelo Presbitério ou, no interregno de suas reuniões, pela sua comissão executiva, independentemente de qualquer interpelação ou processo.

Capítulo IX DO PRESBITERO

Art. 71 - Os presbíteros são os representantes imediatos do povo; por isso são eleitos para, juntamente com os ministros, exercerem o governo e a disciplina, e assumirem a superintendência dos interesses espirituais das igrejas locais a que pertencem, bem como dos interesses de toda a comunhão eclesiástica, quando para isso chamados. Devem diligenciar especialmente por levar ao conhecimento do Conselho os males que não puderem corrigir; visitar os membros de suas igrejas e, em especial, os doentes; instruir os ignorantes; consolar os aflitos e velar sobre a infância e a juventude da Igreja; orar juntamente com o povo e por ele; informar o pastor de todos os casos de doença, aflição e despertamento religioso, bem como de todos e quaisquer outros casos que possam carecer de sua especial atenção.

Art. 72 - O exercício do presbiterato limita-se ao período de cinco anos, e pode ser renovado.

§ 1º - Findo o mandato do presbítero, fica ele em disponibilidade ativa, podendo, no gozo dos privilégios do seu ofício: a) tomar parte na ordenação de oficiais; b) ser escolhido para tomar assento nos concílios superiores; c) atuar em comissões dos referidos concílios.

§ 2º - O presbítero com mandato findo poderá ficar com assento no Conselho, no gozo das suas funções oficiais, até que se proceda à nova eleição; o que não deve ultrapassar o prazo de três meses.

§ 3º - O Conselho poderá conceder ao presbítero licença, pelo prazo máximo de seis meses, a fim de tratar de interesses particulares, podendo ser prorrogado a juízo do Conselho.

Art. 73 - Nos concílios, os presbíteros têm autoridade igual à dos ministros.

Art. 74 - Os que exercem o ofício de presbítero devem ser irrepreensíveis em sua vida e são na fé, homens de prudência e discipulação, e, pela santidade de suas vidas e pela sua conversação, devem ser exemplos do rebanho.

Art. 75 - A eleição de presbítero faz-se pela Assembleia (Art. 13), mediante escrutínio secreto.

Parágrafo único - Não se procede à eleição sem que a Assembleia declare que está pronta para isso, e é facultado ao Conselho indicar candidatos.

Art. 76 - Quando alguém tiver sido eleito presbítero, o Conselho, não tendo objeção séria, a seu critério, contra o candidato eleito, dar-lhe-á assento em caráter de prova para o presbiterato, distribuindo-lhe para isso atribuições adequadas. Vencido o prazo de seis meses, se o presbítero eleito confirmar a sua aceitação e tiver demonstrado possuir vocação, a juízo do Conselho, este designará o dia da ordenação. No caso de o presbítero eleito já haver exercido o ofício, será desde logo investido nas funções, independentemente de ordenação.

Parágrafo único - Na ocasião de ser investido ou instalado, e depois de realizado todo o ato cerimonial, o presbítero lerá e assinará publicamente o seguinte termo de compromisso, que será lavrado pelo secretário do Conselho em livro especial: "Eu, ao ser investido no cargo de presbítero-regente desta Igreja, declaro solenemente que, se no exercício de minhas funções vier

a ter dúvidas quanto à inspiração da Bíblia na sua integridade e aos símbolos doutrinários desta Igreja, ou aos seus princípios e práticas, deixarei espontaneamente o meu cargo”.

Art. 77 - As funções oficiais dos presbíteros se dissolvem por: a) disciplina de deposição (Anexo I, Art. 13); b) exoneração administrativa; c) exoneração a pedido; d) inscrição no rol especial (Art. 17); e) mudança que impossibilite o exercício do cargo; f) término de mandato; g) falecimento.

§ 1º - Nunca se concederá exoneração sem que a Assembleia seja comunicada, salvo se dela partir a iniciativa.

§ 2º - Para os casos de exoneração administrativa e a pedido, aplica-se, *mutatis mutandis*, e respectivamente, o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 44.

Capítulo X DO DIÁCONO

Art. 78 - Os diáconos são os encarregados de recolher e distribuir os recursos financeiros oferecidos pelo povo de Deus, e de realizar a obra de beneficência no seio do rebanho. Por extensão, devem ser considerados assessores do Conselho na obra administrativa, prestando-lhe a cooperação técnica, sempre que solicitada, e fazendo-lhe as sugestões que julgar do interesse da organização.

§ 1º - Devem os Conselhos, quando autorizados pela Assembleia, ao escolher tesoureiros, eleger, de preferência, diáconos, revezando-os, sempre que possível, no exercício do cargo (Art. 13, § 4º, e Art. 105).

§ 2º - Na ocasião da investidura ou instalação, e depois de realizado todo o cerimonial, o diácono lerá e assinará publicamente, *mutatis mutandis*, o termo de compromisso de que trata o artigo 76, parágrafo único.

Art. 79 - Os diáconos, sempre que possível, deverão ser organizados em Mesa Diaconal, pelos Conselhos, e elegerão em cada ano seu presidente e seu secretário.

§ 1º - Os Conselhos baixarão regulamentos estruturando o funcionamento das mesas diaconais, onde existirem.

§ 2º - Onde houver Mesa Diaconal, os conselhos poderão deixar a seu cargo a administração dos bens materiais da Igreja, ficando sob a responsabilidade da Mesa a execução dos orçamentos financeiros, aprovados pelos conselhos.

§ 3º - A Mesa, ou na sua falta o tesoureiro, disponibilizará aos membros comungantes, no fim de cada mês, um boletim financeiro. Nesse boletim poderão ser feitas comunicações e apelos, sempre que necessários.

Art. 80 - Para o ofício de diácono devem ser eleitos homens de reconhecida piedade, que sejam estimados por sua prudência e bem conceituados.

Art. 81 - A eleição, investidura e dissolução de funções de diáconos efetuam-se, *mutatis mutandis*, como no caso dos presbíteros (artigos 75 a 77).

Art. 82 - O exercício do diaconato limita-se ao período de cinco anos e pode ser renovado.

§ 1º - Findo o mandato do diácono, fica ele em disponibilidade.

§ 2º - O Conselho poderá conceder ao diácono licença, pelo prazo máximo de seis meses, a fim de tratar de interesses particulares, podendo ser prorrogado a juízo do Conselho.

Título IV DOS CONCÍLIOS

Preliminares

Art. 83 - A autoridade de jurisdição (Art. 9º) é exercida pelos presbíteros (ministros e presbíteros-regentes), reunidos em Concílios, e estes podem exercê-la sobre uma ou mais igrejas, mantendo entre si relações tais que cada ato de jurisdição é ato de toda a comunhão eclesiástica, pelo órgão apropriado.

Art. 84 - A jurisdição dos Concílios é apenas ministerial e declarativa, e, assim, eles têm autoridade para: 1) estabelecer regras de governo, de acordo com o ensino das Escrituras; 2) exigir obediência à lei de Cristo; dar testemunho contra erros e contra práticas imorais, dentro e fora da Igreja (Art. 102); elucidar casos novos ou controvertidos, sendo-lhes vedado, porém, promulgar leis que obriguem a consciência; 3) admitir ao gozo de privilégios eclesiásticos pessoas habilitadas e dele privá-las, não se estendendo, porém, sua autoridade, além da censura de exclusão.

Art. 85 - Os Concílios guardam entre si gradação natural, diferindo apenas em determinações constitucionais específicas; e embora cada um exerça jurisdição original e exclusiva sobre todas as matérias que especificamente lhes pertençam, contudo, os inferiores estão sujeitos à orientação, fiscalização e disciplina dos superiores.

Art. 86 - Os Concílios são, em gradação ascendente: a) o Conselho, que exerce a jurisdição sobre cada igreja local; b) o Presbitério, que a exerce sobre os ministros e Conselhos, bem como sobre o que é de interesse geral das igrejas de uma determinada região; c) o Sínodo, que tem jurisdição sobre os Presbitérios; d) a Assembleia Geral que exerce jurisdição sobre os Sínodos e sobre tudo quanto se refere à comunhão eclesiástica em geral.

Art. 87 - Os Concílios podem receber, como membros visitantes, ministros ou delegados de outras comunhões eclesiásticas reconhecidas; como correspondentes, com direito à palavra, membros de concílios congêneres da mesma comunhão.

Art. 88 - As sessões dos Concílios, menos as dos Conselhos, são públicas, salvo em casos excepcionais, e todas elas abertas e encerradas com oração.

Art. 89 - Os concílios formulam os seus respectivos regimentos internos.

Art. 90 - É dever dos Presbitérios, dos Sínodos e da Assembleia Geral examinar as atas dos concílios que lhe são inferiores, e se algum destes deixar de as remeter para tal fim, o concílio superior poderá ordenar a sua imediata apresentação.

§ 1º - No exame das atas de qualquer Concílio inferior deve verificar-se: a) se todos os atos foram constitucionais e regulares; b) se todos foram sábios, equitativos e para edificação da Igreja; c) se foram corretamente registrados; d) se as ordens legais do concílio superior têm sido obedecidas.

§ 2º - O Concílio superior registra em suas próprias atas a aprovação e observações feitas, simplesmente consignando-as no livro examinado; quando encontrar, porém, alguma irregula-

ridade que exija a sua intervenção, pode ordenar, independentemente de recurso, que o concílio inferior a reveja ou corrija, mesmo nos casos disciplinares.

Art. 91 - Referência é a apresentação escrita de matéria administrativa ou disciplinar, ainda não decidida ou julgada, que um concílio faz a outro imediatamente superior, com o fim de pedir conselho para decisão posterior da matéria ou de submetê-la toda ao concílio superior.

§ 1º - São considerados assuntos próprios para referência: a) os casos novos, que sejam difíceis ou importantes, e cuja decisão possa estabelecer princípio ou um precedente de grande influência; b) matéria sobre a qual o concílio inferior esteja dividido; c) outros casos de importância sobre os quais seja conveniente que o concílio superior decida preliminarmente.

§ 2º - O Concílio deve procurar resolver suas próprias questões, não fazendo subir inutilmente referências ao concílio superior.

Art. 92 - Dissentimento é o direito que tem qualquer membro do concílio de reclamar contra decisões por ele tomadas.

Parágrafo único - O dissentimento só será registrado em ata quando apresentado por escrito e estiver em termos respeitosos.

Art. 93 - Protesto é declaração mais enfática que o dissentimento, e poderá ser apresentado por qualquer membro do Concílio contra um julgamento que considere nocivo ou errôneo.

Parágrafo único - O protesto será registrado em ata, como no caso do artigo 92, parágrafo único.

Art. 94 - Representação é o direito que tem qualquer membro em plena comunhão de reclamar formalmente, perante os Concílios superiores, contra qualquer decisão administrativa tomada pelos concílios imediatamente inferiores ou pela assembleia de sua igreja local, no caso especificado no artigo 48, § 6º.

Capítulo I DO CONSELHO

Art. 95 - O Conselho de uma igreja é constituído do pastor, ou dos co-pastores, e dos presbíteros.

Art. 96 - O *quorum* do Conselho é formado pela sua maioria absoluta.

Art. 97 - É admissível o funcionamento do Conselho sem o número legal de presbíteros: 1) quando, excepcionalmente, não for possível à Igreja ter mais de um presbítero; 2) com um só dos presbíteros, se os demais estiverem impedidos: a) em gozo de licença, concedida pelo Conselho; b) por motivo de ausência, depois de convocados, em casos inadiáveis; c) por estarem respondendo a processo. A decisão será, porém, *ad referendum* do *quorum* estabelecido, quando se tratar de casos disciplinares ou de administração civil e financeira; d) consideram-se convocados todos os presbíteros quando o presidente convoca, de público pelo menos com uma semana de antecedência, a reunião do Conselho, ou quando o faz, com esse prazo, pelo boletim da igreja local.

Art. 98 - É admissível o funcionamento do Conselho sem o pastor: a) quando se tratar de igreja vaga; b) quando o pastor se declarar ou for declarado, pela maioria dos presbíteros, suspeito sobre o assunto especial a ser tratado; c) quando o pastor não residir na localidade e for demorada a sua ausência: 1) com o comparecimento da maioria dos presbíteros, sem, todavia, poder tratar de admissão, transferência e demissão de membros, nem de casos disciplinares; 2) com o comparecimento de um só presbítero, para o fim exclusivo de dar posse ao pastor comissionado ou de resolver sobre o envio de representante ao Presbitério.

Art. 99 - É admissível o funcionamento do Conselho somente com o pastor: 1) quando todos os presbíteros estiverem impedidos, pelos motivos do artigo 97, item 2, e para fim exclusivo de admitir membros à comunhão e resolver sobre a celebração da Santa Ceia; devendo o pastor, nos demais casos, quando houver grande urgência, pedir a intervenção presbiterial; 2) quando a igreja ficar sem nenhum presbítero, caso em que o pastor, além dos poderes especificados no item 1, terá mais o de estabelecer novos presbíteros, o que deverá fazer no menor prazo possível; 3) quando a igreja é recém-organizada e os presbíteros eleitos estejam todos em caráter de prova; 4) quando houver mudança de domicílio, falecimento, renúncia coletiva, recusa de comparecimento e vencimento de mandato dos presbíteros.

Art. 100 - O presidente do Conselho é o pastor da Igreja, e tem votos de quantidade e de qualidade.

§ 1º - No caso de haver co-pastores, a presidência será sempre do mais idoso, devendo o outro funcionar como secretário. Da mesma sorte, o co-pastor mais idoso exercerá a presidência para todos os efeitos de ordem civil.

§ 2º - Nos casos previstos no artigo 98, os presbíteros convidarão outro ministro da Denominação para presidir ou darão a presidência ao presbítero indicado no artigo 101, de conformidade com os casos a serem tratados.

§ 3º - Nos casos disciplinares só podem presidir o Conselho ministros do Presbitério respectivo.

Art. 101 - É substituto legal do pastor para todos os efeitos, no caso de haver co-pastores, o pastor que estiver servindo como secretário; e, no caso de não haver co-pastores, e apenas para os efeitos civis, o presbítero mais antigo no exercício.

Parágrafo único - Se houver mais de um presbítero com igual antiguidade, o substituto será o mais idoso.

Art. 102 - O Conselho tem como suas principais atribuições: a) admitir, disciplinar, transferir e demitir comungantes; b) velar pela fé e conduta dos que se acham sob sua jurisdição (Art. 84), para que nenhum membro despreze as ordenanças da Casa de Deus e para que os pais não se descuidem de apresentar seus filhos ao batismo; c) promover a eleição de presbíteros e diáconos, ordená-los e dar-lhes investidura, dissolver as suas relações com a Igreja, discipliná-los e velar por que cumpram seus deveres, bem como dar posse aos pastores; d) funcionar como Mesa Administrativa da Igreja local, representando-a perante o poder civil, pelo seu presidente, superintendendo toda a sua administração econômico-financeira, e nomeando funcionários da Igreja; e) superintender todas as atividades do culto, da educação religiosa, da evangelização e da obra

social que a Igreja mantiver; f) cumprir e fazer cumprir ordens do concílio superior e propor-lhe medidas convenientes; g) dar à Assembleia relatório do movimento geral eclesiástico do ano findo; h) nomear representante ao concílio superior.

Art. 103 - Os Conselhos reunir-se-ão sempre que necessário, à convocação do presidente, ou à de dois presbíteros quando a Igreja estiver sem pastor, ou, ainda, a requerimento de um terço dos membros comungantes, ou, finalmente, por determinação do Presbitério.

Art. 104 - As atas do Conselho e seu arquivo estarão a cargo de um secretário, escolhido dentre os presbíteros para servir pelo tempo que o Conselho determinar, salvo no caso do artigo 100, § 1º.

§ 1º - As atas serão um registro claro das reuniões do Conselho, bem como dos atos oficiais dos seus membros, relatados ao mesmo Conselho. Serão elaboradas segundo as regras estabelecidas em anexo desta Constituição e Ordem.

§ 2º - O arquivo manterá um rol minucioso de todo o movimento de admissão, disciplina e transferência de membros, incluindo menores e ausentes; um rol de oficiais e um rol especial para os casos do artigo 17 e seu parágrafo único.

§ 3º - Em casos excepcionais, o presidente acumulará as funções de secretário.

Art. 105 - A tesouraria da Igreja estará aos cuidados do Conselho, cabendo à Assembleia resolver sobre a nomeação ou eleição do tesoureiro (Art. 13, § 4º, e Art.77, § 1º).

Capítulo II DO PRESBITÉRIO

Art. 106 - Os Presbitérios compõem-se de todos os ministros e de um representante de cada igreja, dentro de determinada região.

Parágrafo único - É obrigatória a apresentação de credenciais por parte dos presbíteros representantes, sob pena de não serem arrolados como membros do concílio.

Art. 107 - O *quorum* do Presbitério é constituído da maioria absoluta de seus membros, não podendo ser inferior a dois ministros e dois presbíteros.

Art. 108 - A Mesa Diretora do Presbitério compõe-se do presidente, do vice- presidente, dos 1º e 2º secretários temporários, do secretário permanente e do tesoureiro, eleitos e empossados logo após a abertura do Concílio.

§ 1º - Na hipótese de estarem ausentes dos trabalhos parlamentares o presidente, o vice-presidente e o secretário permanente, assumirá a presidência o conciliar presente mais antigo no ofício.

§ 2º - Se houver mais de um conciliar com igual antiguidade, o substituto será o mais idoso.

Art. 109 - O presidente possui autoridade necessária para manter a ordem nas sessões, e para convocar e adiar as reuniões do concílio, conforme os seus regimentos internos.

Parágrafo único - O presidente não pode tomar parte nas discussões e só tem o voto de qualidade, que é obrigatório.

Art. 110 - O Presbitério tem como suas principais atribuições: a) admitir, cassar, transferir, licenciar e ordenar candidatos ao ministério; admitir, disciplinar, remover, transferir, jubilar e demitir ministros; estabelecer e dissolver relações pastorais; destinar ministros para diferentes funções; fazer com que seus obreiros se dediquem diligentemente aos seus deveres; b) organizar, unir e dividir igrejas, a pedido dos interessados, e bem assim dissolvê-las; c) assumir o pastorado das igrejas vagas e superintender em geral, por órgãos apropriados, as igrejas de sua jurisdição; d) examinar as atas dos Conselhos, das comissões permanentes e das assembleias, não intervindo, todavia, quanto a estas, em matéria de ordem civil ou de ordem administrativa, a fim de ficar resguardada a autonomia de que trata a Introdução Geral, item 1; e) atender às representações, consultas, referências, queixas e apelações; f) estabelecer e sustentar trabalhos de evangelização dentro de sua jurisdição e no estrangeiro; g) condenar opiniões e práticas inconvenientes, dentro de sua jurisdição e em consonância com os pronunciamentos dos Concílios superiores; h) cumprir e fazer cumprir as decisões próprias, bem como as prescrições constitucionais da Igreja; i) disciplinar os conselhos; j) tomar medidas orçamentárias; k) promover meios para progresso do trabalho geral, dentro de suas fronteiras. l) nomear representantes aos Concílios superiores, custeando-lhes as despesas; m) estabelecer convênios com instituições de assistência médica que beneficiem seus ministros, funcionários ou outros obreiros de dedicação exclusiva.

Art. 111 - As reuniões ordinárias serão anuais e deverão realizar-se entre a primeira quinzena de dezembro e a primeira de janeiro, em dia, hora e local determinados pelo próprio concílio. O Órgão Oficial publicará com trinta dias de antecedência, sempre que possível, a convocação feita pelo presidente ou por sua ordem.

Art. 112 - O Presbitério pode reunir-se extraordinariamente: a) quando o próprio concílio o determinar; b) quando qualquer emergência o exigir, a juízo da Comissão Executiva ou a requerimento subscrito por membros que constitua *quorum*. A convocação será feita com, pelo menos, sete dias de antecedência, pelo presidente ou por sua ordem, com declaração de motivos e, quando possível, publicada no Órgão Oficial.

§ 1º - Nas reuniões extraordinárias o Presbitério é dirigido pela Mesa Diretora da reunião anterior e composto pelos mesmos representantes das igrejas, salvo se os Conselhos quiserem substituí-los.

§ 2º - As reuniões extraordinárias tratarão somente da matéria para que forem convocadas.

Art. 113 - Os trabalhos parlamentares serão regulados pelo Regimento Interno dos Concílios.

Art. 114 - As atas do Presbitério serão elaboradas de acordo com as regras estabelecidas em anexo desta Constituição e Ordem. Ficarão, juntamente com o arquivo, sob os cuidados do secretário permanente.

§ 1º - Quando o secretário permanente for presbítero e não representar a sua igreja tomará assento no concílio, sem direito a voto.

§ 2º - O secretário permanente deve transcrever as atas fornecidas pelo secretário temporário em livro especial, que será submetido ao exame do concílio em cada reunião ordinária. Para esse fim, o Presbitério nomeará uma comissão especial logo no início de suas sessões e a ela compete apresentar parecer a respeito.

§ 3º - O arquivo conservará um registro minucioso das igrejas do Presbitério, bem como do movimento de admissão, disciplina, transferência e demissão dos ministros, licenciados e candidatos ao ministério.

Art. 115 - O Presbitério elegerá o Tesoureiro Presbiterial, podendo ser um presbítero ausente na reunião conciliar, o qual terá assento nas reuniões, quando não estiver representando a sua igreja, sem direito a voto.

Art. 116 - As despesas de viagem que os ministros fizerem para participar das reuniões dos Presbitérios serão pagas pelas igrejas em que estiverem exercendo funções pastorais e, quando afastados do exercício dessas funções, pelas caixas dos respectivos Presbitérios.

§ 1º - Na impossibilidade ocasional de serem estas despesas pagas pelas igrejas, deverão elas ser cobertas com recursos das caixas presbiteriais, mediante requerimento dos interessados.

§ 2º - Entendem-se por despesas reembolsáveis exclusivamente os custos de transporte, alojamento e alimentação.

§ 3º - Dada a reincidência de pedidos dessa natureza, deverá ser aberta sindicância, por quem de direito, para o efeito de ser aplicada à igreja reincidente a medida do § 5º do artigo 11.

Art. 117 - A organização de novos Presbitérios será determinada pela expansão do trabalho, a juízo dos Sínodos.

Parágrafo único - A organização de Presbitério se dará com o número mínimo de quatro ministros em atividade e quatro igrejas.

Art. 118 - Os Presbitérios só serão dissolvidos por determinação do Sínodo e nos seguintes casos: 1) por processo de dissolução disciplinar. 2) por processo de dissolução de iniciativa dos Presbitérios em causa, em reuniões extraordinárias, convocadas especialmente para esse fim. Neste caso, a proposta de dissolução será levada ao Sínodo pelo presidente do Presbitério em causa e em virtude de resolução votada por dois terços dos membros presentes na reunião do Presbitério. 3) automaticamente, desde que as igrejas jurisdicionadas, de qualquer Presbitério, se reduzam a menos de três. Em qualquer dos casos, o Sínodo transferirá os elementos remanescentes para a jurisdição de outro Presbitério à sua escolha e não dos interessados.

DAS COMISSÕES EXECUTIVAS DOS PRESBITÉRIOS

Art. 119 - Nos interregnos de suas reuniões, os Presbitérios serão representados por comissões constituídas pelos membros de suas Mesas Diretoras e mais os secretários permanentes e os tesoureiros presbiteriais.

§ 1º - As Mesas Diretoras dos Concílios serão as dessas comissões.

§ 2º - Se o tesoureiro presbiterial for um presbítero que não tenha representado sua igreja local na última reunião presbiterial, terá ele assento apenas como assessor consultivo ou técnico, mas não poderá votar nas deliberações.

§ 3º - O *quorum* para o funcionamento da Comissão Executiva do Presbitério será da maioria absoluta dos seus membros.

§ 4º - As reuniões das comissões executivas serão convocadas pelos presidentes, por iniciativa própria ou a pedido de número de membros que constitua *quorum* do Presbitério.

§ 5º - As comissões terão livros de atas, que serão submetidos aos Presbitérios todos os anos, acompanhados de relatórios em que serão destacadas as resoluções mais importantes.

Art. 120 - São deveres da Comissão Executiva: a) apresentar ao Presbitério, em todas as suas reuniões ordinárias, relatório circunstanciado de todos os seus atos, acompanhado de seu livro de atas; b) dar explicação de qualquer ato seu, a requerimento de qualquer membro do Presbitério, por ocasião de suas reuniões ordinárias; c) responder a eventuais consultas de caráter administrativo que lhe sejam feitas, no interregno das reuniões do Presbitério, por qualquer Conselho ou ministro jurisdicionado ao Presbitério.

Art. 121 - É vedado à Comissão Executiva: a) tratar de qualquer assunto de ordem disciplinar; b) adquirir, alienar ou onerar qualquer bem patrimonial, sem prévia autorização do Presbitério; c) fazer empréstimos ou adiantamentos e constituir dívida de qualquer natureza em nome do Presbitério sem prévia autorização do mesmo; d) tomar qualquer resolução que modifique ou invalide as resoluções do Presbitério.

DAS COMISSÕES CONCILIARES

Art. 122 - Os Presbitérios poderão nomear comissões especiais para agir nos intervalos das suas reuniões ordinárias: a) temporárias, para estudos e pareceres sobre matérias especiais determinadas pelos concílios; b) permanentes, de caráter técnico.

Capítulo III DO SÍNODO

Art. 123 - O Sínodo consiste na reunião de ministros e presbíteros que representam os Presbitérios de uma região determinada pela Assembleia Geral.

§ 1º - O Sínodo será constituído de, pelo menos, três Presbitérios.

§ 2º - Cada Presbitério será representado por três ministros e três presbíteros.

Art. 124 - Reunir-se-á o Sínodo regularmente de dois em dois anos, em local por ele mesmo determinado em cada uma de suas reuniões, e mediante convocação de seu presidente, com pelo menos trinta dias de antecedência, feita, sempre que possível, por publicação no Órgão Oficial.

Art. 125 - O *quorum* do Sínodo é constituído da maioria absoluta de seus membros, não podendo ser inferior a quatro ministros e quatro presbíteros, deliberando pela maioria absoluta dos membros presentes.

Art. 126 - A Mesa Diretora do Sínodo compõe-se do presidente, do vice-presidente, dos 1º e 2º secretários temporários, do secretário permanente e do tesoureiro, eleitos e empossados logo após a abertura do concílio.

§ 1º - Na hipótese de estarem ausentes dos trabalhos parlamentares o presidente, o vice-presidente e o secretário permanente, assumirá a presidência o conciliar presente mais antigo no ofício.

§ 2º - Se houver mais de um conciliar com igual antiguidade, o substituto será o mais idoso.

Art. 127 - Nos interregnos de suas reuniões ordinárias, o Sínodo será representado por uma comissão constituída por dois representantes de cada Presbitério, por este indicados, sob a presidência do presidente do Sínodo. Essa comissão terá o nome de Comissão Executiva do Sínodo e terá suas funções reguladas por esta Constituição e Ordem.

Art. 128 - São atribuições do Sínodo:

1) Organizar Presbitérios, modificá-los ou dissolvê-los, assim como sobre eles exercer disciplina, nos termos desta Constituição e Ordem.

2) Examinar e submeter a seu próprio julgamento, quando necessário, todos os atos dos Presbitérios, através do exame e estudo das atas de suas reuniões, lavrando nesses livros as suas observações.

3) Superintender a obra de evangelização, de educação religiosa, o trabalho masculino, feminino e o da mocidade, bem como as instituições religiosas, educativas e sociais, no âmbito sinodal, de acordo com os padrões estabelecidos pela Assembleia Geral.

4) Executar e fazer cumprir suas próprias resoluções e as da Assembleia Geral.

5) Propor à Assembleia Geral as medidas que julgue de proveito geral para a Igreja.

6) Atender a consultas, representações, referências, queixas e apelações, decidindo em todos os casos de disciplina, obedecendo aos processos regulamentados por esta Constituição e Ordem e seus anexos.

7) Determinar verbas de dotação para os Presbitérios, a requerimento destes, sempre que, a juízo do Sínodo, não estiverem em condições de financiar as realizações indispensáveis ao cumprimento de suas funções.

8) Estabelecer convênios com instituições de assistência médica que beneficiem seus ministros, funcionários ou outros obreiros de dedicação exclusiva.

9) Nomear comissões temporárias ou permanentes, mas sempre de caráter meramente consultivo, para tratar de assuntos especiais que lhes sejam propostos ou que devam ser tratados nos interregnos de suas reuniões.

10) Promover, através de conferências e seminários, o aprimoramento teológico, o desenvolvimento intelectual dos ministros e oficiais, a auto avaliação, o encorajamento e correção mútuos, o incentivo ao cumprimento dos propósitos eclesiais e ministeriais expostos nas Sagradas Escrituras, bem como traçar projetos conforme as necessidades e alvos do concílio. As conferências e seminários serão realizados pelo menos uma vez em cada interregno das reuniões do Sínodo.

Art. 129 - O Sínodo reunir-se-á extraordinariamente por convocação do próprio Sínodo em reunião ordinária, da sua comissão executiva, ou a requerimento dos Presbitérios em número suficiente para preenchimento do *quorum* estabelecido no artigo 124. A convocação será feita com, pelo menos, quinze dias de antecedência, com declaração de motivos, e, sempre que possível, publicada no Órgão Oficial.

§ 1º - Nas reuniões extraordinárias o Sínodo é dirigido pela Mesa Diretora da reunião anterior e composto pelos mesmos representantes dos Presbitérios salvo se estes quiserem substituí-los.

§ 2º - As reuniões extraordinárias tratarão somente da matéria para que forem convocadas.

DAS COMISSÕES EXECUTIVAS DOS SÍNODOS

Art. 130 - O Sínodo é administrado nos interregnos de suas reuniões ordinárias por uma Comissão Executiva cujo presidente é o mesmo do Sínodo, o qual representa a instituição como pessoa jurídica.

Parágrafo único - O presidente será substituído em seus impedimentos pelo vice-presidente do Sínodo. A Comissão Executiva escolherá seu secretário entre os demais membros.

Art. 131 - A comissão é constituída pelo oficial acima designado, pelo vice-presidente, pelo tesoureiro e mais dois representantes de cada Presbitério, sendo um deles ministro e outro, presbítero.

§ 1º - O *quorum* para o funcionamento da Comissão Executiva do Sínodo será da maioria absoluta dos seus membros.

§ 2º - O presidente não poderá votar nas resoluções, a não ser no caso de empate, em que o seu voto decidirá sobre a matéria votada.

Art. 132 - A Comissão Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano à convocação do presidente do Sínodo e extraordinariamente, com declaração de motivo, por convocação do Presidente, espontaneamente ou a requerimento de ministros e presbíteros do Sínodo desde que nesses ministros e presbíteros esteja representada a maioria dos Presbitérios.

§ 1º - Nas reuniões ordinárias, além de qualquer matéria que se apresente, deverão ser tratados obrigatoriamente os seguintes assuntos:

1) Apreciação dos relatórios anuais das instituições sinodais;

2) Apreciação do relatório anual do tesoureiro sinodal;

3) Revisão do orçamento do Sínodo para efeito dos reajustes das cômguas ou de subvenções e dotações, já votadas pelo Sínodo, que se tornarem indispensáveis, sempre que haja solicitações nesse sentido. Tais reajustes terão de ser justificados perante o Sínodo, em sua reunião.

§ 2º - Nas reuniões extraordinárias só serão tratados os assuntos que lhes tiverem dado motivo.

Art. 133 - São deveres da Comissão Executiva: a) apresentar ao Sínodo, em todas as suas reuniões ordinárias, relatório circunstanciado de todos os seus atos, acompanhado de seu livro de atas; b) apresentar ao Sínodo, em todas as suas reuniões ordinárias, os relatórios da Tesouraria Sinodal que lhe tenham sido apresentados no decorrer de sua gestão, acompanhados de seu parecer; c) dar explicação de qualquer ato seu, a requerimento de qualquer membro do Sínodo, por ocasião de suas reuniões ordinárias; d) responder a eventuais consultas de caráter administrativo que lhe sejam feitas, no interregno das reuniões do Sínodo, por qualquer Presbitério, Conselho ou ministro jurisdicionado ao Sínodo.

Art. 134 - É vedado à Comissão Executiva: a) tratar de qualquer assunto de ordem disciplinar; b) adquirir, alienar ou onerar qualquer bem patrimonial, sem prévia autorização do Sínodo; c) fazer empréstimos ou adiantamentos e constituir dívida de qualquer natureza em nome do Sínodo sem prévia autorização do mesmo; d) tomar qualquer resolução que modifique ou invalide as resoluções do Sínodo, salvo o reajuste das cômguas, ou de subsídios e dotações, previsto no artigo 132, § 1º, item 3, desta Constituição e Ordem.

Art. 135 - A Comissão Executiva determinará ao tesoureiro sinodal o recolhimento de todas as quantias que lhe forem confiadas em estabelecimento bancário.

Art. 136 - Os membros da Comissão executiva terão o seu mandato vencido automaticamente por ocasião das reuniões ordinárias do Sínodo.

Art. 137 - O secretário da Comissão Executiva responderá pessoal e diretamente perante o Sínodo pela transcrição das atas das reuniões dessa comissão, em livro especial.

Capítulo IV **DA ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 138 - A Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil é constituída de seis representantes de cada presbitério, nomeados por este, sendo três pastores e três presbíteros e mais os presidentes dos Sínodos. Constitui-se a Assembleia Geral no órgão de unidade de toda a Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, jurisdicionando concílios, que mantém o mesmo governo, disciplina e padrão de vida.

Art. 139 - O *quorum* da Assembleia Geral será constituído de dois terços de seus membros, deliberando pela maioria absoluta dos membros presentes.

Art. 140 - Reunir-se-á a Assembleia Geral ordinariamente de quatro em quatro anos, em local e data por ela mesma determinados, mediante convocação de seu presidente, com pelo menos trinta dias de antecedência, feita, sempre que possível, por publicação no Órgão Oficial.

Art. 141 - A Mesa Diretora da Assembleia Geral é constituída do presidente, do vice-presidente, dos 1º e 2º secretários, do secretário permanente e do tesoureiro, eleitos e empossados na seção de abertura do concílio.

§ 1º - Na hipótese de estarem ausentes dos trabalhos parlamentares o presidente, o vice-presidente e o secretário permanente, assumirá a presidência o conciliar presente mais antigo no ofício.

§ 2º - Se houver mais de um conciliar com igual antiguidade, o substituto será o mais idoso.

Art. 142 - Nos interregnos de suas reuniões ordinárias a Assembleia Geral será administrada pela Comissão Executiva, composta de quatro representantes de cada Sínodo, nomeados por este, sendo dois pastores e dois presbíteros, do presidente, do vice-presidente e do tesoureiro da Assembleia Geral. A Comissão Executiva é presidida pelo presidente da Assembleia Geral, o qual é o representante legal da Pessoa Jurídica da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil; o seu secretário será escolhido dentre os participantes, na sua primeira reunião. Nos impedimentos do secretário, o presidente indicará um *ad-hoc*. As funções da Comissão Executiva serão regulamentadas por esta Constituição e Ordem.

Art. 143 - Nas suas reuniões extraordinárias a Assembleia Geral se reunirá por convocação do próprio concílio em reunião ordinária, da Comissão Executiva ou a requerimento de dois terços de seus membros. A convocação será feita com, pelo menos, trinta dias de antecedência, com declaração de motivos, e, sempre que possível, publicada no Órgão Oficial.

§ 1º - Nas reuniões extraordinárias a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa Diretora da reunião anterior, composta pelos mesmos membros da reunião ordinária, salvo se os Presbitérios quiserem substituí-los.

§ 2º - As reuniões extraordinárias tratarão somente da matéria para que forem convocadas.

Art. 144 - São atribuições da Assembleia Geral:

1) Formular sistemas ou padrões de doutrina quanto à fé; estabelecer regras de governo, de disciplina e de liturgia, de acordo com os ensinamentos das Sagradas Escrituras.

2) Organizar, disciplinar, fundir, e dissolver Sínodos, assim como sobre eles exercer a disciplina, nos termos da Constituição e Ordem.

3) Nomear ou eleger diretores ou diretorias para o Órgão Oficial da Denominação, o Seminário Presbiteriano Conservador, o Departamento Missionário, e quaisquer outras instituições que sejam criadas para preencher as finalidades da Denominação, baixando-lhes regulamentos quando julgar conveniente.

4) Atender a consultas, representações, referências, queixas e apelações, decidindo como última instância em todos os casos de disciplina, obedecendo aos processos regulamentados por esta Constituição e Ordem e seus anexos, observada a gradação entre os Concílios.

5) Decidir com exclusividade sobre relações e cooperação com outras comunhões eclesíásticas, que satisfaçam as exigências determinadas pelo artigo 6º desta Constituição e Ordem.

6) Decidir com exclusividade sobre todas as controvérsias que surjam dentro ou fora da Denominação, a respeito de doutrina ou prática, constituindo-se, dessa forma, em laço de união, de paz, de convívio mútuo e garantia de confiança recíproca entre todos os membros da federação eclesiástica que representa.

7) Determinar a forma de recolhimento e de aplicação de todos os recursos financeiros destinados aos fins gerais da Denominação, como referidos na Introdução Geral desta Constituição e Ordem.

8) Funcionar como Assembleia da pessoa jurídica da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil e, nesse caráter, aprovar seus estatutos e promover quaisquer modificações nos mesmos.

9) Estabelecer convênios com instituições de assistência médica que beneficiem seus ministros, funcionários ou outros obreiros de dedicação exclusiva.

10) Promover, através de conferências e seminários, o aprimoramento teológico, o desenvolvimento intelectual dos ministros e oficiais, a auto avaliação, o encorajamento e correção mútuos, o incentivo ao cumprimento dos propósitos eclesiásticos e ministeriais expostos nas Sagradas Escrituras, bem como traçar projetos conforme as necessidades e alvos da Denominação.

11) Criar e superintender as instituições organizadas.

12) Superintender os trabalhos das Confederações por meio de secretários executivos.

13) Cooperar, no que julgar oportuno, com entidades eclesiásticas, dentro ou fora do país, para a expansão do Reino de Deus, desde que isto não comprometa a posição ortodoxa da Igreja.

14) Receber, Adquirir, transferir, alienar, com ou sem ônus os bens da Igreja.

15) Receber e administrar através da tesouraria geral os recursos financeiros arrecadados e enviados pelas igrejas provenientes das contribuições gerais.

16) Examinar as atas dos Sínodos, da Assembleia Geral e de sua Comissão Executiva.

17) Executar e fazer cumprir a presente Constituição e as deliberações do próprio concílio.

18) Definir as relações entre a Igreja e o Estado.

DA COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 145 - A Assembleia Geral é administrada nos interregnos de suas reuniões, pela Comissão Executiva da Assembleia Geral, constituída pelo presidente, vice- presidente e tesoureiro da mesma, e mais quatro representantes de cada Sínodo, sendo dois pastores e dois presbíteros.

§ 1º - O *quorum* para funcionamento da Comissão será da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - O presidente não poderá votar nas resoluções, a não ser no caso de empate, em que seu voto decidirá sobre a matéria votada.

Art. 146 - A Comissão reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada ano, à convocação do presidente e extraordinariamente, com exposição de motivo, por convocação do presidente ou a requerimento de dois terços de seus membros.

§ 1º - Nas reuniões ordinárias, além de qualquer matéria que se apresente, deverão ser tratados obrigatoriamente os seguintes assuntos:

1) Apreciação dos relatórios anuais das instituições da Assembleia Geral.

2) Apreciação do relatório anual do tesoureiro geral.

3) Revisão do orçamento da Assembleia Geral para efeito de reajustes ou de subvenções e dotações, já votados pelo Concílio, que se tornarem indispensáveis, sempre que haja solicitação nesse sentido. Tais reajustes terão de ser justificados na reunião seguinte do concílio.

§ 2º - Nas reuniões extraordinárias só serão tratados os assuntos que motivaram a sua convocação.

Art. 147 - São deveres da Comissão: a) apresentar à Assembleia Geral, em todas as suas reuniões ordinárias, relatório circunstanciado de todos os seus atos, acompanhado de seu livro de atas; b) apresentar à Assembleia Geral, em todas as suas reuniões ordinárias, os relatórios da Tesouraria Geral que lhe tenham sido apresentados no decorrer de sua gestão, acompanhados de seu parecer; c) dar explicação de qualquer ato seu, a requerimento de qualquer membro da Assembleia Geral, por ocasião de suas reuniões ordinárias; d) responder a eventuais consultas de caráter administrativo que lhe sejam feitas, no interregno das reuniões da Assembleia Geral, por qualquer Sínodo, Presbitério, Conselho ou ministro da Denominação; e) nomear, interinamente substitutos para cargos vacantes (do Órgão Oficial da Denominação, do Seminário Presbiteriano Conservador, do Departamento Missionário, e quaisquer outras instituições que tenham sido criadas para preencher as finalidades da Denominação).

Art. 148 - É vedado à Comissão Executiva da Assembleia Geral: a) tratar de qualquer assunto de ordem disciplinar; b) alienar ou onerar qualquer bem patrimonial, sem prévia autorização da Assembleia Geral; c) fazer empréstimos ou adiantamentos e constituir dívida de qualquer natureza em nome da Denominação, sem prévia autorização da Assembleia Geral; d) tomar qualquer resolução que modifique ou invalide as resoluções da Assembleia Geral, salvo o reajuste das congruas, ou de subsídios e dotações, previsto no artigo 146, § 1º, item 3, desta Constituição e Ordem.

Art. 149 - A Comissão Executiva da Assembleia Geral determinará ao tesoureiro geral o recolhimento de todas as quantias que lhe forem confiadas em estabelecimento bancário.

Art. 150 - Os membros da Comissão Executiva da Assembleia Geral terão o seu mandato vencido automaticamente por ocasião das reuniões ordinárias da Assembleia Geral.

Art. 151 - O secretário da Comissão Executiva da Assembleia Geral responderá pessoal e diretamente perante a Assembleia Geral pela transcrição das atas das reuniões dessa Comissão, em livro especial.

Título V DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Capítulo I DA CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS DA IGREJA

Art. 152 - Tendo sua sede em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, a Igreja terá um escritório nessa cidade, onde permanecerão todos os seus livros e documentos, devidamente arquivados, sob a custódia de um de seus ministros ou presbíteros residente naquela cidade, eleito em caráter permanente pela Assembleia Geral.

Capítulo II DA COMUNICAÇÃO

Art. 153 – A Igreja fará suas comunicações oficiais através dos seguintes órgãos: Jornal “O Presbiteriano Conservador”, Rede Mundial de Computadores o domínio www.ipcb.org.br e outros quaisquer meios que venha a constituir.

Art. 154 - A Igreja tem como Órgão Oficial “O Presbiteriano Conservador”. Nomeará a Assembleia Geral, em caráter permanente, o diretor desse órgão; e, por indicação deste, quando isso for necessário, o seu gerente.

§ 1º - O Órgão Oficial, destinado a fazer propaganda dos ideais da Igreja e a defender suas atitudes oficiais, será impedido de publicar qualquer matéria que se contraponha aos princípios doutrinários ou distintivos em que se baseia a Denominação.

§ 2º - Observado o parágrafo anterior, terá o diretor do Órgão inteira liberdade na escolha da orientação intelectual ou administrativa do mesmo.

Art. 155 - A Igreja tem como meio de divulgação na Rede Mundial de Computadores o domínio www.ipcb.org.br. A Assembleia Geral nomeará em caráter permanente seu webmaster.

Parágrafo Único - Aplica-se *mutatis mutandis* conforme o disposto nos parágrafos § 1º e § 2º do Art. 154.

Capítulo III DA REPRESENTAÇÃO

Art. 156 - Todo concílio é obrigado a enviar representante às reuniões dos concílios superiores.

§ 1º - Sempre que a um concílio for absolutamente impossível enviar representantes aos concílios superiores, aquele deverá oficiar a estes, expondo os motivos e solicitando justificação da ausência.

§ 2º - Os Concílios verificarão, no final da última sessão de cada um deles, se houve representação cuja ausência não se justificou, e farão observação aos respectivos Concílios inferiores, por intermédio dos seus secretários temporários.

§ 3º - Cada representante deverá comparecer aos concílios superiores munido de credencial e demais documentos exigidos.

Art. 157 - Todo representante deverá permanecer nas reuniões dos concílios até o encerramento dos trabalhos, salvo nos casos de enfermidade em sua pessoa ou em pessoa de sua família, ou de ocorrência de extrema gravidade que, afetando seus interesses morais ou materiais, o iniba de participar convenientemente.

Capítulo IV DA PASTORAL

Art. 158 - No encerramento de cada uma das suas reuniões, a Assembleia Geral aprovará a Pastoral que tiver sido redigida pelo ministro ou pelo presbítero comissionado para esse fim, e nomeará o redator da Pastoral para o quadriênio seguinte.

Parágrafo único - A Pastoral será um documento escrito com grande elevação de linguagem, tratando dos assuntos de importância, sem descer a particularidades, e deverá apresentar o pensamento do concílio, não só quanto às resoluções administrativas que tiverem sido tomadas, como no encarar os diversos problemas que tiverem surgido durante o quadriênio eclesiástico anterior.

Capítulo V DO CALENDÁRIO

Art. 159 - Na obra administrativa, educativa e espiritual da Igreja, deverá ser observado o seguinte calendário:

11 de Fevereiro - Dia da fundação da Igreja, em que deverá ser celebrado em todas as igrejas locais e congregações um culto de ação de graça, com solene exortação no sentido de se manter a unidade da Igreja em torno dos princípios de sua fundação.

27 de Junho - Data da fundação da Federação Eclesiástica, com a reunião do Primeiro Presbitério, fazendo-se nesse dia larga propaganda do Órgão Oficial, valoroso divulgador da causa conservadora.

12 de Agosto - Dia das Missões, em que a Igreja comemora a implantação da Obra Missionária Presbiteriana no Brasil e em que se farão apelos em favor do trabalho de missões.

3º Domingo de Setembro - Dia da Escola Dominical, em que todas as igrejas locais e congregações farão esforço especial no sentido de tornar conhecida a Escola Dominical, trazendo para as suas reuniões o maior número de visitantes, e oferecendo-lhes atraente programa festivo.

31 de Outubro - Dia da Reforma do Século XVI, em que será realizado um culto de ação de graça e louvor a Deus por esse acontecimento histórico, que marcou o retorno da Igreja Cristã à verdade bíblica.

05 de Novembro - Dia da Ação Social, em que as igrejas realizarão atividades considerando a necessidade de seu despertamento para a área da Ação Social e refletirão sobre sua responsabilidade social e cultural em seu papel como instituição.

15 de Novembro - Dia do Seminário, em que se farão, em todas as igrejas e congregações, reuniões de ação de graça pela obra do Seminário e apelos por vocações ministeriais.

2º Domingo de Dezembro - Dia da Bíblia, em que a Igreja, por meio de todos os seus púlpitos, exaltará o valor da Palavra de Deus, fazendo ampla divulgação da mesma.

25 de Dezembro - Dia de Natal, em que as igrejas locais e as congregações comemorarão o nascimento de Jesus Cristo, numa festa de profunda significação religiosa, alusiva à data.

Capítulo VI DAS INSTITUIÇÕES

Art. 160 - Instituídas por esta Igreja, funcionarão com autonomia, didática e administrativa, mas limitada pelos regulamentos baixados pela Assembleia Geral, as instituições que tiverem como função específica no seio da Denominação a preparação de obreiros para o santo ministério, realização da obra beneficente e missionária.

Art. 161 - Essas instituições serão mantidas com donativos e ofertas que a elas sejam feitas diretamente e por dotações mensais votadas pela Assembleia Geral.

Art. 162 - Ao baixar os respectivos regulamentos, a Assembleia Geral nomeará em caráter permanente, e de acordo com as necessidades criadas por esses regulamentos, os oficiais que terão de dirigir as instituições.

Art. 163 - Para o provimento desses cargos a Assembleia Geral só nomeará pessoas pertencentes à Denominação, de preferência ministros e presbíteros.

Capítulo VII DO TESOUREIRO DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 164 - A Assembleia Geral nomeará em caráter permanente, entre os ministros ou presbíteros da Denominação, o tesoureiro geral da Igreja, cujas funções serão exercidas sob a jurisdição da Comissão Executiva da Assembleia Geral.

§ 1º - Esse cargo passará a ser remunerado quando, a juízo da Assembleia Geral, se verificar a necessidade de um funcionário nesse caráter.

§ 2º - São atribuições do tesoureiro geral: a) receber e guardar os recursos financeiros arrecadados e enviados pelas igrejas, provenientes das contribuições gerais; b) pagar as verbas e dotações consignadas nos orçamentos financeiros aprovados pela Assembleia Geral ou pela Comissão Executiva; c) manter e movimentar conta bancária sob autorização da Comissão Executiva da Assembleia Geral e por procuração do presidente; d) manter escrituração em Livro Caixa dos recursos levantados e pagamentos autorizados; e) apresentar relatório anual do movimento financeiro à Comissão Executiva; f) comparecer às reuniões da Comissão Executiva da Assembleia Geral, em caráter consultivo, mas sem direito a voto nas suas deliberações.

§ 3º O Tesoureiro responde com os seus bens pelos recursos financeiros em seu poder.

Capítulo VIII

DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

Art. 165 - A Assembleia Geral nomeará secretários executivos para as Confederações das entidades internas, os Sínodos nomearão secretários executivos para as Federações Sinodais e os Presbitérios para as Federações Presbiteriais, cujos mandatos se findam a cada reunião ordinária do concílio, podendo ser renomeados.

§ 1º - Esses secretários deverão apresentar relatórios de suas atividades aos respectivos Concílios ou Comissões Executivas.

§ 2º - Os concílios poderão votar verbas para o exercício do cargo, quando for necessário.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo I DA CONSTITUIÇÃO E ORDEM

Art. 166 - A Constituição e Ordem da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil só poderá ser reformada: a) na sua parte fundamental, isto é, na Introdução Geral, apenas na forma, porque qualquer alteração na essência implicará na dissolução automática da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil; b) na sua parte administrativa, pela Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - Todas as emendas propostas deverão ser publicadas no órgão oficial.

§ 2º - A data limite para o encaminhamento das propostas de emendas, à redação do órgão oficial, será fixada pela Comissão Executiva da Assembleia Geral, que se responsabilizará pela elaboração de um anteprojeto.

§ 3º - Uma vez publicado o anteprojeto, será convocada uma reunião extraordinária da Assembleia Geral com, no mínimo, três meses de antecedência para aprovação do anteprojeto.

§ 4º - A emenda só prevalecerá se tiver a seu favor $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos membros presentes no concílio.

Capítulo II DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 167 - Esta Constituição e Ordem foi revisada e aprovada pela Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, em sua reunião extraordinária de 04 a 06 de julho de 2017, entrando em vigor, juntamente com seus anexos, na data da sua aprovação, e revogando as disposições em contrário.

ANEXO I

CÓDIGO DE DISCIPLINA DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL

PRELIMINARES: DA NATUREZA E DO PROPÓSITO DA DISCIPLINA

Art. 1º - Disciplina eclesiástica é o exercício daquela autoridade de jurisdição (Art. 9º, § 2º da Constituição e Ordem) que, pelo poder recebido de Jesus Cristo, a Igreja visível exerce na aplicação de censuras sobre os membros comungantes, oficiais e concílios.

§ 1º - Os membros menores, não comungantes, também recebem os cuidados espirituais da Igreja, mas sua disciplina direta e imediata compete aos pais ou responsáveis.

§ 2º - Todas as disposições disciplinares relativas a indivíduos são indistintamente aplicáveis aos comungantes; e, salvo nos casos expressos, a todos os oficiais da Igreja.

Art. 2º - A disciplina pode ser judicial ou administrativa.

§ 1º - A disciplina judicial tem por fim a correção das ofensas.

§ 2º - A disciplina administrativa visa à manutenção da boa ordem no governo da Igreja, a fim de que todos os direitos sejam preservados e de que todas as obrigações sejam fielmente cumpridas.

Art. 3º - O propósito da disciplina é o de vindicar a honra de Cristo, promover a pureza de sua Igreja, manter a boa ordem, corrigir o ofensor e remover os escândalos, em obediência à Palavra de Deus.

Art. 4º - O exercício da disciplina compete: a) aos Conselhos, na aplicação de censuras aos seus membros professos e oficiais; b) aos Presbitérios, na aplicação de censuras aos ministros, Conselhos e Assembleias Locais; c) aos Sínodos, na aplicação de censuras a Presbitérios; d) a Assembleia Geral, na aplicação de censuras aos Sínodos.

Título I

DA DISCIPLINA DE INDIVÍDUOS

Capítulo I

DAS OFENSAS

Art. 5º - Ofensa é tudo aquilo que, na doutrina ou na prática dos indivíduos ou dos concílios, é contrário à Palavra de Deus, segundo a interpretação dos Símbolos e Constituição adotados pela Igreja.

Art. 6º - As ofensas são pessoais ou gerais, se têm ou não por objeto pessoas individualmente consideradas; públicas ou ignoradas, segundo são ou não do domínio público.

Capítulo II

DAS CENSURAS

Art. 7º - Censura é a reprovação de ofensa, feita formalmente pelos concílios, por meio de sentença.

Art. 8º - A censura deve ser proporcional às ofensas, levando-se em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes, a critério do concílio disciplinador, bem como a gradação estabelecida no artigo 9º.

§ 1º - São circunstâncias atenuantes: a) pouca experiência religiosa; b) nunca ter sido disciplinado; c) assiduidade nos serviços divinos; d) humildade; e) desejo manifesto de corrigir-se; f) boa conduta familiar; g) confissão voluntária.

§ 2º - São circunstâncias agravantes: a) vasta experiência religiosa; b) precedentes reprováveis; c) ausência aos serviços divinos; d) arrogância e desobediência; e) não reconhecimento da falta; f) já ter sido disciplinado; g) conduta familiar reprovável; h) espírito anticristão ao sustentar a sua defesa.

Art. 9º - As censuras que os concílios podem impor são: admoestação, repreensão, suspensão, deposição e exclusão.

Art. 10 - A admoestação consiste em afetuosa e solenemente o concílio dirigir-se ao ofensor, fazendo-o ver, verbalmente ou por escrito, o seu pecado, advertindo-o do seu perigo e exortando-o ao arrependimento e à fidelidade ao Senhor Jesus Cristo.

Art. 11 - A repreensão é uma forma de censura mais severa do que a admoestação e consiste em o concílio mostrar ao ofensor a gravidade do seu pecado, concitando-o ao arrependimento e à fidelidade a Jesus Cristo.

Art. 12 - A suspensão por tempo definido ou indefinido, segundo a natureza da ofensa, é, em referência aos membros da Igreja, o afastamento temporário da comunhão; em relação aos oficiais, consiste em o concílio afastá-los temporariamente do exercício dos cargos que ocupam ou, ainda, conforme a gravidade da ofensa, em aplicar-lhes, concomitantemente, a suspensão da comunhão.

§ 1º - A suspensão por tempo definido cessa automaticamente vencido o prazo fixado, salvo no caso em que o concílio deva aplicar ao ofensor uma censura maior em gradação.

§ 2º - A suspensão por tempo indefinido dura até que o concílio a remova ou aplique maior censura, conforme o ofensor tenha dado ou não prova de arrependimento.

§ 3º - A suspensão deve ser aplicada, mesmo que tenham sido dadas ao concílio as devidas satisfações, se assim o exigir a honra do Evangelho e o bem do ofensor.

§ 4º - O membro suspenso será objeto de piedosa solícitude e redobrados esforços por parte do concílio, a fim de que venha a ser restaurado.

§ 5º - A restauração do oficial aos privilégios da Igreja, que poderá verificar-se sem a restauração à função, será realizada em culto público e acompanhada de solene admoestação, se o concílio assim o entender.

Art. 13 - A deposição é a destituição de um oficial, podendo ser acompanhada ou não de outra censura.

§ 1º - A deposição e a suspensão por tempo indefinido devem ser aplicadas desde que se trate de um caso de pecado grave.

§ 2º - A deposição e a exclusão devem ser aplicadas quando se tratar de um caso de heresia contumaz.

§ 3º - A deposição de um pastor, ou a sua suspensão por tempo indefinido, envolve a dissolução dos laços pastorais. A sentença de deposição e suspensão pelo Presbitério será lida perante a Igreja ou igrejas que o mesmo pastoreava, e o púlpito será declarado vago.

§ 4º - Quando se tratar só de suspensão do cargo por tempo definido, cumpre ao Presbitério decidir se o vínculo pastoral será ou não dissolvido.

§ 5º - Quando um ministro for deposto ou suspenso por tempo indefinido, cumpre ao concílio disciplinador levar o fato ao conhecimento dos demais concílios da Igreja.

Art. 14 - A exclusão é a censura máxima, que consiste em excluir solenemente o ofensor da comunhão da Igreja visível, eliminando-o do rol.

Parágrafo único - Esta censura só é aplicável em casos de persistente impenitência, de ofensa muito grave ou de heresia confessa, e quando o ofensor não dá mais esperanças de arrependimento.

Art. 15 - As censuras devem atender ao estado de espírito do ofensor, devendo-se aplicar, ao mesmo, uma censura de gradação maior, se a primeira não tiver produzido o efeito desejado.

Parágrafo único - Ao oficial deposto, agora apenas membro da Igreja, pode ser imposta, concomitantemente, a censura de suspensão ou a de exclusão.

Art. 16 - Os concílios devem comunicar aos ofensores, por escrito, salvo o disposto no artigo 10, as censuras que lhes forem impostas, lembrando-lhes o direito de recurso que lhes assiste, nos termos dos artigos 96 a 108.

Art. 17 - Publicam-se a suspensão, a deposição e a exclusão, mas não se publicam a admoestação nem a repreensão, salvo quando o concílio julgar conveniente fazê-lo; e, quando as mesmas forem anunciadas, importa fazê-lo com toda prudência, discrição e caridade para com as pessoas disciplinadas, acompanhadas de pedido de oração a Deus em favor das mesmas.

Art. 18 - Nenhum concílio imporá censura sem ter dado oportunidade de defesa ao acusado; quando for imposta, será acompanhada de oração para que a disciplina produza os seus efeitos benéficos, corrigindo o ofensor e promovendo a glória de Deus e a edificação de sua Igreja.

Art. 19 - A restauração, que poderá verificar-se mesmo depois de aplicada a pena máxima de exclusão, será realizada em solenidade pública, se o concílio assim o entender.

Art. 20 - Não é permitido aos concílios impor censura por ofensa praticada depois de decorridos mais de dois anos.

Art. 21 - É dever dos concílios envidar todos os esforços para que as censuras produzam seus bons efeitos naqueles a quem forem impostas.

Capítulo III

DOS CONCÍLIOS DISCIPLINADORES E DO TRIBUNAL DE RECURSOS

Art. 22 - Os concílios funcionam como tribunais quando tratam de matéria disciplinar.

Art. 23 - Ao Conselho compete processar e julgar originariamente membros e oficiais da Igreja.

Parágrafo único - No caso de congregação presbiterial, o pastor exercerá originalmente a disciplina e no caso de congregação do Departamento Missionário, a exercerá o pastor ou o evangelista ordenado, conforme Art. 69 da Constituição e Ordem.

Art. 24 - Ao Presbitério compete processar e julgar originariamente ministros e conselhos; e, em caráter de recurso, as apelações de sentenças dos Conselhos.

Art. 25 - Ao Sínodo compete processar e julgar originariamente Presbitérios.

Art. 26 - A Assembleia Geral compete processar e julgar originariamente Sínodos. Art. 27 - A Assembleia Geral elegerá a cada quadriênio juízes reconhecidamente experientes e capazes para compor um tribunal, ao qual compete julgar, como última instância, os recursos das sentenças dos Presbitérios e dos Sínodos e que será chamado de Tribunal de Recursos.

§ 1º - O Tribunal de Recursos será composto de quatro ministros e três presbíteros, e seu *quorum* será de cinco membros.

§ 2º - Para substituir os juízes efetivos, em caso de falta, impedimento ou suspeição, a Assembleia Geral elegerá, na mesma ocasião, suplentes em número igual a estes.

§ 3º - O Tribunal de Recursos terá presidente e secretário eleitos dentre os seus membros na ocasião de cada julgamento.

§ 4º - As atas do Tribunal de Recursos, depois de lidas e aprovadas por este, serão transcritas no livro de Atas da Assembleia Geral, pelo secretário permanente.

§ 5º - Nas reuniões da Assembleia Geral serão prestados relatórios dos julgamentos pelos juízes que os presidiram.

§ 6º - As sentenças do Tribunal de Recursos têm o mesmo efeito das sentenças da Assembleia Geral, cabendo, portanto, delas o recurso de revisão pelo plenário do concílio, em reunião ordinária (Art. 103).

Art. 28 - Se dentro dos limites da jurisdição de um concílio for cometida qualquer ofensa por alguém que esteja sob a jurisdição de outro concílio de igual categoria, deve aquele certificar-se bem dos fatos e dar informação a este, que procederá contra a pessoa acusada.

Art. 29 - É dever de cada concílio velar sobre as pessoas sujeitas à sua autoridade, e averiguar, com diligência e discricção, boatos que lhes afetem o caráter, principalmente quando as pessoas atingidas pedem que tais boatos sejam averiguados.

Art. 30 - É dever dos concílios empregar esforços para remover as ofensas com a máxima urgência, evitando, quanto possível, a morosidade.

Capítulo IV DO PROCESSO

Disposições Gerais

Art. 31 - Ao iniciar-se qualquer processo deve o presidente fazer ver aos membros do concílio a gravidade de suas funções de juízes na Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, exortando-os a agir fielmente, subordinando todo julgamento humano à Palavra de Deus, única regra infalível de fé e prática, e lembrando-lhes as palavras do apóstolo Paulo: “Se algum homem for surpreendido em alguma ofensa, vós, que sois espirituais, encaminhai o tal com espírito de mansidão, olhando por ti mesmo, para que não sejas também tentado” (Gal.6:1).

Art. 32 - As sessões dos concílios superiores serão sempre públicas quando tiverem de julgar pessoas acusadas de heresia.

Parágrafo único - Em outros casos, quando os fins da disciplina o exigirem, poderá haver, no decorrer do processo, sessões secretas, desde que isso assim seja deliberado por dois terços dos membros do concílio.

Art. 33 - As ofensas serão levadas ao conhecimento dos concílios ou tribunais através de:

I - queixa, que é a comunicação feita pelo ofendido;

II - denúncia, que é a comunicação feita por qualquer outro membro comungante de falta que prejudique a igreja na sua paz, unidade doutrinária, pureza ou boa ordem.

§ 1º - Qualquer membro da Igreja, em plena comunhão, ou ministro pode apresentar queixa ou denúncia perante o Conselho; os ministros e os Conselhos, perante os Presbitérios; os Presbitérios, perante os Sínodos e estes, perante a Assembleia Geral.

§ 2º - Toda queixa ou denúncia deverá ser feita por escrito, contendo informações detalhadas a respeito da data, do lugar e das circunstâncias em que a falta foi cometida, bem como os nomes das testemunhas e, se possível, cópias ou originais de documentos que provem a acusação.

§ 3º - Mesmo não havendo oferecimento de denúncia, poderá o concílio instaurar processo de ofício quando tomar conhecimento de fato grave, e entender necessária a sua instauração para a honra do Evangelho.

Art. 34 - As partes únicas em qualquer processo são o acusador e o acusado. Parágrafo único: Na falta do acusador, prevista no parágrafo 3º do Art. 33, o próprio concílio exercerá essa função.

Art. 35 - Ao acusado é facultado o direito de se defender por meio de representante, devendo este ser membro, em plena comunhão, de uma igreja da denominação.

§ 1º - A constituição de representante não exclui o comparecimento pessoal do acusado, quando chamado para prestar depoimento, e nem o impede de comparecer quando desejar fazê-lo.

§ 2º - O representante deve apresentar autorização escrita do seu constituinte; se este não souber escrever, será a mesma assinada a rogo por pessoa crente, na presença de duas testemunhas que também assinarão.

Art. 36 - Se o acusado não puder comparecer e não quiser constituir representante, terá o direito de defender-se por escrito.

Parágrafo único Comparecendo em audiência posterior, não poderá pedir a repetição de provas já realizadas.

Art. 37 - Se o acusado for o Conselho ou a maioria dos seus componentes, será o caso encaminhado ao Presbitério, pelo próprio Conselho ou por qualquer de seus membros.

Art. 38 - Os concílios, antes de iniciar qualquer processo, devem se esforçar para corrigir as ofensas por meios persuasivos.

Art. 39 - Nenhum concílio instaurará processo sem que julgue necessário fazê-lo para a honra do Evangelho.

§ 1º - Em casos de ofensa pessoal, só se admite a queixa, depois de o concílio certificar-se de que foram fielmente dados os passos indicados em Mateus 18:15-16.

§ 2º - Devem os concílios ter muito cuidado em receber acusação de pessoas que alimentem má vontade contra o acusado, ou se interessam pela sua condenação; das que estão sob disciplina ou submetidas a processo; das que se revelam altamente imprudentes, irascíveis e litigiosas.

§ 3º - Todo queixoso ou denunciante será previamente advertido de que, se não conseguir mostrar causa provável da acusação, será censurado como difamador dos seus irmãos.

Art. 40 - Podem os concílios, à sua discricção, suspender de todas as funções oficiais qualquer dos seus membros que esteja sob processo; mas esta suspensão não terá caráter de censura.

Art. 41 - Quando um concílio for parte num processo, constituirá representante que promova a acusação ou faça a defesa.

§ 1º - No processo contra concílio, este será citado na pessoa de seu presidente.

§ 2º - As demais disposições processuais são aplicáveis no processo contra concílio.

§ 3º - O presidente citado convocará imediatamente o concílio para tomar conhecimento da citação e constituir representante no processo, que poderá ser o próprio presidente ou outro membro do concílio.

§ 4º - Ao presidente, mesmo que tenha sido constituído um representante, cabe o direito de, pessoalmente, acompanhar o processo se assim o entender.

Art. 42 - Se o concílio descobrir nova prova depois que censurou o acusado, deverá julgar da procedência ou improcedência da mesma, julgando a causa de novo, a fim de reformar a sentença em favor do acusado, ou remetendo o fato ao concílio superior no caso de aquele já haver interposto recurso, cabendo ao concílio superior tomar conhecimento do valor da prova, ou mandar proceder a novo julgamento.

Art. 43 - Os prazos estabelecidos neste Código serão contados com a exclusão do dia do começo e a inclusão do dia do vencimento, observados os comprovantes de citação e intimação.

Seção I **Da Abertura do Processo**

Art. 44 - Na reunião em que o concílio, de acordo com o artigo 39, deliberar instaurar processo, só estas medidas serão tomadas:

I - autuação da queixa ou denúncia, nos termos do artigo 45.

II - numeração e rubrica das folhas dos autos pelo secretário;

III - citação do acusado, nos termos do artigo 48;

IV - nomeação de uma Comissão Processante, nos termos do artigo 57.

Art. 45 - A autuação da queixa ou denúncia, que consiste em dar ao documento capa de papel apropriado, conterá o seguinte:

I - nome do tribunal;

II - número do processo;

III - nome do queixoso ou denunciante;

IV - nome do acusado em letras maiúsculas;

V - a palavra “Autuação”, escrita logo abaixo e, na linha seguinte, dia, mês, ano e local e a expressão “Autuo o relatório e papéis que seguem”;

VI - o termo de seu recebimento, inclusive data.

§ 1º - A esse documento serão acrescentados, em ordem cronológica e termos apropriados, todos os papéis do processo.

§ 2º - Na autuação, quando forem dois ou mais os queixosos, denunciantes ou acusados, serão escritos os nomes dos dois primeiros e as palavras “e outros”.

Seção II Da Citação

Art. 46 - A citação é a chamada do acusado, assinada pelo presidente ou secretário do tribunal, para comparecer a fim de defender-se e apresentar até três testemunhas para a prova de cada fato a ser apurado, no dia, hora e lugar que lhe forem designados e acompanhar o processo até o final, sob pena de ser julgado à revelia.

Art. 47 - A citação será feita, por escrito, com antecedência suficiente para que o acusado possa comparecer, tomando-se em consideração condições de distância, ocupação das partes, dos membros da comissão e testemunhas ou outras, não podendo ser inferior a quinze dias.

§ 1º - Quando o acusado estiver presente na reunião de abertura do processo, poderá ser tido por citado desde que sejam cumpridas todas as condições da citação.

§ 2º - Se o acusado não puder comparecer, nem enviar sua defesa por escrito e nem constituir representante, deverá justificar sua ausência para que seja marcada uma nova audiência, no prazo mais breve possível.

§ 3º - Se o acusado for revel, por não justificar sua ausência, não enviar sua defesa por escrito ou não constituir representante, a audiência será adiada e o relator da Comissão Processante solicitará ao presidente do concílio que nomeie um dos seus membros para acompanhar o processo como representante do revel. No caso de Conselhos, o presidente fará a nomeação, de ofício.

Art. 48 - O mandado de citação conterá:

I - nome do presidente do tribunal;

II - nome e endereço do acusado e, se possível, outros dados de sua qualificação;

III - hora, data e lugar em que o acusado deve comparecer a fim de tomar conhecimento do processo, responder às acusações e se ver processado até o final, sob pena de revelia.

IV - nome do queixoso ou denunciante.

V - cópia da queixa ou denúncia e dos documentos que os instruíram.

VI - notificação para que o acusado nomeie até três testemunhas para a prova de cada fato a ser apurado, se desejar.

Art. 49 - A prova da citação poderá ser produzida por:

I - Comprovante de recebimento assinado pelo acusado;

II - Comprovante de entrega de carta registrada, emitido pelo correio, com “aviso de recebimento” (“AR”).

Art. 50 - Se o acusado se furtar à citação ou não tiver paradeiro conhecido, será ela feita por edital publicado no órgão oficial da Igreja.

§ 1º - Decorrido o prazo de vinte dias, a contar da data da postagem do órgão oficial no correio, será tida como feita a citação.

§ 2º - É da responsabilidade do acusado, citado por edital, a obtenção da cópia dos documentos da queixa ou denúncia.

Art. 51 - O edital conterá:

I - o título: “Edital de citação de (fulano de tal)”.

II - o texto: “(nome do presidente do tribunal) faz saber a (nome do acusado) que está sendo chamado por este edital para comparecer no (dia, hora e lugar) a fim de tomar conhecimento do processo movido contra ele por (nome do queixoso ou denunciante), responder às acusações e se ver processado até o final, sob pena de revelia”.

III - local, data e assinatura do secretário ou do presidente do tribunal. Parágrafo único: Uma cópia da publicação do edital será juntada aos autos.

Seção III Da Intimação

Art. 52 - A intimação é o conhecimento dado de decisão proferida no processo a alguém a ele relacionado.

Parágrafo Único - A intimação poderá ser feita verbalmente ou por escrito pelo secretário ao intimando, devendo ser certificada nos autos.

Art. 53 - Quando for necessário, serão intimadas a comparecer às reuniões posteriores à abertura do processo as pessoas nele envolvidas, tais como as partes e as testemunhas.

Seção IV Da Suspeição

Art. 54 - Se alguma das partes der por suspeito qualquer dos juízes, a suspeição será julgada pelos demais membros do concílio; porém, se for apresentada contra a maioria do concílio, não impedirá isso o prosseguimento da causa, e ficará registrada no processo a alegação, como motivo possível para apelação.

Art. 55 - Perde o direito de continuar como juiz aquele que, enquanto uma causa estiver pendendo de julgamento, manifestar às partes ou a pessoas alheias ao concílio, sua opinião sobre o mérito da mesma.

§ 1º - Também perde esse direito o juiz que, sem permissão ou sem dar razões satisfatórias, se ausentar de qualquer das sessões do concílio ou da Comissão Processante.

§ 2º - Considera-se impedido o juiz no processo em que forem partes seus ascendentes, descendentes ou o cônjuge.

Art. 56 - A alegação de suspeição será apresentada logo de início, na primeira audiência a que o acusado comparecer, a menos que um fato novo a justifique, podendo, nesse caso, ser apresentada a qualquer tempo antes do julgamento.

Seção V Do Andamento do Processo e da Comissão Processante

Art. 57 - A Comissão Processante será composta de relator, secretário, dois vogais e respectivos suplentes, escolhidos dentre os membros do concílio.

Parágrafo único: Correndo o processo perante o Conselho, poderá ser dispensada a nomeação de Comissão Processante.

Art. 58 - A Comissão Processante reunir-se-á com prévio conhecimento das partes para que, perante o acusador, o acusado apresente a sua defesa, escrita ou reduzida a termo por suas declarações orais, podendo também, na mesma ocasião, ser ouvidas as testemunhas.

Art. 59 - Se estiverem presentes os elementos que configurem o processo sumário Art. 86, a comissão concluirá o seu trabalho, procedendo de acordo com o Art. 88, no que for aplicável.

Art. 60 - As testemunhas indicadas pela acusação ou pela defesa, em número não superior a três para a prova de cada fato a ser apurado, deverão ser inquiridas perante as partes, podendo sê-lo também na sua ausência, se foram devidamente chamadas e não compareceram.

Art. 61 - Qualificada a testemunha e antes de iniciar o depoimento, as partes poderão contradizê-la ou argui-la de suspeição. O relator fará registrar a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, tomando, contudo, o seu depoimento.

Art. 62 - As testemunhas, tanto de acusação como de defesa, só poderão ser arguidas sobre fatos e circunstâncias articulados no processo.

Art. 63 - As testemunhas serão inquiridas: primeiro pelo relator; depois pelos vogais e pelo secretário; a seguir, pela parte que as indicou e, finalmente, pela parte contrária, e seus depoimentos reduzidos a termo pelo secretário e assinados pelo relator, por elas e pelas partes.

Parágrafo único - Se a testemunha ou qualquer das partes não souber, não puder, ou não quiser assinar o nome, assinará alguém por ela, registrando-se no termo essas circunstâncias.

Art. 64 - As testemunhas, antes de depor, pronunciarão o seguinte compromisso: "Prometo, diante de Deus, que direi a verdade sobre o que souber e me for perguntado".

Art. 65 - Toda inquirição será feita por intermédio do relator, e não se fazem perguntas nem se dão respostas sem o seu consentimento; mas de suas decisões há recurso para o juízo do concílio.

§ 1º - O relator poderá recusar a inquirição da parte se não tiver relação com o processo ou importar em repetição de outra já respondida.

§ 2º - No caso de recusa, se a parte o requerer, apenas será registrada a pergunta e o indeferimento.

Art. 66 - Nenhuma testemunha pode assistir ao depoimento da outra.

Art. 67 - Para provar qualquer acusação é necessário o testemunho incontestado de duas testemunhas, pelo menos, ou mesmo o testemunho de uma só, quando corroborado por indícios veementes.

Art. 68 - No decorrer do processo podem ser apresentadas provas adicionais, mas a Comissão só as tomará em consideração se forem a favor do acusado; no caso de serem contrárias ao mesmo, só serão aceitas depois de se conceder ao acusado um prazo mínimo de dez dias para investigá-las e preparar a sua defesa.

Art. 69 - Produzidas as provas requeridas pelo queixoso ou denunciante e pelo acusado, após julgadas pertinentes e necessárias pela Comissão, o relator, ouvidos os vogais, apresentará relatório com seu parecer conclusivo, opinando pela procedência ou improcedência da acusação e pela censura aplicável, remetendo-o, juntamente com os autos ao plenário do concílio, para julgamento.

Parágrafo único: Os vogais que votarem vencidos poderão emitir seu parecer, em separado.

Art. 70 - Os membros da Comissão Processante não perderão o direito de tomar parte no julgamento.

Art. 71 - Aplicam-se também aos processos que correm perante os Conselhos, mutatis mutandis, as disposições dos artigos 58 a 68.

Seção VI **Das Testemunhas**

Art. 72 - São testemunhas idôneas todas as pessoas crentes e em comunhão com a sua igreja, não podendo, contudo, trazer seu depoimento por escrito.

§ 1º - Se um membro ou oficial da Igreja for intimado como testemunha e não comparecer ou não justificar sua ausência, será disciplinado conforme preceitua o artigo 86, inciso IV.

§ 2º - Se um membro jurisdicionado a outro concílio recusar comparecer como testemunha, quando intimado, ou se, comparecendo, se negar a depor, o fato será levado ao conhecimento do concílio a que está jurisdicionado, que agirá na conformidade do disposto no artigo 86, inciso IV.

§ 3º - Não precisam dar testemunho uns contra os outros: o cônjuge, os ascendentes e descendentes, ou os colaterais e consanguíneos, ou os afins até o terceiro grau; porém, não serão impedidos de fazê-lo se o desejarem.

Art. 73 - Quando a testemunha for membro do concílio, ficará impedida de tomar parte no julgamento da causa.

Seção VII **Da Inquirição do Acusado e da Confissão**

Art. 74 - Ao acusado, no dia designado para sua inquirição, será perguntado pelo relator:

I - seu nome, Igreja a que pertence, lugar do nascimento, idade, estado civil, profissão e residência;

II - se conhece o queixoso ou denunciante e as testemunhas inquiridas ou a inquirir, há quanto tempo, e se tem alguma alegação contra elas;

III - se conhece os documentos que acompanham a queixa ou denúncia;

IV - se é verdadeira a acusação;

V - se, não sendo verdadeira a acusação, tem motivo particular a que atribui-la;

VI - se tem representante;

VII - se já respondeu a processo eclesiástico, onde, qual a natureza e qual foi a solução.

Parágrafo único - Havendo mais de um acusado não serão interrogados na presença um do outro.

Art. 75 - As respostas do acusado serão repetidas, em linguagem conveniente, pelo relator ao secretário, que as reduzirá a termo, o qual depois de lido e achado conforme, será rubricado em todas as suas folhas e assinado pelo relator e acusado.

§ 1º - Se o acusado não souber ou não puder assinar, pedirá a alguém que o faça por ele, e aporá à peça dos autos a sua impressão digital.

§ 2º - Se o acusado se recusar a assinar com ou sem a apresentação de motivos, far-se-á constar em ata essa circunstância.

Art. 76 - A confissão do acusado, quando feita fora da inquirição, será tomada por termo nos autos. Se feita por documento escrito, será verificada a sua autenticidade pela comissão processante.

Seção VIII **Da Acareação**

Art. 77 - Será admitida acareação entre acusados, entre acusados e acusadores, entre acusados e testemunhas e entre testemunhas.

Parágrafo único - Os acareados serão reperguntados para que expliquem os pontos de divergência, reduzindo-se a termo as suas declarações, que assinarão com o relator.

Seção IX **Do Secretário**

Art. 78 - Compete ao secretário da Comissão Processante:

I - responder pela guarda dos livros, papéis e processos que lhe forem confiados, organizando a secretaria;

II - funcionar nos processos, cumprindo as determinações dos relatores e atender às partes;

III - dar as certidões autorizadas pelo relator, uma vez pagas pelo interessado as despesas;

IV - dar às partes ciência de prazo, de despachos e sentenças, fazer citações, notificações e intimações, de tudo, lavrando os termos e certidões nos autos.

V - certificar nos autos quando decorrido o prazo para recurso e remetê-los para o arquivo.

Seção X

Do Julgamento e da Sentença

Art. 79 - Recebidos o relatório e os autos da Comissão Processante, o plenário do concílio reunir-se-á como tribunal, à convocação do presidente, para ouvir a leitura dos mesmos e julgar o processo, acatando ou não o parecer do relator da Comissão ou modificando-o.

Art. 80 - Estando presentes as partes, cada uma falará por até dez minutos, se desejar; primeiro a acusação, depois a defesa. A seguir, proceder-se-á à votação.

§ 1º - Somente os membros do concílio, desde que não sejam parte do processo, podem estar presentes no momento da votação.

§ 2º - Se a votação for nominal, o relator da Comissão Processante dará primeiro o seu voto, depois, os demais membros da Comissão e, então, os demais juízes, votando pela ordem de idade, a começar dos mais jovens.

§ 3º - O presidente só votará no caso de empate, exceto quando se tratar de julgamento por Conselhos, quando se aplicará, então, o preceituado no artigo 101 da Constituição e Ordem. Se estiver impedido de votar (Art. 55) o empate representará decisão favorável ao acusado.

Art. 81 - O julgamento só será por votação nominal quando o concílio o deliberar, sendo registrados os nomes dos votantes.

Art. 82 - Apurados os votos, o presidente proclamará a decisão na mesma audiência, dando-se, posteriormente, ciência às partes por escrito, conforme os artigos 16 e 84.

Art. 83 - A sentença conterá:

I - os nomes das partes;

II - a exposição sucinta da acusação e da defesa;

III - a indicação dos motivos de fato e de direito em que se funda a decisão;

IV - a pena aplicada, indicando as agravantes ou atenuantes;

V - local, data e assinatura do presidente e relator.

Parágrafo único - A sentença será escrita por um relator, nomeado pelo concílio, que assinará logo abaixo do presidente.

Art. 84 - A decisão absolverá o acusado, mencionando a causa, desde que reconheça:

I - estar provada a inexistência do fato;

II - não haver prova da existência do fato;

III - não constituir o fato uma falta;

IV - não existir prova de ter o acusado concorrido para o fato;

V - existir circunstância que exclua a responsabilidade do acusado.

Art. 85 - O concílio comunicará às partes a sua decisão, por escrito, informando o direito de recurso que lhes assiste e o prazo de que dispõem para recorrer.

Seção XI Do Processo Sumário

Art. 86 - Processo sumário é aquele em que o concílio faz julgamento imediato e completo pela verdade conhecida:

I - quando o acusado comparece espontaneamente ou por citação e confessa o seu pecado;

II - quando comparece e recusa a defender-se;

III - quando não comparece depois de citado e a falta que lhe foi imputada não depender de prova testemunhal;

IV - quando a pessoa, sem motivo justo, chamada como testemunha num processo, se recusa a prestar depoimento, ou quando deixa de comparecer para prestá-lo;

V - quando a pessoa despreza as ordenanças da Igreja, depois dos devidos esforços do Conselho para trazê-la ao cumprimento do seu dever (Art. 102, letra "b", da Constituição e Ordem);

VI - quando a pessoa abraça uma seita herética.

Parágrafo único: Se o acusado não comparecer, na hipótese do inciso III, o presidente lhe indicará um representante dentre os membros do concílio.

Art. 87 - O ministro que incorrer em contumácia, nos termos do artigo 86, incisos II e III, deve ser deposto e suspenso ou excluído da Igreja, conforme a natureza do caso a seu respeito.

Art. 88 - Na audiência do processo sumário, será nomeado um relator dentre os membros do concílio para dar parecer sobre o processo e a sentença, exceto nos casos em que isto for feito pela Comissão Processante, conforme o artigo 58.

Art. 89 - Estando presentes as partes, cada uma falará por até dez minutos, se desejar - primeiro a acusação, depois a defesa. A seguir, proceder-se-á à votação. Se a votação for nominal, o relator dará primeiro o seu voto, e, depois, os demais juízes, votando pela ordem de idade - a começar dos mais jovens.

Parágrafo único: O presidente só votará no caso de empate, exceto quando se tratar de julgamento por Conselhos, quando se aplicará, então, o preceituado no artigo 101 da Constituição e Ordem. Se estiver impedido de votar (Art. 55), o empate representará decisão favorável ao acusado.

Art. 90 - O julgamento só será por votação nominal quando o concílio o deliberar, sendo registrados os nomes dos votantes.

Art. 91 - Apurados os votos, o presidente proclamará a decisão na mesma audiência, dando ciência às partes, por escrito.

Seção XII

Do Processo Ordinário

Art. 92 - Processo ordinário é aquele em que há citação do ofensor na conformidade do artigo 44, e no qual o concílio não faz julgamento imediato, porque o acusado nega a ofensa que lhe é atribuída.

Art. 93 - Quando o acusado, comparecendo pessoalmente ou enviando o representante por ele constituído, ou por escrito, interpõe contestação, o concílio dá início ao processo ordinário, através da Comissão Processante, seguindo o procedimento preceituado nos artigos 57-78.

Seção XIII

Do Registro do Processo

Art. 94 - O concílio, quando funcionar como tribunal, terá um livro de atas específico em que será feito o registro resumido do processo e da sentença, devendo ser os autos arquivados depois de rubricados pelo presidente.

§ 1º - O registro do processo limita-se a declarar:

I - Com referência à sessão de abertura do processo:

a) hora, data, local, nome do tribunal, juízes presentes e ausentes, nome do queixoso ou denunciante e do acusado, e natureza da queixa ou denúncia;

b) oração inicial;

c) nomeação da Comissão Processante, com especificação de nomes e funções;

d) citação do acusado, no caso de se verificar o modo permitido no artigo 47, § 1º;

e) horário do encerramento e oração final.

II - Com referência à sessão de julgamento:

a) hora, data, local, nome do tribunal, juízes presentes e ausentes, nome do queixoso ou denunciante e do acusado, e natureza da queixa ou denúncia;

b) oração inicial;

c) relatório da Comissão Processante, conforme o Art. 69;

d) registro da votação com o número de votos a favor e contra a queixa ou denúncia;

e) registro da sentença, na íntegra.

d) hora e data do encerramento do trabalho, com oração.

Art. 95 - Os autos só poderão ser examinados no arquivo do concílio ou tribunal, e com ordem expressa deste.

Capítulo V DOS RECURSOS

Disposições Gerais

Art. 96 - Recurso é o direito de submeter a novo julgamento quaisquer decisões proferidas pelos concílios.

Art. 97 - São dois os recursos admitidos: revisão e apelação.

Art. 98 - As partes recorrentes poderão pedir, e ser-lhes-ão concedidas, se pagarem as respectivas despesas, cópias de todos os termos do processo.

Art. 99 - Quando uma causa subir ao concílio imediato por apelação, o concílio inferior lhe remeterá os autos do processo e o concílio superior só tomará em consideração o que estiver contido neles, salvo o caso expresso no artigo 42.

Parágrafo único - No caso de ser a Assembleia Geral a instância superior, os autos serão recebidos pelo seu presidente, que convocará o Tribunal de Recursos para, no prazo de trinta dias, proceder ao julgamento.

Art. 100 - Aplicam-se ao Tribunal de Recursos os mesmos dispositivos processuais previstos para os concílios disciplinadores, exceto o de constituir Comissão Processante e mais os seguintes:

I - o presidente do tribunal não votará, exceto em caso de empate.

II - a ordem de votação será a de idade, a começar dos juízes mais moços, podendo cada um justificar o seu voto ou limitar-se a acompanhar o voto já dado por outro juiz.

III - o concílio recorrido, na audiência de julgamento, poderá ser representado pelo seu presidente ou por outro de seus membros devidamente credenciado.

Art. 101 - Perde o direito de recorrer a pessoa que recusou defender-se perante o concílio inferior.

Art. 102 - A sentença ou acórdão do tribunal a que se recorreu deve ser comunicada ao concílio de origem, e por este ao interessado.

Seção I Da Revisão

Art. 103 - Revisão é o recurso que, sem suspender os efeitos de uma sentença definitiva, tem por fim submetê-la a novo julgamento pelo mesmo concílio que a proferiu.

Parágrafo único - Pode requerer revisão a pessoa ou concílio censurado se, depois do julgamento, e em qualquer tempo, descobrir nova prova que possa ser de alta importância para a sua absolvição.

Seção II Da Apelação

Art. 104 - Apelação é o recurso que, sem suspender os efeitos de uma sentença, tem por fim submetê-la ao julgamento de um concílio imediatamente superior.

Parágrafo único - A apelação só é permitida à parte contra a qual foi proferida a sentença.

Art. 105 - São motivos ordinários de apelação:

I - omissão de dispositivos legais, no preparo do processo;

II - violação de dispositivos legais expressos;

III - engano manifesto no julgamento da causa;

IV - injustiça verificada na sentença;

V - recusa de arrolar testemunhas idôneas, em detrimento dos direitos do apelante;

VI - arrolamento tendencioso de testemunhas interessadas na condenação do apelante;

VII - citações sem observância dos prazos legais, prejudicando a defesa do apelante;

VIII - morosidade prejudicial na concessão de cópia das peças para instruir a petição do recurso;

IX - negligência na intimação oficial da sentença condenatória, em tempo hábil para o recurso.

Art. 106 - A parte que quiser apelar deve manifestá-lo por escrito, juntando as razões, que devem ser entregues ao presidente do concílio recorrido, até 15 (quinze) dias depois de ter conhecimento oficial da decisão; e aquele concílio deve apresentar a apelação e suas contrarrazões ao concílio superior por despacho de seu presidente ou de seu substituto legal.

Art. 107 - Depois de verificado se o apelante procedeu regularmente e lido o processo, será escolhido um relator para dar parecer sobre a procedência ou não da apelação e sobre o acórdão ou sentença a ser proferido, seguindo o processo esta ordem:

I - votação nominal do acórdão ou sentença, com justificação facultativa de votos;

II - apuração dos votos;

III - anúncio do acórdão ou sentença.

Art. 108 - A decisão do concílio superior pode confirmar, alterar ou revogar a sentença, ou ainda mandar proceder a novo julgamento. Terá natureza de acórdão quando confirmar ou revogar a sentença do concílio inferior, e, de sentença, quando alterá-la.

Capítulo VI DA RESTAURAÇÃO

Art. 109 - É dever dos concílios, a seu critério, restaurar das censuras impostas as pessoas que tiverem dado suficientes provas de arrependimento, sendo também necessário que elas peçam a sua restauração, comparecendo perante o concílio, salvo se manifestamente impossibilitadas.

Art. 110 - A restauração, que poderá verificar-se mesmo depois de aplicada a pena máxima de exclusão, será sempre anunciada em culto público e acompanhada de oração e ação de graças a Deus pela manifestação da sua graça salvadora.

Art. 111 - A restauração de oficiais depostos os reconduz ao seu primitivo ofício, colocando-os, porém, em disponibilidade.

§ 1º - O oficial deposto por causa de uma conduta imoral só poderá ser restaurado depois de dar as mais evidentes provas de arrependimento, estando o concílio convencido de que essa restauração não contribuirá para desonra do Evangelho.

§ 2º - Os presbíteros e diáconos depostos, quando restaurados, só poderão ser novamente investidos nas funções dos seus cargos se forem reeleitos.

Art. 112 - As pessoas excluídas só poderão ser restauradas depois de terem dado, por tempo suficiente, provas de sincero arrependimento, devendo comparecer perante os seus respectivos concílios para a cerimônia da restauração, do que se fará comunicação a quem de direito, em culto público.

Art. 113 - As restaurações só poderão ser dadas pelos concílios que impuseram as censuras, ou por outros concílios da mesma categoria, com o consentimento daqueles.

Art. 114 - Se alguma pessoa sob disciplina tiver se mudado para longe da jurisdição do concílio que a censurou, e desejar ser restaurada, deverá dirigir-se àquele concílio e pedir-lhe que mande suficientes informações ao concílio dentro de cuja jurisdição residir, o qual tratará do caso como se tivesse origem nos limites de sua jurisdição.

Art. 115 - Deve ser publicada a restauração nos casos em que a censura também o foi.

Título II DA DISCIPLINA DOS CONCÍLIOS

Preliminares

Art. 116 - É dever dos concílios superiores vigiar sobre os inferiores que estão sob sua imediata jurisdição, exigindo que estes desempenhem fielmente as funções que lhes são próprias, em obediência à Palavra de Deus e aos preceitos exarados nesta Constituição e Ordem, podendo aplicar-lhes censuras.

Capítulo I DAS OFENSAS, CENSURAS E PROCESSOS

Art. 117 - Ofensa, com relação a concílios, é a mesma coisa que com referência a indivíduos (artigos 5º e 6º), e caracteriza-se, principalmente, quando qualquer concílio:

I - toma alguma decisão doutrinária ou administrativa flagrantemente contrária à Palavra de Deus, à Constituição e Ordem e a este Código de Disciplina.

II - procede com evidente espírito de injustiça em qualquer processo contra qualquer dos seus jurisdicionados, desrespeitando alguma disposição processual de relevante importância, ou aplicando, descaridosamente, censura em chocante desproporção com a ofensa;

III - age propositadamente com contumácia em referência a observações que, sem caráter disciplinar, o concílio superior faz no exame periódico de seu livro de atas;

IV - é gravemente desidioso no exercício de suas atribuições constitucionais, comprometendo o prestígio da Igreja ou a boa ordem do trabalho;

V - adota qualquer medida que possa perturbar a paz, a unidade, a pureza e o progresso da Igreja.

Art. 118 - As censuras que podem ser impostas aos concílios inferiores são, segundo a gravidade da ofensa: admoestação, suspensão e dissolução; e a uma censura menor pode suceder outra maior, se aquela não tiver levado o concílio a corrigir sua falta.

Parágrafo único - As censuras aplicadas a um concílio não envolvem individualmente os seus membros, cuja responsabilidade deve, entretanto, ser conjuntamente apurada no mesmo processo, aplicando-lhes o concílio superior as devidas censuras.

Art. 119 - Admoestação de um concílio é a reprovação formal de falta grave, com ordem terminante para que ela seja corrigida.

Art. 120 - Suspensão de um concílio é a proibição temporária de que ele exerça as suas funções constitucionais.

Parágrafo único - Esta censura é aplicável em casos de desobediência aos preceitos da Constituição e Ordem e durará pelo tempo que for fixado, ou até que lhe seja imposta maior censura.

Art. 121 - Dissolução de um concílio, o que importa em declará-lo extinto, é a censura máxima, e só pode ser aplicada quando não é mais possível vencer a rebeldia do concílio suspenso.

Art. 122 - Suspenso ou dissolvido um concílio, seus jurisdicionados ficam sob a autoridade imediata do concílio disciplinador, até que este delibere tomar medidas que normalizem a situação.

Art. 123 - No processo para julgamento dos concílios, observam-se, *mutatis mutandis*, todas as disposições relativas ao processo de indivíduos (artigos 31-95).

Capítulo II DOS RECURSOS

Art. 124 - As sentenças da Assembleia Geral só admitem o recurso de revisão; as dos demais concílios admitem ainda os de apelação, de acordo com os artigos 96-108, no que forem aplicáveis.

Capítulo III DA RESTAURAÇÃO

Art. 125 - A restauração de um concílio é concedida quando tiverem cessado as razões determinantes das censuras, devendo o concílio superior tomar as medidas que julgar oportunas.

ANEXO II

MODELO DE ESTATUTO DE IGREJA LOCAL ESTATUTO DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DE

Capítulo I

DA IGREJA, SUA NATUREZA SEUS FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º - A Igreja Presbiteriana Conservadora de....., nos artigos seguintes denominada simplesmente Igreja, é uma organização religiosa cristã, sem fins lucrativos, na forma da lei nº 10.406/02, filiada à Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, fundada nos princípios do Presbiterianismo, organizada conforme o presente estatuto e regulada pela Constituição e Ordem da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, registrada no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital -SP, sob o protocolo 517.913, do dia 31/10/2017, registrado em microfilme sob o número 445.019.

Art. 2º - A organização adota as Escrituras do Antigo e do Novo Testamento como única e infalível regra de fé e prática, e, bem assim, adota como símbolos de doutrina a Confissão de Fé e os Catecismos da Assembleia de Westminster (versão brasileira), assumindo, como função específica no seio do Evangelismo Brasileiro o zelo pela ortodoxia, incluindo o reconhecimento da incompatibilidade entre a profissão evangélica e a profissão maçônica.

Art. 3º - Compõe-se de crentes professos e seus filhos batizados, menores de dezoito (18) anos, regularmente admitidos, em número ilimitado e de qualquer nacionalidade e condição.

Art. 4º - Tem por fim prestar culto a Deus, ministrar instrução religiosa aos seus membros, propagar o Evangelho de Jesus Cristo e praticar a beneficência.

Parágrafo único - A Igreja poderá criar associações a ela vinculadas, com personalidade jurídica própria, para desenvolver atividades específicas, dentro do seu programa de trabalho.

Art. 5º - Tem a Igreja a sua sede e foro na cidade de(endereço completo e inscrição no CNPJ)..... e incorpora-se para poder juridicamente adquirir, possuir e administrar o seu patrimônio, e neste caráter civil se regerá pelos presentes Estatutos.

Art. 6º - A duração da organização é por tempo ilimitado

Capítulo II DOS MEMBROS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 7º - Os membros da Igreja são as pessoas batizadas: comungantes, os que tiverem feito profissão de fé; não comungantes, os que ainda não a tiverem feito.

§ 1º - A Assembleia da Igreja será constituída somente pelos seus membros comungantes, em plena comunhão, maiores capazes, nos termos da legislação civil.

§ 2º - Ao receber novos membros, a Igreja não faz distinção de etnia, sexo ou nacionalidade.

Seção II Dos Direitos e dos Deveres

Art. 8º - São direitos dos membros: a) receber os sacramentos; b) participar da Assembleia da Igreja, podendo votar e ser votado, exceto os incapazes de exercer, absoluta ou relativamente, qualquer ato da vida civil; desde que respeitadas as qualificações para a ocupação de cargos e o exercício de oficialatos prescritas neste estatuto e na Constituição e Ordem; c) receber instrução religiosa, orientação e assistência espiritual; d) participar dos cultos e de atividades espirituais, sociais, recreativas e culturais promovidos pela igreja.

§ 1º - Os direitos mencionados nas alíneas “a” e “b” podem ser suspensos: a) por sentença disciplinar; b) por medida administrativa, quando mediante sua confissão, o Conselho chegar à conclusão de que o membro, embora moralmente inculpável, não conserva mais a fé.

§ 2º - A qualidade de membro da Igreja é intransferível, sob qualquer alegação.

Art. 9º - São deveres dos membros: a) manter uma conduta compatível com os princípios éticos, morais e espirituais de acordo com o ensino da Bíblia Sagrada, com este estatuto e com a Constituição e Ordem; b) exercer os dons e talentos de que são dotados e contribuir com dízimos e ofertas, para que a Igreja atinja seus objetivos e cumpra sua missão, conforme artigo 4º; c) exercer, com zelo e dedicação, os cargos para os quais forem eleitos; d) submeter-se à autoridade da Igreja; e) apresentar para o batismo seus filhos e dependentes menores; f) observar o presente estatuto e zelar pelo seu fiel cumprimento.

Seção III Da Admissão

Art. 10 - A admissão aos plenos direitos de membro comungante da igreja dá-se, por decisão do Conselho, mediante: a) profissão de fé (com ou sem batismo); b) jurisdição a pedido, com ou sem documento, sobre os que vierem de outras comunhões reconhecidas; c) restauração (dos que houverem sido excluídos da igreja); d) deliberação do Presbitério.

§ 1º - Serão admitidas à profissão de fé as pessoas que, submetidas a exame por parte do Conselho, demonstrarem estar suficientemente esclarecidas sobre as doutrinas básicas da salvação, de acordo com o que sustentam os Símbolos de Westminster, conforme o exarado no inciso 3 da Introdução Geral e artigo 6º dos Preliminares do Título I da Constituição e Ordem, e, assim esclarecidas, declararem que aceitam com firmeza todos esses princípios e doutrinas.

§ 2º - A jurisdição sobre membros que vierem de outras corporações eclesíásticas reconhecidas, munidos ou não de carta de transferência, só será assumida mediante declaração expressa, perante o Conselho, de que aceitam com firmeza os princípios denominacionais desta Igreja. Es-

sas pessoas deverão ser interpeladas, de preferência, sobre as doutrinas que divergem desta Igreja as corporações de que provêm.

Art. 11 - A admissão de membros não comungantes faz-se por meio de: a) batismo; b) jurisdição, com ou sem documento, quando vierem, com seus pais ou responsáveis, de outras comunhões eclesíásticas.

Parágrafo único - Para a profissão de fé dos menores de dezoito anos deve-se obter o consentimento escrito dos pais ou tutores, e a declaração de que agem livremente.

Art. 12 - Não serão arroladas pessoas que pertençam a qualquer sociedade secreta ou esotérica.

Seção IV **Da Transferência**

Art. 13 - A transferência de membros em plena comunhão, entre as igrejas locais, faz-se por meio de: a) carta de transferência com destino determinado; b) jurisdição a pedido; c) jurisdição *ex-officio*.

Parágrafo único - Em qualquer desses casos far-se-á comunicação à igreja de origem.

Seção V **Da Demissão**

Art. 14 - A demissão de comungantes dá-se, por decisão do Conselho, nos seguintes casos: a) disciplina de exclusão; b) renúncia formal da jurisdição eclesíástica; c) carta de transferência para outras comunhões; d) carta de transferência para igrejas da Denominação; e) ausência de no mínimo um ano, depois dos devidos esforços por parte do Conselho para velar pela fé e conduta dos que se acham sob sua jurisdição, para que não desprezem as ordenanças da Casa de Deus (Art. 101, b); f) inscrição em rol especial; g) jurisdição assumida por outra igreja; h) ordenação para o sagrado ministério; i) falecimento.

Parágrafo único - Não se permite renúncia e não se concede carta de transferência aos que estiverem sob processo ou disciplina.

Art. 15 - Quando, de qualquer modo, o membro da Igreja se julgar injustiçado, terá amplo direito de defesa, podendo, da decisão, recorrer à instância superior.

Art. 16 - Sob qualquer alegação, nenhum direito poderá ser reivindicado por aquele que perder a condição de membro da Igreja.

Art. 17 - A demissão de não comungantes dá-se: a) pela renúncia ou exclusão dos pais ou responsáveis; b) com a carta de transferência dos pais ou responsáveis; c) automaticamente, logo que atinjam os dezoito anos de idade; d) com a profissão de fé; e) pelo falecimento.

Capítulo III DOS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 18 - A Igreja será administrada pelos seguintes órgãos: Assembleia, Conselho e Mesa Diaconal.

I. Assembleia Geral:

Art. 19 - A Assembleia compõe-se de todos os oficiais e membros da Igreja em plena comunhão, sendo seu presidente e seu secretário os mesmos que o forem do Conselho, observado o disposto no artigo 7º, § 1º.

Art. 20 - O *quorum* da Assembleia é formado por um terço (1/3) dos membros em plena comunhão.

Parágrafo único - Não havendo *quorum* em primeira convocação, far-se-á segunda convocação, com intervalo de meia hora, podendo então a Assembleia funcionar com qualquer número, desde que esteja presente pelo menos metade dos membros do Conselho.

Art. 21 - Da convocação da Assembleia:

§ 1º - O prazo para a convocação da assembleia será de no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.

§ 2º - A convocação da Igreja dar-se-á por: 1) edital fixado na sede; 2) aviso de púlpito; 3) a requerimento, conforme o que prescreve o Art. 22.

Art. 22 - A Assembleia reúne-se ordinariamente duas vezes por ano, sendo a primeira para ouvir os relatórios de que trata a letra “e” do artigo 34 e nomear uma comissão idônea para examiná-los; e a segunda para ouvir o parecer dessa comissão, decidir sobre ele e a cada dois anos eleger o tesoureiro ou delegar poderes ao Conselho para nomeá-lo; e, extraordinariamente, sempre que o Conselho a convocar ou quando àquele for apresentado requerimento subscrito por membros em número que constitua *quorum*, para tratar de qualquer das matérias especificadas no artigo 24 destes Estatutos, exceto a alínea “d”.

§ 1º - Nas reuniões extraordinárias só podem ser considerados os assuntos que as tiverem motivado, os quais devem ser claramente indicados na convocação.

§ 2º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Conselho (Cf. Art. 34, f), através do presidente, e, pelo menos, com antecedência de quinze dias.

Art. 23 - As decisões da Assembleia são tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não sendo admitidas proclamações.

Art. 24 - Compete à Assembleia: a) eleger oficiais (pastor, presbítero e diácono), e pedir sua exoneração, ou falar sobre ela, no caso de presbítero ou diácono, ou a dissolução das relações pastorais, no caso de pastor eleito, fazendo-se a votação por escrutínio secreto; b) estabelecer o

tempo de mandato do pastor eleito; c) emendar ou reformar os Estatutos da Igreja; d) decidir sobre a aquisição, oneração e alienação de imóveis da Igreja; e) aprovar os relatórios de que trata a letra “e” do artigo 34, depois de cuidadoso exame por uma comissão idônea; f) eleger a cada dois anos o tesoureiro, ou delegar ao Conselho a escolha do mesmo.

Art. 25 - As atas da Assembleia serão registradas no livro de atas do Conselho, que ficará sob a guarda do secretário, devendo ser assinadas pelo mesmo e pelo presidente. As sessões serão abertas e encerradas com oração.

II. Conselho:

Art. 26 - O Conselho, constituído pelo pastor e pelos presbíteros escolhidos pela Assembleia, administra a Igreja.

§ 1º - A duração do mandato do pastor é de três a cinco anos, quando ele for efetivo, e de um ano, quando for comissionado. A duração do mandato dos presbíteros é de cinco anos.

§ 2º - Os membros do Conselho não são remunerados em suas funções administrativas.

Art. 27 - O Conselho terá presidente, secretário e tesoureiro, sendo o segundo escolhido entre os seus componentes e o terceiro entre os membros comungantes da Igreja.

Art. 28 - É presidente do Conselho o pastor da Igreja, o qual deve ser substituído em todos os seus impedimentos pelo presbítero mais antigo no cargo; e, em caso de igualdade, pelo mais idoso.

Parágrafo único - O presidente disporá de voto de qualidade e de quantidade.

Art. 29 - Compete ao presidente: a) convocar e presidir as reuniões do Conselho; b) autorizar o tesoureiro a fazer pagamentos; c) representar a Igreja em juízo e fora dele, ou nomear por procuração um dos presbíteros para fazê-lo.

Art. 30 - O secretário terá como encargo: a) escrever, ler e registrar em livro próprio as atas do Conselho e da Assembleia; b) fazer a correspondência do Conselho; c) tomar conta do arquivo do Conselho e mantê-lo em ordem.

Art. 31 - O tesoureiro será escolhido de preferência entre os oficiais da Igreja. Compete ao tesoureiro:

I. Receber as rendas da Igreja e depositá-las em Instituição financeira, em nome da Igreja, à escolha do Conselho e movimentar a respectiva conta;

II. Efetuar os pagamentos regularmente autorizados;

III. Ter as contas em ordem e em dia e apresentá-las com o respectivo balancete e documentos sempre que lho ordene o Conselho;

Parágrafo único - O tesoureiro responde com os seus bens pelos recursos financeiros em seu poder.

Art. 32 - O *quorum* do Conselho é formado pela sua maioria absoluta.

Art. 33 - As reuniões ordinárias serão feitas em datas determinadas pelo Conselho.

Parágrafo único - Haverá reuniões extraordinárias: a) à convocação do presidente de moto-próprio ou a requerimento de dois presbíteros; b) à convocação de dois presbíteros, quando não houver pastor; c) a requerimento de um terço (1/3) dos membros comungantes, ou seja, o *quorum* exigido para o seu funcionamento, de acordo com estes Estatutos.

Art. 34 - As atribuições do Conselho, além das que lhe são próprias como órgão executivo da Assembleia, são as seguintes: a) Receber, disciplinar e demitir membros, observando os princípios estabelecidos na Constituição e Ordem; b) superintender todo o movimento financeiro da Igreja; c) examinar as contas e atos da Mesa Diaconal; d) contratar funcionários em nome da Igreja; e) apresentar anualmente à Assembleia, relatório completo de todo o movimento financeiro e eclesiástico referente ao ano anterior; f) convocar Assembleias.

III. Mesa Diaconal:

Art. 35 - Constituída pelos diáconos eleitos pela Assembleia e subordinada ao Conselho, a Mesa Diaconal tem a incumbência de cuidar dos pobres, exercer a beneficência e arrecadar as ofertas em geral, podendo desempenhar quaisquer comissões administrativas dadas pelo Conselho.

§ 1º - A duração do mandato dos diáconos será de cinco anos.

§ 2º - Os recursos para beneficência são fornecidos pelo Conselho ou angariados com autorização deste pela Mesa, que livremente os administrará.

§ 3º - A Mesa escolherá seu presidente e seu secretário, e terá seus livros de contas e atas, que serão anualmente submetidos ao exame do Conselho.

§ 4º - A Mesa publicará, no final de cada mês, um boletim financeiro, pondo a Igreja ao corrente da sua situação e publicando integralmente a lista de contribuições recebidas, sem, contudo, divulgar os nomes dos contribuintes ou daqueles que deixaram de contribuir. Nesse boletim poderão ser feitos apelos e comunicações, sempre que necessários.

Capítulo IV DO PATRIMÔNIO

Art. 36 - Formam o patrimônio da Igreja os bens móveis e imóveis que possui ou que venha a adquirir e outros compatíveis com sua natureza e missão, podendo ser adquirido por doação, legado, compra ou qualquer outro meio legal. Atualmente o seu patrimônio consiste em ...

Art. 37 - A renda da Igreja consiste de dízimos, ofertas, contribuições, donativos e legados, bem como dos juros e rendimentos de apólices e aplicações financeiras.

Parágrafo único - As contribuições e ou os bens de qualquer natureza, doados à Igreja por seus membros ou por terceiros, não serão devolvidos ou restituídos em nenhuma hipótese.

Art. 38 - Todos os bens e rendimentos serão aplicados exclusivamente para realizar os fins do artigo 4º, e bem assim o aumento do seu patrimônio, tendo em vista os mesmos fins, pela maneira regulada neste Estatuto.

Capítulo V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - Os membros da Igreja respondem com os bens da mesma e não individual e subsidiariamente pelas obrigações que, em nome dela, contraírem os seus representantes.

Art. 40 - A Igreja poderá ser dissolvida por determinação do Presbitério

§ 1º - No caso de dissolução da Igreja, serão os bens, depois de pagas as dívidas, entregues ao Presbitério

§ 2º - No caso de cisma ou cisão, por motivo doutrinário ou administrativo, os bens da Igreja passarão a pertencer à parte fiel à Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil; e sendo total o cisma, reverterão os bens ao Presbitério

Art. 41 - A duração da Igreja é por tempo ilimitado e somente se dissolverá nos seguintes casos: a) redução do número de seus membros a cinco (5); b) filiação da totalidade de seus membros a outra denominação religiosa; c) por determinação do Presbitério respectivo, na forma da Constituição e Ordem.

Art. 42 - Nenhuma emenda ou reforma se fará neste Estatuto senão por 3/4 (três quartos) dos membros presentes em reunião extraordinária da Assembleia.

Parágrafo único - O *quorum* para emendar ou reformar esse Estatuto será de no mínimo 2/3 dos membros arrolados.

Art. 43 - Aplicam-se aos casos omissos ou duvidosos as disposições da Constituição e Ordem e, na falta destas, caberá ao Conselho dirimir as dúvidas e deliberar a respeito *ad referendum* da Assembleia.

Os presentes Estatuto foram aprovados pela Assembleia em

ANEXO III

MODELO DE ESTATUTO DO PRESBITÉRIO DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL

CAPÍTULO I DO NOME, SEDE, NATUREZA E OBJETIVO

Art. 1º - O PRESBITÉRIO.....DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL, nos artigos seguintes denominado simplesmente Presbitério, é uma associação religiosa, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade, Estado, na Rua, número, CEP..., Bairro ..., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o número ..., organizado na forma da Lei 10.406/02, tem por fim:

a) Organizar igrejas, dissolvê-las, dividi-las, bem como supervisionar a administração das mesmas;

b) Admitir ministros, demiti-los, discipliná-los, comissionar ministros, sustentá-los por meio das igrejas filiadas, atribuir-lhes funções, supervisionar seus trabalhos, conceder-lhes transferência, licença e jubilé-los, subsidiar a formação de novos ministros;

c) Estabelecer e manter trabalhos de evangelização.

CAPÍTULO II DOS MEMBROS

1. Disposições Preliminares

Art. 2º - Os membros do Presbitério são: igrejas e ministros a ele filiados. Sendo que a qualidade de membro do Presbitério é intransferível, sob qualquer alegação.

Art. 3º - A admissão aos plenos direitos de membro dar-se-á:

§ 1º - Da igreja: Será formalmente organizada em Igreja e, como tal, automaticamente admitida membro do Presbitério, a corporação de pessoas que oferecer as seguintes garantias de estabilidade: a) manutenção do culto divino; b) investidura de, pelo menos, dois presbíteros e um diácono; c) contribuição financeira, tanto para o sustento pastoral quanto para os fins gerais da Federação Eclesiástica; d) envio de representante a todas as reuniões, custeando-lhe toda a despesa.

§ 2º - Do ministro: Será ordenado ministro e, como tal, automaticamente admitido membro do Presbitério, o candidato que, submetido à avaliação do Presbitério, for achado suficiente nos seguintes itens: a) apresentação de diploma de curso Teológico; b) sermão pregado perante o Presbitério; c) experiência religiosa, opiniões teológicas, governo e disciplina eclesiástica; d) apresentação de monografia escrita sobre algum tema teológico e exegese escrita sobre um texto bíblico; e) outras exigências que o Presbitério julgar convenientes.

Art. 4º - A transferência de membros dar-se-á observando os seguintes critérios:

§ 1º - Poderão ser recebidos, por transferência, ministros vindos de outras comunhões eclesiais desde que preencham as condições do Art 3º, parágrafo 2º deste Estatuto e recebam parecer favorável ao serem examinados pela Congregação de Professores do Seminário Presbiteriano Conservador.

§ 2º - A Admissão de igrejas organizadas e ministros vindos da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil dar-se-á quando acompanhados de carta de transferência fornecida pelo Presbitério de origem.

§ 3º - Será concedida carta de transferência, quando solicitada por membros, desde que estejam em plena comunhão com o Presbitério e não se achem em processo de disciplina. No entanto, a transferência só será efetivada após o comunicado de recepção do membro feito pelo Presbitério a que a carta se destina.

Art. 5º - A demissão de membros dar-se-á observando os seguintes critérios:

§ 1º - Da igreja: Quando deixar de cumprir o Art 3º, § 1º; Art 6º, § 2º, "c", deste Estatuto, e quando o Presbitério instaurar e julgar processo disciplinar.

§ 2º - Do ministro: O ministro será demitido por: a) disciplina de deposição; b) exoneração administrativa; c) exoneração a pedido; d) deixar de cumprir o Art 7º § 2º deste Estatuto.

§ 3º - Nenhum membro do Presbitério receberá censura ou qualquer disciplina sem que lhe tenha sido dada oportunidade de ampla defesa no Presbitério de origem e nos demais concílios superiores da Igreja Presbiteriana Conservadora Brasil: Sínodo e Assembleia Geral.

2. Dos Direitos e Deveres dos Membros

Art. 6º - Da Igreja:

§ 1º - São direitos da igreja: a) receber ministro comissionado pelo Presbitério, na impossibilidade de eleger ou convidar um pastor; b) fazer representações, pedidos, consultas, referências, queixas e apelações; c) fazer-se representar em todas as reuniões do Presbitério; d) votar, desde que se faça representar, em todas as matérias tratadas no Presbitério; e) recusar, em casos excepcionais, a juízo do Presbitério, um ministro comissionado.

§ 2º - São deveres da igreja: a) cumprir o Art 3º, § 1º; b) observar e cumprir os princípios bíblicos e doutrinários estabelecidos nos Símbolos de Westminster: Confissão de Fé e seus Catecismos, tradução brasileira; c) cumprir e fazer cumprir as resoluções do Presbitério.

Art. 7º - Do Ministro:

§ 1º - São direitos do ministro: a) exercer as funções ordinárias do ministério: ensino, celebração de ofícios religiosos e governo, sendo-lhe privativo ministrar os sacramentos e impetrar a Bênção Apostólica; b) ser jubilado: i) aos 70 anos de idade, facultativamente, a pedido do ministro;

ii) depois de 35 anos de serviço efetivo à Denominação, facultativamente, a pedido do ministro; iii) por motivo de invalidez total e permanente, a pedido do ministro e a juízo do Presbitério.

§ 2º - São deveres do ministro: dedicar-se diligentemente aos trabalhos pastorais; orar com o rebanho e por ele; apascentá-lo conforme a Palavra de Deus; orientá-lo sobre os cânticos espirituais; ministrar os sacramentos; impetrar a bênção de Deus sobre o povo do Senhor; cuidar da educação religiosa; visitar os fiéis, dedicando especial atenção aos necessitados, enfermos, aflitos e desviados; orientar e dirigir as atividades eclesiais; e, juntamente com os presbíteros, exercer a autoridade coletiva de governo; participar de todas as reuniões do Presbitério.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Assembleia:

Art. 8º - Quando reunidos, os membros inscritos em seu rol, os ministros e as igrejas filiadas, formam a Assembleia. Cada igreja é representada no Presbitério por um presbítero nomeado pelo Conselho.

§ 1º - O *quórum* do Presbitério é formado pela maioria dos seus membros, não podendo ser inferior a três ministros e dois presbíteros, deliberando pela maioria absoluta dos membros presentes.

§ 2º - A Assembleia funcionará em sua primeira convocação com o *quórum* mencionado acima.

§ 3º - E, em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, o Presbitério poderá se reunir com metade de membros, desde que estejam presentes pelo menos três ministros e dois presbíteros.

Art. 9º - Compete à Assembleia:

- I. Eleger e destituir a Mesa Diretora;
- II. Eleger os representantes à Assembleia do Sínodo e à Assembleia Geral;
- III. Decidir sobre reformas do Estatuto;
- IV. Decidir sobre a divisão do Presbitério, nos termos do presente Estatuto;
- V. Elaborar e aprovar orçamento anualmente;
- VI. Decidir sobre a conveniência de adquirir bens imóveis;
- VII. Ouvir os relatórios dos ministros e das igrejas arrolados;
- VIII. Aprovar as contas e balanço financeiro apresentados pelo tesoureiro;
- IX. Deliberar sobre a admissão ou exclusão de ministros ou igrejas.

X. Pronunciar-se sobre opiniões e práticas de ministros e igrejas a ele jurisdicionados;

XI. Cumprir e fazer cumprir as decisões próprias, bem como as prescrições constitucionais da igreja.

§ 1º - O Presbitério reunir-se-á ordinariamente a cada ano. Sendo que elegerá a cada 2 (dois) anos a Mesa Diretora.

§ 2º - A Assembleia, quando reunida extraordinariamente, só poderá tratar do assunto para que foi convocada.

Art. 10 - Da Convocação da Assembleia do Presbitério:

1 - Da Assembleia

§ 1º - O prazo para a convocação da Assembleia será no mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência.

§ 2º - A convocação da Assembleia dar-se-á por: 1) edital fixado na sede e via postal ou meio eletrônico, sendo enviados aos seus respectivos membros pela Comissão Executiva do Presbitério; 2) a requerimento, conforme o que prescreve o Art. 10º, § 1º deste Estatuto.

2 - Mesa Diretora:

Art. 11 - A Mesa Diretora será composta de Presidente, Vice-presidente, e dos 1º e 2º Secretários e Tesoureiro, eleitos logo após a abertura da reunião ordinária.

§ 1º - O mandato da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos.

§ 2º - Nos interregnos de suas reuniões ordinárias, o Presbitério será administrado pela Mesa Diretora, mais o Secretário Permanente, também eleito pela Assembleia. Nessa função, a Mesa Diretora mais o Secretário Permanente terão o nome de Comissão Executiva.

§ 3º - Os membros da Mesa Diretora não são remunerados em suas funções administrativas.

Art. 12 - Compete à Comissão Executiva do Presbitério:

I. Cumprir as decisões da Assembleia do Presbitério;

II. Tomar as medidas inadiáveis de ordem administrativa;

III. Convocar as assembleias ordinária e extraordinária.

Parágrafo único - O *quórum* para o funcionamento da Comissão Executiva do Presbitério será da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 13 - Compete ao Presidente:

1) Representar o Presbitério ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente; em juízo e fora dele; 2) Convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva do Presbitério; 3) Presidir as assembleias do Presbitério; 4) Assinar, com o tesoureiro, contratos de compra e venda, arrendamentos, ou quaisquer outros em que o Presbitério fizer parte, após aprovação da assembleia; 5) Autorizar o tesoureiro efetuar os pagamentos orçados.

Art. 14 - Compete ao Vice-presidente: substituir o presidente na sua falta ou impedimento.

Art. 15 - Compete ao 1º Secretário: elaborar as atas de cada sessão e entregá-las ao Secretário Permanente para que sejam transcritas no livro competente.

Art. 16 - Compete ao 2º Secretário: 1) Substituir o 1º Secretário; 2) Organizar o rol dos membros presentes no Concílio; 3) Fazer a chamada diária dos trabalhos.

Art. 17 - Compete ao Secretário Permanente: 1) Fazer os avisos de convocação da Assembleia do Presbitério; 2) Assumir a presidência da Assembleia na falta do Vice - presidente; 3) Transcrever em livro próprio as atas das sessões da Assembleia; 4) Ter, sob sua responsabilidade, o arquivo dos documentos da Assembleia e fazer toda a correspondência oficial; 5) Organizar a estatística anual das igrejas do Presbitério; 6) Organizar o livro de rol, com registro dos ministros, igrejas e propriedades do Presbitério.

Art. 18 - Compete ao Tesoureiro: 1) Ter sob sua guarda os recursos financeiros do Presbitério; 2) Receber e pagar as verbas orçadas pelo Presbitério; 3) Manter em dia a escrita respectiva, apresentar balancetes periódicos à Comissão Executiva do Presbitério e prestar contas anualmente a Assembleia do Presbitério; 4) Depositar em banco, em nome do Presbitério, os recursos deste e movimentar a respectiva conta.

Parágrafo único - O tesoureiro responde com os seus bens pelos recursos financeiros em seu poder.

CAPÍTULO IV

RECEITAS, PATRIMÔNIO E DESTINAÇÃO

Art. 19 - Para realização dos seus objetivos, a receita orçamentária do Presbitério terá como fonte as contribuições oriundas das igrejas arroladas. Toda receita será aplicada nos objetivos do Art. 1º deste Estatuto, e integralmente no País.

Art. 20 - Formam o patrimônio do Presbitério os bens que possui e os que venha a adquirir por doação, compra ou qualquer outro meio legal.

Art. 21 - Todos os bens e rendimentos serão aplicados exclusivamente para realizar os fins do Presbitério, conforme Art. 1º deste Estatuto.

Art. 22 - Os membros do Presbitério respondem com os bens deste, e não individual ou subsidiariamente, pelas obrigações que, em nome dele, contraírem os seus representantes.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - A duração do Presbitério é por tempo ilimitado e só será dissolvido por determinação do Sínodo a que estiver filiado.

§ 1º - No caso de dissolução do Presbitério, liquidado o passivo, os bens remanescentes passarão a pertencer ao Sínodo a que estiver filiado.

§ 2º - No caso de divisão administrativa ou desmembramento do Presbitério, os bens serão divididos conforme decidir o Sínodo a que estiver filiado.

§ 3º - No caso de cisma ou cisão do Presbitério, os bens ficarão pertencendo à maioria, exceto se esta maioria recusar fidelidade aos princípios exarados na Introdução Geral da Constituição e Ordem ou adote práticas ou princípios contrários à posição anterior da associação.

Art. 24 - O funcionamento do Presbitério e da Comissão Executiva será regulado pelo presente Estatuto e pelo seu Regimento Interno.

Art. 25 - Nenhuma emenda ou reforma se fará neste Estatuto senão por dois terços (2/3) dos membros presentes em reunião extraordinária do Presbitério, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo único - O *quórum* para emendar ou reformar esse Estatuto será de, no mínimo, 3/4 dos membros arrolados.

Art. 26 - Aplicam-se aos casos omissos ou duvidosos as disposições do Regimento Interno e, na falta destas, caberá a Comissão Executiva dirimir as dúvidas e deliberar a respeito *ad referendum* da Assembleia do Presbitério.

ANEXO IV

ESTATUTO CONSOLIDADO DO SÍNODO.... DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL

CAPÍTULO I DO NOME, SEDE, NATUREZA E OBJETIVO

Art. 1º - O Sínodo..... da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, nos artigos seguintes denominado simplesmente Sínodo, é uma associação religiosa, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de, na Rua, Bairro, CEP..., Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o número, organizado na forma da lei nº. 10.406/02; e do Art. 44 § 4º do Código Civil, constituída pela federação de Presbitérios que pertencem a sua jurisdição e estão ligadas a Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, que aceitam como leis constitucionais e orgânicas a Constituição e Ordem da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, registrada no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital -SP, sob o protocolo 517.913, do dia 31/10/2017, registrado em microfilme sob o número 445.019.

Art. 2º - O Sínodo adota as Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos como única e infalível regra de fé e prática, e, bem assim, adota como símbolos de doutrina a Confissão de Fé e os Catecismos da Assembleia de Westminster (versão brasileira), assumindo, como função específica no seio do Evangelismo Brasileiro, o zelo pela ortodoxia, incluindo o reconhecimento da incompatibilidade entre a profissão evangélica e a profissão maçônica.

Art. 3º - Tem por finalidade as seguintes atribuições:

§ 1º - Organizar presbitérios, modificá-los ou dissolvê-los, assim como sobre eles exercer disciplina, nos termos do Constituição e Ordem.

§ 2º - Examinar e submeter a seu próprio julgamento, quando necessário, todos os atos dos presbitérios, através do exame e estudo das atas de suas reuniões.

§ 3º - Propagar o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, mediante seus esforços diretos ou cooperando com organizações missionárias no Brasil e no exterior.

§ 4º - Coordenar, orientar e dirigir os esforços dos Presbitérios federados, afim de propagar o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, no sentido de assegurar-lhes, por meio de órgãos centrais e instituições de propriedade comum, a consecução dos seguintes objetivos: a) obra educativa religiosa; b) imprensa; c) obra missionária d) beneficência.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

I. Assembleia:

Art. 4º - A Assembleia, que é o órgão soberano da associação, compõe-se de ministros e presbíteros que representam os Presbitérios de uma região determinada, sendo devidamente creden-

ciados pelos concílios que representam. Essa assembleia funcionará sob a denominação de Sínodo e será regida pelo presente estatuto, regimento interno e Constituição e Ordem.

§ 1º - Reunir-se-á ordinariamente a cada biênio, tendo como representantes nessa ocasião 3 (três) ministros e 3 (três) presbíteros de cada Presbitério.

§ 2º - A Assembleia do Sínodo, quando reunida extraordinariamente, só poderá tratar do assunto para que foi convocada.

§ 3º - Excetuando o tesoureiro e o secretário permanente, somente sobre os representantes acima recairá a eleição para constituição da Mesa Diretora.

§ 4º - O *quorum* é constituído de 2/3 (dois terços) dos seus membros, deliberando pela maioria absoluta dos membros presentes.

§ 5º - A Assembleia do Sínodo funcionará em sua primeira convocação com o *quorum* mencionado acima ou em segunda, após 30 (trinta) minutos, com a presença de metade dos seus membros, desde que 2/3 (dois terços) dos Presbitérios arrolados estejam representados.

Art. 5º - Da convocação da Assembleia do Sínodo:

§ 1º - O prazo para a convocação da Assembleia será no mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 2º - A convocação da Assembleia do Sínodo dar-se-á por: 1) edital fixado na sede e via postal, sendo enviados aos seus respectivos membros pela Comissão Executiva do Sínodo; 2) a requerimento, conforme o que prescreve o Art. 4º, § 4º.

Art. 6º - Os direitos dos membros, conforme o que prescreve o Art. 4º, são: I. Ter seus documentos analisados e julgados pela Assembleia Geral; II. Ter garantido o direito de ampla defesa.

Art. 7º - Os Deveres dos membros, conforme o que prescreve o Art. 4º, são: I. Encaminhar as estatísticas anualmente à Comissão Executiva; e ao Sínodo em sua reunião ordinária; II. Encaminhar ao Sínodo, em sua reunião ordinária, seus livros de atas; III. Prestar contas das dotações recebidas; IV. Cumprir e fazer cumprir as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral.

Art. 8º - Compete a Assembleia do Sínodo:

I. Eleger e destituir a Mesa Diretora;

II. Eleger os representantes para A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA GERAL DA DENOMINAÇÃO;

III. Decidir sobre a conveniência de adquirir bens imóveis;

IV. Decidir sobre reformas do Estatuto;

V. Deliberar sobre a admissão, divisão ou dissolução de Presbitérios, conforme Constituição e Ordem;

VI. Criar órgãos que auxiliem no desenvolvimento do Art. 3º, § 3º;

VII. Decidir sobre a conveniência de divisão do Sínodo;

VIII. Ouvir os relatórios dos Presbitérios e órgãos filiados;

IX. Aprovar as contas e balanço financeiro apresentados pelo tesoureiro.

II. Mesa Diretora:

Art. 9º - A Mesa Diretora será composta de presidente, vice-presidente e dos 1º e 2º secretários, secretário permanente e tesoureiro, eleitos logo após a abertura da reunião ordinária.

§ 1º - O mandato da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos.

§ 2º - Os membros da Mesa Diretora não são remunerados em suas funções administrativas.

Art. 10 - Compete ao presidente:

1) Representar o Sínodo ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente; em juízo e fora dele; 2) Convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva do Sínodo; 3) Presidir as assembleias gerais do Sínodo; 4) Assinar, com o tesoureiro, contratos de compras e vendas, arrendamentos, ou quaisquer outros em que o Sínodo fizer parte, após aprovação da Assembleia.

Art. 11 - Compete ao vice-presidente: substituir o presidente na sua falta ou impedimento.

Art. 12 - Compete ao 1º secretário: elaborar as atas de cada sessão e entregá-las ao secretário permanente para serem transcritas no livro competente.

Art. 13 - Compete ao 2º secretário: 1) Substituir o 1º secretário; 2) Organizar o rol dos membros presentes na Assembleia; 3) Fazer a chamada diária dos trabalhos.

Art. 14 - Compete ao secretário permanente: 1) Fazer os avisos de convocação da Assembleia; 2) Assumir a presidência da Assembleia na falta do vice-presidente; 3) Transcrever em livro próprio as atas das sessões da Assembleia; 4) Ter, sob sua responsabilidade, o arquivo dos documentos da Assembleia e fazer toda a correspondência oficial; 5) Organizar o livro de rol.

Art. 15 - Compete ao tesoureiro: 1) Ter sob sua guarda os recursos financeiros do Sínodo; 2) Receber e pagar as verbas orçadas autorizadas pela Assembleia; 3) Manter em dia a escrita respectiva, apresentar balancetes periódicos e prestar contas anualmente à Comissão Executiva da Assembleia; 4) Depositar em bancos, em nome da Igreja, os recursos deste e movimentar a respectiva conta.

Parágrafo único - O tesoureiro responde com os seus bens pelos recursos financeiros em seu poder.

Art. 16 - Nos interregnos de suas reuniões ordinárias, o Sínodo será administrado por uma Comissão Executiva, composta de presidente, vice-presidente e tesoureiro, os mesmos da Mesa Diretora, e os representantes nomeados pelos Presbitérios, 1 (um) ministro e 1 (um) presbítero. Sendo a mesma denominada de Comissão Executiva do Sínodo.

Art. 17 - A Comissão Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, por convocação do presidente.

§ 1º - O *quorum* para o funcionamento da Comissão Executiva é da maioria absoluta dos seus membros.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, ou a requerimento de número que constitua *quorum*.

Art. 18 - Compete a Comissão Executiva da Assembleia:

- I. Cumprir as decisões da Assembleia;
- II. Tomar as medidas inadiáveis de ordem administrativa;
- III. Convocar a Assembleia ordinária e extraordinária;
- IV. Receber Relatórios dos Órgãos internos;
- V. Elaborar a Estatística.

§ 1º - O *quorum* para o funcionamento da Comissão Executiva da Assembleia é constituído de maioria absoluta.

§ 2º - A Comissão Executiva da Assembleia reunir-se-á ordinariamente uma vez ao ano, por convocação do presidente.

§ 3º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, ou a requerimento de ministros e presbíteros do Sínodo desde que nesses ministros e presbíteros esteja representada a maioria dos Presbitérios.

CAPÍTULO III

RECEITAS, PATRIMÔNIO E DESTINAÇÃO

Art. 19 - Para realização dos seus objetivos, a receita orçamentária do Sínodo terá como fonte as dotações constitucionais. Toda receita será aplicada nos objetivos do Art. 3º e seus Parágrafos, e integralmente no País.

Art. 20 - Formam o patrimônio do Sínodo os bens que possui e os que venham a adquirir por doação, compra ou qualquer outro meio legal.

Parágrafo único - Nenhuma propriedade será adquirida, onerada ou alienada, conforme exarado no Art. 8º, Inciso III.

Art. 21 - Todos os bens e rendimentos serão aplicados exclusivamente para realizar os fins estatuídos no Art. 3º e seus Parágrafos.

Art. 22 - Os membros da Assembleia respondem com os bens deste, e não individual ou subsidiariamente, pelas obrigações que, em nome dele, contraírem os seus representantes.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - A duração do Sínodo é por tempo ilimitado e só será dissolvido por determinação do mesmo, e nos casos estabelecidos pela Constituição e Ordem.

§ 1º - No caso de dissolução do Sínodo, liquidado o passivo, os bens remanescentes passarão a pertencer à ASSEMBLEIA GERAL DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL.

§ 2º - No caso de divisão administrativa ou desmembramento do Sínodo, os bens serão divididos conforme decidir à ASSEMBLEIA GERAL DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL.

§ 3º - No caso de cisma ou cisão do Sínodo, os bens ficarão pertencendo à maioria, exceto se esta maioria recusar fidelidade aos princípios exarados na Introdução Geral da Constituição e Ordem ou adote práticas ou princípios contrários à posição anterior da associação.

Art. 24 - O funcionamento da Assembleia do Sínodo e de sua Comissão Executiva será regulado pelo presente estatuto, pelo seu Regimento Interno e pela Constituição e Ordem.

Art. 25 - Nenhuma emenda ou reforma se fará neste Estatuto senão por dois terços (2/3) dos membros presentes em reunião extraordinária do Sínodo, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo único - O *quorum* para emendar ou reformar esse Estatuto será de no mínimo 3/4 dos membros arrolados.

Art. 26 - Aplicam-se aos casos omissos ou duvidosos as disposições da Constituição e Ordem e, na falta destas, caberá a Comissão Executiva do Sínodo dirimir as dúvidas e deliberar a respeito *ad referendum* da Assembleia do Sínodo.

ANEXO V

ESTATUTO CONSOLIDADO DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL

CAPÍTULO I DO NOME, SEDE, NATUREZA E OBJETIVO

Art. 1º - A IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL, fundada em 11 de fevereiro de 1.940 e organizada em 27 de junho do mesmo ano, ora denominada de Igreja, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso, 351, Bairro Bela Vista, CEP 01322-010, inscrita no C.N.P.J. do Ministério da Fazenda sob o número 63.089.296/0001-89, é uma organização religiosa cristã, sem fins lucrativos, na forma da lei nº. 10.406/02, constituída pela federação de Presbitérios e Sínodos, que aceitam como leis constitucionais e orgânicas a Constituição e Ordem aprovados pela sua Assembleia Geral.

Art. 2º - A Igreja adota as Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos como única e infalível regra de fé e prática, e, bem assim, adota como símbolos de doutrina a Confissão de Fé e os Catecismos da Assembleia de Westminster (versão brasileira), assumindo, como função específica no seio do Evangelismo Brasileiro, o zelo pela ortodoxia, incluindo o reconhecimento da incompatibilidade entre a profissão evangélica e a profissão maçônica.

Art. 3º - Tem por finalidade as seguintes atribuições:

§ 1º - Organizar sínodos, modificá-los ou dissolvê-los, assim como sobre eles exercer disciplina, nos termos da Constituição e Ordem.

§ 2º - Examinar e submeter a seu próprio julgamento, quando necessário, todos os atos dos sínodos, através do exame e estudo das atas de suas reuniões.

§ 3º - Propagar o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, mediante seus esforços diretos ou cooperando com organizações missionárias no Brasil e no exterior.

§ 4º - Coordenar, orientar e dirigir os esforços dos presbitérios e sínodos federados, a fim de propagar o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, no sentido de assegurar-lhes, por meio de órgãos centrais e instituições de propriedade comum, a consecução dos seguintes objetivos: a) obra educativa religiosa; b) imprensa; c) obra missionária; d) beneficência.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. ASSEMBLEIA GERAL:

Art. 4º - A Assembleia Geral, que é o órgão soberano da Igreja, compõe-se de ministros e presbíteros que representam os Presbitérios e Sínodos de todo território brasileiro. Ela é regida pelo presente Estatuto, seu Regimento Interno e Constituição e Ordem, registrada no 1º Oficial de

Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital -SP, sob o protocolo 517.913, do dia 31/10/2017, registrado em microfilme sob o número 445.019.

§ 1º - Reunir-se-á ordinariamente a cada quadriênio, tendo como representantes nessa ocasião 3 (três) ministros e 3 (três) presbíteros de cada Presbitério e mais o presidente de cada Sínodo, sendo devidamente credenciados pelos concílios que representam.

§ 2º - A Assembleia Geral, quando reunida extraordinariamente, só poderá tratar dos assuntos para que foi convocada.

§ 3º - Excetuando o tesoureiro e o secretário permanente, somente sobre os representantes acima recairá a eleição para constituição da Mesa Diretora.

§ 4º - O *quorum* da Assembleia Geral é de 2/3 dos seus membros, deliberando pela maioria dos membros presentes.

§ 5º - A Assembleia Geral funcionará em sua primeira convocação com o *quorum* mencionado acima ou em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com a presença de metade dos seus membros desde que 2/3 dos Presbitérios e Sínodos arrolados estejam representados.

§ 6º - Tem direito a voto todos os representantes presentes, exceto o presidente que só votará em caso de empate.

Art. 5º - Da convocação da Assembleia Geral:

§ 1º - O prazo para a convocação da Assembleia Geral será no mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 2º - A convocação da Assembleia Geral dar-se-á por: 1) edital fixado na sede e via postal, sendo enviados aos seus respectivos membros pela Comissão Executiva da Assembleia Geral; 2) a requerimento pela maioria absoluta.

Art. 6º - Os direitos dos membros, conforme o que prescreve o Art. 4º, são: I. Ter seus documentos analisados e julgados pela Assembleia Geral; II. Ter garantido o direito de ampla defesa.

Art. 7º - Os Deveres dos membros, conforme o que prescreve o Art. 4º, são:

I. Encaminhar as estatísticas anualmente à Comissão Executiva; e à Assembleia Geral em sua reunião ordinária;

II. Encaminhar a Assembleia Geral, em sua reunião ordinária, seus livros de atas;

III. Prestar contas das dotações recebidas;

IV. Cumprir e fazer cumprir as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral.

Art. 8º - Compete a Assembleia Geral:

I. Eleger e destituir a Mesa Diretora;

II. Decidir sobre a conveniência de adquirir, onerar e alienar bens imóveis;

III. Decidir sobre reformas do Estatuto;

IV. Deliberar sobre a organização, disciplina e dissolução de Sínodos, conforme Constituição e Ordem;

V. Elaborar orçamento e autorizar a Comissão Executiva a fazer reajustes;

VI. Criar instituições que auxiliem no desenvolvimento do Art. 3º, § 3º e § 4º;

VII. Decidir sobre a conveniência de divisão de Sínodos;

VIII. Ouvir os relatórios dos Sínodos e órgãos filiados;

IX. Aprovar as contas e balanço financeiro apresentados pelo Tesoureiro.

2. MESA DIRETORA:

Art. 9º - A Mesa Diretora será composta de presidente, vice-presidente e dos 1º e 2º secretários, secretário permanente e tesoureiro, eleitos logo após a abertura da reunião ordinária.

Parágrafo único - O mandato da Mesa Diretora será de 4 (quatro) anos.

Art. 10 - Compete ao presidente:

1) Representar a Assembleia Geral ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente; em juízo e fora dele; 2) Convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva da Assembleia Geral; 3) Presidir as reuniões da Assembleia Geral; 4) Assinar, com o tesoureiro, contratos de compras e vendas, arrendamentos, ou quaisquer outros, após aprovação da Assembleia Geral; 5) Passar procuração ao Redator do Órgão Oficial da Denominação, ao Diretor do Seminário Presbiteriano Conservador, ao Tesoureiro do Departamento Missionário, e a diretores de quaisquer outros órgãos que sejam criados para preencher as finalidades da Denominação para movimentar conta bancária em nome da Igreja.

Art. 11 - Compete ao vice-presidente: substituir o presidente na sua falta ou impedimento.

Art. 12 - Compete ao 1º secretário: elaborar as atas de cada sessão e entregá-las ao secretário permanente para serem transcritas no livro competente.

Art. 13 - Compete ao 2º secretário: 1) Substituir o 1º secretário; 2) Organizar o rol dos membros presentes no concílio; 3) Fazer a chamada diária dos trabalhos.

Art. 14 - Compete ao secretário permanente: 1) Fazer os avisos de convocação da Assembleia geral; 2) Assumir a presidência da assembleia geral na falta do vice- presidente; 3) Transcrever em livro próprio as atas das sessões da assembleia geral; 4) Ter, sob sua responsabilidade, o arquivo dos documentos da assembleia geral e fazer toda a correspondência oficial; 5) Organizar o livro de rol.

Art. 15 - Compete ao tesoureiro: 1) Ter sob sua guarda os recursos financeiros da Assembleia Geral; 2) Receber e pagar as verbas orçadas autorizadas pela Assembleia Geral; 3) Manter em dia a escrita respectiva, apresentar balancetes anuais à Comissão Executiva e prestar contas quadrienalmente a Assembleia Geral; 4) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, em nome da Assembleia Geral.

Parágrafo único – O tesoureiro responde com os seus bens pelos recursos financeiros em seu poder.

Art. 16 - Os membros da Mesa Diretora não são remunerados em suas funções administrativas.

Art. 17. Na vacância de qualquer cargo da Diretoria, proceder-se-á do seguinte modo: a) na do presidente, este será substituído pelo vice-presidente; b) na do vice- presidente ou do 2º secretário, este será substituído pelo secretário permanente, c) na do 1º secretário, este será substituído pelo 2º secretário; c) na do tesoureiro a comissão executiva convocará uma Assembleia Extraordinária para a eleição do novo titular.

Parágrafo único – A vacância dar-se-á por renúncia, falecimento ou destituição. No caso de renúncia a mesma deverá ser feita por escrito e entregue ao presidente ou ao seu substituto.

3. COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 18 - Nos interregnos de suas reuniões ordinárias, a Igreja será administrada por uma Comissão, composta de presidente, vice-presidente e tesoureiro, os mesmos da Mesa Diretora, bem como os representantes dos Sínodos federados, 2 (dois) ministros e 2 (dois) presbíteros. Dentre estes será nomeado um secretário. Sendo a mesma denominada de Comissão Executiva.

Art. 19 - A Comissão Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, por convocação do presidente. A convocação da Comissão Excutiva dar-se-á por edital fixado na sede, via postal ou e-mail, sendo enviados aos seus respectivos membros pelo presidente.

§ 1º - O *quorum* para o funcionamento da Comissão Executiva é da maioria absoluta dos seus membros.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, ou a requerimento de número que constitua *quorum*.

Art. 20 - Compete a Comissão Executiva:

- I. Cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- II. Tomar as medidas inadiáveis de ordem administrativa;
- III. Adquirir bens imóveis em nome da Igreja;

IV. Convocar a Assembleia Geral ordinária e extraordinária, através do secretário;

V. Receber e apreciar os relatórios dos Órgãos internos;

VI. Reajustar o orçamento;

VII. Receber as Estatísticas e publicá-las anualmente.

Art. 21. As decisões da Comissão Executiva são tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não sendo admitidas procurações.

CAPÍTULO III RECEITAS, PATRIMÔNIO E DESTINAÇÃO

Art. 22 - Para realização dos seus objetivos, a receita orçamentária da Assembleia Geral terá como fonte as contribuições oriundas das Igrejas locais. Toda receita será aplicada nos objetivos do Art. 3º e seus Parágrafos, e integralmente no País.

Art. 23 - Formam o patrimônio da Assembleia Geral os bens que possui e os que venha a adquirir por doação, compra ou qualquer outro meio legal.

Parágrafo único - Nenhuma propriedade será adquirida, onerada ou alienada, conforme exarado no Art. 8º, Inciso II e Art. 19, Inciso III.

Art. 24 - Todos os bens e rendimentos serão aplicados exclusivamente para realizar os fins da Assembleia Geral, estatuídos no Art. 3º e seus Parágrafos.

Art. 25 - Os membros da Igreja, bem como seus representantes na Assembleia Geral, respondem com os bens da Igreja, e não individual ou subsidiariamente, pelas obrigações que, em nome dela, contraírem os seus representantes.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - No caso de divisão da organização os bens ficarão pertencendo à maioria, exceto no caso em que esta recuse fidelidade aos princípios exarados na Introdução Geral da Constituição e Ordem ou adote práticas ou princípios contrários à posição anterior da organização.

Art. 27 - Caso nem a maioria nem a minoria permaneçam fiéis àqueles princípios, os seus bens serão divididos proporcionalmente entre as corporações que compõem a federação.

Art. 28 - A duração da organização é por tempo ilimitado e esta só se dissolverá nos casos seguintes: a) redução do número de seus membros a dois ministros e duas corporações apenas; b) filiação da totalidade de seus membros a outra organização religiosa; c) por determinação da Assembleia Geral e maioria de três quartas partes de seus membros; d) por qualquer alteração em seus Símbolos de Fé, conforme Art. 2º.

Parágrafo único - No caso de dissolução da Igreja, liquidado o passivo, os bens remanescentes serão destinados a outra entidade religiosa congênere, de posição rigorosamente ortodoxa, com personalidade jurídica comprovada, com sede e atividade preponderante no Brasil.

Art. 29 - No caso de qualquer corporação se afastar espontaneamente ou por disciplina do seio da organização, não terá o direito de reclamar qualquer parcela relativa ao patrimônio da organização, o qual ficará pertencendo, por inteiro, à federação subsistente.

Art. 30 - Todos os casos omissos neste Estatuto, e não previstos no Regimento Interno e na Constituição e Ordem, serão resolvidos pela Assembleia Geral, e, no intervalo de suas reuniões, pela Comissão Executiva *ad referendum* da Assembleia Geral.

Art. 31 - O presente Estatuto poderá ser reformado em qualquer tempo, exceto no que se refere a seus fins, suas leis e seus Símbolos de Fé (Capítulo I), quando resolvido em Assembleia Geral para esse fim convocada e pela votação de três quartas partes de seus membros presentes.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA GERAL, DOS PRESBITÉRIOS E DOS SÍNODOS DA IGREJA PRESBITERIANA CONSERVADORA DO BRASIL

Preliminares

Art. 1º - No dia e hora marcados, reunir-se-á o Concílio, no lugar de antemão designado, ocupando a cadeira o presidente, acompanhado do secretário permanente e dos dois secretários temporários.

Art. 2º - O presidente será substituído, na sua ausência, pelo vice-presidente, ou pelo secretário permanente, ou pelo conciliar mais antigo no exercício, nessa sequência.

Art. 3º - Na ausência deste último, presidirá o conciliar mais idoso ou um dos secretários temporários.

Art. 4º - O presidente assumirá a direção dos trabalhos e chamará à ordem os membros do Concílio, e convidará o segundo secretário para fazer a chamada. Verificado o *quorum*, declarará abertos os trabalhos, fazendo oração; em seguida, subirá ao púlpito, acompanhado da Mesa e do pastor da Igreja, onde se reunir o Concílio, pregando então o sermão de abertura.

Art. 5º - Não havendo *quorum*, reunir-se-á de novo o Concílio em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, conforme o *quorum* estabelecido no artigo 9º).

Art. 6º - Logo após o serviço religioso, tomará assento o Concílio; far-se-á de novo a chamada e passar-se-á à eleição da Mesa; eleição que, de ordinário, deverá ser feita por escrutínio secreto.

Art. 7º - Empossada a nova Mesa, serão determinadas as horas das sessões e o presidente nomeará a comissão de exercícios devocionais, constituída pelo pastor ou pastores e o presbítero da igreja em cujo seio estiver reunido o Concílio.

Capítulo I MESA

Art. 8º - A Mesa do Concílio é constituída de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, eleitos dentre os conciliares.

Art. 9º - O *quorum* do Presbitério é constituído da maioria absoluta de seus membros, não podendo ser inferior a dois ministros e dois presbíteros) (C.O., Art. 107); do Sínodo é constituído da maioria absoluta de seus membros, não podendo ser inferior a quatro ministros e quatro presbíteros, deliberando pela maioria absoluta dos membros presentes). (C.O., Art. 125); e o da Assembleia Geral é constituído de dois terços de seus membros, deliberando pela maioria absoluta dos membros presentes. (C.O. Art. 139)

Capítulo II PRESIDENTE

Art. 10 - Compete ao presidente: a) Convocar as reuniões ordinárias do Concílio, de acordo com a época prevista; e as extraordinárias, nas circunstâncias determinadas pela Constituição e Ordem; b) Presidir as reuniões e fazer observar o Regimento Interno; c) Conceder a palavra aos membros do Concílio, chamar à ordem o orador que tratar de assunto alheio ao debatido, ou que se entregar a reflexões pessoais, e impor silêncio aos que se recusarem a obedecer; d) Apresentar ao Concílio todo o assunto de deliberação que se tenha de resolver; encaminhar as deliberações a um resultado pronto e conveniente, e sugerir o modo que lhe parecer mais sábio para resolver a questão; e) Anotar cuidadosamente a ordem das matérias do dia e as apresentar no tempo marcado; f) Concluídas as considerações sobre quaisquer assuntos, submetê-los à votação e indicar o ponto sobre que ela deve incidir, e anunciar à casa o resultado; g) Anunciar os nomes dos que se levantam para falar, evitando que se interrompam uns aos outros, proibindo também apartes, quando inconvenientes ou demasiadamente prolongados, e exigir que o orador se dirija sempre ao presidente; h) Nomear comissões, salvo nos casos em que o Concílio decidir o contrário; i) O presidente terá voto de qualidade, em caso de empate. Se qualquer membro se julgar agravado por uma decisão do presidente, poderá apelar para o plenário e o assunto será votado sem debate; j) Orientar os membros do Concílio sobre pontos da Constituição e Ordem, ou das matérias em discussão; l) Ter cuidado para que os membros não se retirem das sessões sem a necessária licença; m) Assinar os pareceres nos livros das atas dos Concílios, das Comissões Permanentes, livros das tesourarias, as atas do próprio Concílio, e demais documentos; n) O presidente não poderá apresentar propostas, indicações ou emendas, nem discutir; porém, se quiser fazê-lo, passará a presidência ao seu substituto ou ao secretário permanente, ou ao ministro mais antigo; e não voltará à cadeira da presidência até o final da questão, em que votará; o) Suspender as sessões todas as vezes que circunstâncias o exigirem; p) Durante o período de sua gestão, o presidente não poderá ter exercício em comissão sobre que tenha de dar parecer, salvo de ordem eclesiástica, a juízo do Concílio.

Capítulo III SECRETÁRIO PERMANENTE

Art. 11 - Compete ao secretário permanente: a) Fazer os avisos da convocação do Concílio, conforme determinado pelos Estatutos do Concílio, à solicitação do presidente. b) Assumir a presidência do Concílio na falta do vice-presidente; c) Transcrever em livro próprio as atas das sessões do Concílio; d) Ter, sob sua responsabilidade, o arquivo do Concílio e fazer toda correspondência oficial; e) A pedido da Comissão Executiva elaborará a estatística anual do Concílio – acrescentar); f) Organizar o livro de rol, de modo que se obtenha um registro claro e completo dos ministros, igrejas e propriedades, e de tudo que se relacionar com a boa ordem dos trabalhos.

Capítulo IV SECRETÁRIOS TEMPORÁRIOS

Art. 12 - Compete ao 1º secretário elaborar, com todo cuidado, as atas de cada sessão, inserindo nelas todas as propostas, pareceres e consultas, e entregá-las ao secretário permanente, depois de aprovadas e cuidadosamente corrigidas, a fim de serem transcritas no livro competente.

Art. 13 - Compete ao 2º secretário: a) Substituir o 1º secretário; b) Organizar um rol completo dos membros presentes, logo depois da primeira sessão do Concílio, acrescentando depois os nomes dos que compareceram em outras sessões, e fazer a chamada diária dos trabalhos; c) Ler audivelmente todos os papéis que forem apresentados à Mesa e guardá-los em boa ordem; d) Transcrever nos livros das atas dos Concílios, das comissões permanentes, das tesourarias, o parecer da comissão examinadora dos referidos livros, parecer que será datado e assinado pelo presidente; e) Os secretários temporários ficarão isentos de qualquer comissão durante as sessões.

Capítulo V

SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

Art. 14 - Compete ao Secretário Executivo: a) acompanhar, passo a passo, todos os trabalhos das Federações ou Confederações, aconselhando e orientando as suas Diretorias, e comparecendo a todas as reuniões convocadas, quer ordinárias, quer extraordinárias; b) solicitar, sempre que julgar necessário, informações das Diretorias das Federações ou Confederações); c) estar presente às Assembleias gerais do Congresso como representante dos Concílios com direito à palavra, sempre que julgar oportuno; d) orientar e esclarecer as Diretorias em questões doutrinárias; e) supervisionar as resoluções das Diretorias, provendo para que não ocorram erros que venham tolher a autonomia de cada uma das organizações envolvidas, a saber: Assembleia Geral, Sínodos, Presbitérios, Confederações, Federações e Sociedades Internas.

Capítulo VI

COMISSÕES

Art. 15 - As comissões deverão ser nomeadas pelo presidente; todavia o Concílio poderá elegê-las, se o achar conveniente. O primeiro membro nomeado será o relator, podendo o segundo substituí-lo em seu impedimento.

Art. 16 - Se alguns membros de uma comissão não concordarem com o parecer da maioria, poderão assiná-lo com a explicação: “vencidos” ou “com restrições”, ou então elaborar parecer ou relatório à parte.

Capítulo VII

PROPOSTAS

Art. 17 - Toda proposta deve ser feita em voz alta, repetida pelo presidente e apoiada, para poder entrar em discussão. O presidente, quando julgar conveniente, poderá exigir que o proponente faça, por escrito, a sua proposta.

Art. 18 - O proponente, depois de anunciada a sua proposta, tem a prioridade da palavra, dispondo de até dez minutos para fundamentá-la.

Art. 19 - Tem o proponente a liberdade de retirar a sua proposta, com o consentimento da pessoa que a apoiou; se, porém, já houver entrado em discussão, somente poderá fazê-lo com a permissão do Concílio.

Art. 20 - Quando uma proposta contiver mais de um artigo, as suas partes poderão ser discutidas e votadas separadamente, e, no fim, em conjunto.

Art. 21 - Quando uma proposta ou qualquer matéria estiver em discussão, não se poderá tratar de outro assunto, a não ser que suba alguma proposta: a) para ser levantada a sessão; b) para adiar-se a questão, a fim de ser tratada na ordem do dia seguinte; c) para ficar sobre a mesa ou ser adiada por tempo determinado; d) para, finalmente, ser emendada ou remetida a uma comissão; e estas propostas terão preferência na ordem em que vão mencionadas.

Art. 22 - Nenhuma proposta poderá ser votada sem discussão.

Art. 23 - As emendas serão sempre decididas antes da proposta original. Pode-se propor uma emenda a outra emenda, mas duas emendas diversas não devem ser admitidas ao mesmo tempo à discussão, quer seja substitutivo à questão inteira, quer seja modificação de alguma de suas partes.

Art. 24 - Uma proposta pode ser substituída por outra, quando o substitutivo compreender toda a matéria da proposta original, e isto se fará pela eliminação desta e adoção daquela.

Art. 25 - Uma questão não será considerada de novo na mesma reunião do Concílio em que foi votada, senão pelo consentimento de um terço dos membros que estiveram presentes à sua decisão, e sem que a proposta da reconsideração seja feita por uma pessoa que votou com a maioria.

Art. 26 - Logo que uma proposta entrar em votação não se poderá falar sobre ela, a não ser para requerer-se alguma explicação ou esclarecimento para orientar a votação.

Art. 27 - Sendo exigido o encerramento de uma discussão, o presidente porá a votos a proposta de encerramento; se o encerramento for votado favoravelmente, passar-se-á à votação final da questão; do contrário, continuará a discussão.

Art. 28 - Quando se tratar de matéria que está em discussão para ser votada, o presidente submeterá a votos a decisão, e todos terão de dar o seu voto, salvo dispensa do Concílio. Os que se conservarem silenciosos serão considerados como votando com a maioria.

Capítulo VIII

PLENÁRIO

Art. 29 - Se mais de uma pessoa pedir a palavra ao mesmo tempo, terá a palavra a que estiver mais distante da cadeira do presidente.

Art. 30 - Nenhum orador poderá ser interrompido, salvo se estiver fora de ordem ou fora do assunto; ou então com o fim de corrigir-se qualquer engano ou má interpretação.

Art. 31 - O orador deverá dirigir-se à pessoa do presidente e não a qualquer membro do Concílio.

Art. 32 - A ninguém é permitido falar sentado, exceto o presidente; e se alguém tomar a palavra sem licença, o presidente adverti-lo-á.

Art. 33 - Sobre questões de adiamento de matéria, cada membro do Concílio poderá falar uma só vez; nas demais questões, cada orador, salvo permissão do Concílio, só poderá falar duas vezes, respectivamente, vinte e dez minutos.

Art. 34 - A nenhum membro é permitido entregar-se a reflexões pessoais; e se, no calor da discussão, o orador se exceder, o presidente chama-lo-á à ordem; se qualquer membro do Concílio se julgar agravado por uma decisão do presidente, apelará para o plenário do mesmo.

Art. 35 - Ninguém poderá retirar-se das sessões sem permissão do Concílio; se acaso alguém precisar se retirar das demais sessões, só poderá fazê-lo com o consentimento do Concílio; caso contrário, será passível de censura.

Capítulo IX SESSÕES

Art. 36 - As sessões do Concílio principiar-se-ão sempre às horas determinadas. Far-se-á a chamada no princípio de cada sessão, notando-se os ausentes; e todos os membros presentes deverão assistir pontualmente às sessões.

Art. 37 - Se não estiverem presentes membros em número suficiente para *quorum*, o presidente esperará, no máximo, uma hora; e, se nem assim houver *quorum*, será determinada outra hora para início da sessão. Quando não houver sessão, havendo *quorum*, será lavrada a ata competente, declarando-se o número dos presentes e dos ausentes.

§ 1º - A primeira meia hora da sessão de cada dia será ocupada com exercícios devocionais.

§ 2º - Depois de feita a chamada e notados os presentes e ausentes, será lida, discutida e aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida passar-se-á ao expediente, findo o qual serão tratados, de preferência, os trabalhos que não tenham sido decididos na véspera; e, logo que a ordem especial e as matérias por decidir estiverem determinadas, os assuntos de ordem geral serão considerados.

§ 3º - As propostas para receber membros, nomear comissões e ouvir as mesmas, estarão sempre em ordem, a não ser que o Concílio esteja tratando de qualquer deliberação urgente, mas sem interromper o orador.

§ 4º - As sessões serão públicas, podendo ser recebidos ministros de outras comunhões eclesiásticas como membros visitantes, e da Denominação como membros correspondentes. Poderá ser dada a palavra a qualquer pessoa para falar perante o Concílio, e será registrada na ata essa permissão.

§ 5º - Quando houver conveniência, poderá o Concílio ter sessões interlocutórias, em que todos os membros poderão conversar livremente, sem as formalidades do regimento; todavia, as deliberações tomadas nesta ocasião deverão ser sancionadas em sessão regular.

§ 6º - Se o Concílio achar que um assunto não deve ser considerado publicamente, poderá reunir-se em sessão secreta, à qual só poderão assistir os seus membros. O resultado das suas deliberações, porém, deverá ser lançado nas atas como nos casos ordinários.

Capítulo X DOCUMENTOS

Art. 38 - Por ocasião da abertura da reunião do Presbitério, os presbíteros deverão entregar à Mesa suas credenciais, livros de atas e estatísticas de suas igrejas, e os pastores, seus relatórios ministeriais. Nos casos dos Sínodos, deverão ser apresentadas credenciais dos representantes, as estatísticas e os livros de atas dos Presbitérios. No caso da Assembleia Geral deverão ser apresentadas as credenciais dos representantes, as estatísticas e os livros de atas dos Sínodos.

Capítulo XI ORDEM DOS TRABALHOS ORDINÁRIOS

Art. 39 - Nos trabalhos do Concílio observar-se-á a seguinte ordem: 1) Instalação do Concílio com oração pelo presidente. 2) Chamada dos membros pelo 2º secretário. 3) Culto público. 4) Nova Chamada dos membros pelo 2º secretário. 5) Eleição e posse da Mesa. 6) Apresentação dos motivos de ausência durante a reunião anterior por aqueles que não houverem estado presentes. 7) Determinação das horas das sessões. 8) Nomeação da comissão de exercícios devocionais. 9) Apresentação de cartas, consultas, projetos e papéis. 10) Nomeação das comissões temporárias para exame, no caso dos Presbitérios, de: a) Livros de Atas dos Conselhos; b) Relatórios Ministeriais; c) Livros e Relatório do Tesoureiro; d) Livro de Transcrição das Atas do Presbitério; e) Relatórios das Comissões Permanentes; f) Papéis e Pareceres; g) Orçamento; h) Distribuição de Obreiros; i) Estatística e Condição Espiritual das Igrejas do Presbitério; j) Atos e Atas da Comissão Executiva; l) Relatórios das Comissões Nomeadas na Reunião Anterior; m) Relatórios dos Secretários Executivos junto às Federações; e, no caso dos Sínodos, para exame de: a) Livros de Atas dos Presbitérios; b) Livros e Relatórios do Tesoureiro; c) Livro de Transcrição das Atas do Sínodo; d) Relatórios das Comissões Permanentes; e) Papéis e Pareceres; f) Orçamento; g) Estatística e Condição Espiritual das Igrejas dos Presbitérios; h) Atos e Atas da Comissão Executiva; i) Relatórios das Comissões Nomeadas na Reunião Anterior; e no caso da Assembleia Geral, para exame de: a) Livros de Atas dos Sínodos; b) Livro de Transcrição de Atas da Assembleia Geral; c) Atos e atas da Comissão Executiva; d) Livro de Atas da Congregação de Professores do Seminário; e) Livro de Atas da Diretoria do Seminário; f) Relatórios dos Secretários Executivos junto às Confederações; g) Relatórios dos juízes que presidiram julgamentos do Tribunal de Recursos; h) Relatórios do Diretor do Seminário, do Superintendente do Departamento Missionário e do Redator do Jornal. 11) Eleição das comissões permanentes e especiais; 12) Relatório do Departamento Missionário; 13) Indicação do Moto para o novo período eclesiástico. 14) Determinação do lugar para a reunião seguinte. 15) Leitura e aprovação da Pastoral em plenário. 16) Instalação da Comissão Executiva, no caso dos Presbitérios, ou das Comissões Executivas; 17) Eleição e instalação do Tribunal de Recursos; 18) Encerramento da reunião do Concílio com oração, cântico do hino oficial da I.P.C.B. (“Campeões da Peleja Sagrada”), e Bênção Apostólica.

ANEXO VII

MODELO DE ATAS ELETRÔNICAS

1. ORIENTAÇÕES

O documento deverá ter o seu *layout* de acordo com as seguintes especificações:

1.1. TAMANHO DA FOLHA

Poderão ser utilizadas folhas de tamanho padrão do mercado, tais como: Carta (216x279mm), A4 (210x297mm), Ofício (216x315mm). Recomenda-se, no entanto, que, preferencialmente, seja usado o tamanho A4.

1.2. TIPO DE FOLHA

Não dever ser usado formulário contínuo, e, sim, folhas soltas.

1.3. COR DO PAPEL

Embora cores claras, tais como salmão, rosa, azul claro sejam permitidas, recomenda-se a utilização da cor branca, pois ela possibilita maior contraste entre o papel e o texto.

1.4. MARGENS

Deverão ser utilizadas as seguintes medidas, em centímetros: superior: 2,5; inferior: 2,5; esquerda: 2,5; direita: 3,5.

Justifica-se a medida de 3,5 para a margem direita em razão das anotações que devem ser feitas, que devem vir com a mesma fonte, mas com corpo menor (8).

1.5. DIREÇÃO DA IMPRESSÃO

O documento deverá ser impresso sempre na posição vertical (retrato). A impressão deverá ser feita apenas em um dos lados da página.

1.6. FORMATAÇÃO

1.6.1. Fonte (tipo de letra).

A fonte deverá propiciar fácil leitura, ter tamanho não menor que 3 mm e não maior que 5mm.

Sugerimos as seguintes fontes:

Times New Roman - 12

Times New Roman - 13

Courier - 12

Courier - 13

Arial - 12

Arial - 13

1.6.2. Formatação do Caractere

Deve-se formatar o caractere sem uso das características MAIÚSCULAS, NEGRITO, SUBLINHADO E ITÁLICO. O uso desses recursos de formatação fica restrito aos seguintes casos:

MAIÚSCULAS: utilizar quando se desejar enfatizar uma palavra ou para títulos e subtítulos no corpo da ata.

NEGRITO: idem ao formato da MAIÚSCULA, com maior ênfase. **SUBLINHADO:** idem ao formato da MAIÚSCULA, com menor ênfase.

ITÁLICO: nas citações ou transcrições de textos e diálogos, entre aspas.

Essas formatações diferenciadas podem ser combinadas. Deve-se procurar, no entanto, evitar o uso constante dessas características, o que acabaria por prejudicar o efeito de destaque.

Além disso, deve haver uniformidade de formatação e estilo em todas as atas de um livro.

1.6.3. Espaçamento do Caractere

Poderá ser usado o espaçamento normal da fonte ou 1,5.

1.6.4. Cor do Caractere

Deverá ser utilizada a cor preta, pois permite maior contraste.

1.7. FORMATAÇÃO DO PARÁGRAFO

1.7.1. Deslocamento da Margem

O parágrafo deverá ser iniciado com deslocamento 0 (zero) da margem.

1.7.2. Alinhamento

O parágrafo deverá ser alinhado de maneira a ficar justificado entre as margens. Não devem ser usados os alinhamentos à esquerda, à direita e ao centro.

1.7.3. Colunas

O texto deverá ser composto por apenas uma coluna.

1.7.4. Fluxo do Texto

O texto de cada ata deverá iniciar-se na primeira linha da página. O texto deverá ser composto de um único parágrafo.

O texto de cada ata deverá ocupar totalmente uma página. No caso do texto de uma ata não ocupar toda a página, deve-se inutilizar o restante da mesma com o caractere hífen ('-----'), repetido em sequência, sem espaços vazios, logo após as assinaturas do secretário e do presidente,

1.8. REDAÇÃO

As atas serão um registro claro das reuniões do Conselho, bem como dos atos oficiais dos seus membros, relatados ao mesmo Conselho (C.O. Art. 105 § 2º).

1.8.1. Início da ata.

Sugestão de início de ata: (Sínodo, Presbitério ou Conselho)

“Aos dias do mês de do ano, às e minutos, (endereço completo: rua, número, cidade, estado) sob a presidência do, reuniu-se, em sua reunião ordinária, o Sínodo da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil.”

Data, hora e local das reuniões e das sessões.

Nome dos ministros e presbíteros representantes, por extenso, quando referidos na ata pela primeira vez, e declaração dos que estiverem ausentes, se possível, com registro dos motivos conhecidos.

Declaração de ter sido lida a ata anterior ou dispensada a sua leitura e por que motivo.

Menção de haverem começado as sessões com exercícios religiosos e terminadas com oração.

Transcrição na íntegra das propostas, projetos e indicações que forem aprovados no decorrer dos trabalhos.

As atas deverão ser digitalizadas pelo secretário permanente e devidamente encadernadas quando o volume chegar ao mínimo de cinquenta páginas ou ao máximo de cem.

As atas não conterão emendas ou abreviaturas, excetuadas as de títulos, tratamentos de deferência e expressões consagradas pelo uso geral.

Quando não tiver sido possível observar qualquer dispositivo da Constituição e Ordem, serão registrados os motivos que tiverem justificado essa omissão.

No livro em que forem digitalizadas as atas do Sínodo, na última ata da reunião ordinária, far-se-á o registro da estatística geral. Proceder-se-á do mesmo modo no livro de atas de Presbitério.

Se as atas forem do Conselho, observar-se-á a seguinte redação: Sugestão de início de ata:

“Ata de nº..... . Reunião do Conselho da Igreja Presbiteriana Conservadora de..... . realizada aos dias do mês de do ano, na (endereço completo: rua, número, cidade e estado). Estavam presentes os seguintes presbíteros:... ausentes:, (motivos da ausência), sob a presidência do

Quando houver mais de um pastor, a declaração de qual deles tomou a presidência. Na ausência de qualquer pastor, o nome do presbítero que tomou a presidência e os motivos que o qualificaram para o cargo.

Nome do secretário da reunião.

Declaração de ter sido aberta a reunião com oração e por quem foi dirigida.

Declaração de ter sido lida a ata anterior ou dispensada a sua leitura e por que motivo.

Nomes das pessoas que compareceram para ser examinadas para pública profissão de fé ou para solicitar jurisdição, data de nascimento, estado civil, nacionalidade, naturalidade, residência, profissão, instrução e igreja ou religião de que provêm; ou, se tiverem sido recebidas por transferência, o modo como o foram.

Relatório de atos oficiais do pastor, dos presbíteros, principalmente sobre celebração de sacramentos, ofícios, relatório da tesouraria, etc.

Quando for conveniente que o próprio presidente acumule as funções de secretário do Conselho, acrescentará as palavras “presidente e secretário” à sua assinatura, e se fizer as vezes de secretário *ad hoc*, pela ausência fortuita do secretário efetivo, acrescentará à sua assinatura a expressão “presidente e secretário *ad hoc*”.

As atas das reuniões das Assembleias serão digitalizadas no mesmo livro em que forem digitalizadas as atas do Conselho.

As atas não conterão emendas ou abreviaturas, excetuadas as de títulos, tratamentos de deferência e expressões consagradas pelo uso geral.

As reuniões devem ser encerradas com oração, registrando-se o nome de quem a dirigiu e a hora do encerramento.

As atas deverão ser digitalizadas pelo secretário e devidamente encadernadas quando o volume chegar ao mínimo de cinquenta páginas ou ao máximo de cem.

Na última ata, antes da reunião ordinária do Presbitério, far-se-á o registro da estatística geral do ano.

Será feito o registro de todas as resoluções tomadas pelo Conselho, não devendo conter meras sugestões e propostas não aprovadas, exceto se o proponente assim o requerer e isso lhe for concedido.

1.9. REGRAS GERAIS

1.9.1. Os nomes, quando citados pela primeira vez, deverão ser registrados de forma completa. Posteriormente poder-se-á utilizar apenas o nome que o identifique devidamente.

1.9.2. Recomenda-se que os numerais sejam escritos por extenso; podendo, no entanto, ser representado na forma de algarismos. Os valores monetários, quando conveniente, devem ser registrados por extenso e, também, com algarismos.

1.9.3. As abreviaturas consagradas podem ser usadas. Seguem-se alguns exemplos:

Art.	Artigo
C.D.	Código de Disciplina
I.P.C.B.	Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil
C.O.	Constituição e Ordem
Rev.	Reverendo
Presb.	Presbítero
Diác.	Diácono
Pr	Pastor

S.A.F.	Sociedade Auxiliadora Feminina
U.M.P.C.	União de Mocidade Presbiteriana Conservadora
U.A.P.C.	União de Adolescentes Presbiteriana Conservadora
U.H.P.C.	União de Homens Presbiterianos Conservadores
U.J.P.C.	União de Juvenis Presbiterianos Conservadores
Nº	Número

1.10. NUMERAÇÃO DE PÁGINAS

1.10.1. Cada página será numerada sequencialmente, sendo que a primeira página, onde constará o termo de abertura, será a de número um.

1.10.2. A numeração deverá ser informada no canto direito, superior, de cada página, com a mesma fonte e o mesmo corpo usado na ata.

1.10.3. Os termos de abertura e encerramento deverão ser numerados.

1.10.4. Cada página deverá ser rubricada pelo presidente, excetuando-se as do termo de abertura e do termo de encerramento, que constarão a assinatura do presidente.

1.10.5. Todas as atas deverão ser assinadas pelo secretário e pelo presidente.

TERMO DE ABERTURA

Este livro, contendo (até 100 páginas) folhas numeradas eletronicamente e rubricadas pelo presidente em exercício, servirá para o registro das atas do, com sede na, inscrita no C.N.P.J. sob o nº....., sendo este o livro de número

(Local), (data) e (ano)

(nome)
Presidente

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este livro, contendo (até 100 páginas) folhas eletronicamente numeradas, e rubricadas pelo presidente em exercício, serviu para o registro das atas do, sendo este o livro de número

(Local), (data) e (ano)

(nome)
Presidente